

CARÁGUA
10 anos
de Revolução

CADERNOS DO

terceiro mundo

PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 124 • NCz\$ 12,00 • BOA VISTA, MANAUS NCz\$ 15,60 • ANO XII

PESQUISAS

CORTESIA DO
EDITOR

A NOVA ARMA DO PODER

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30
chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30
Chegada / Luanda: 04:30
(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional



O presidente angolano José Eduardo dos Santos confirma sua política de clemência e pacificação, frente às provocações e dubiedades da Unita

Uma aliança entre o esquerdista Paz Zamora, novo presidente, e o direitista Hugo Banzer lança a Bolívia numa experiência inédita, onde se pretende firmar a democracia e dar um fim à política de arrocho econômico

Um singular sistema lacustre ameaça desaparecer no Rio de Janeiro, devido às agressões da ocupação predatória numa das regiões mais belas do litoral brasileiro



SUMÁRIO

2 PANORAMA TRICONTINENTAL

8 CARTAS

AMÉRICA LATINA

- 10 **Nicarágua:** Dez anos de revolução
16 **Bolívia:** Uma experiência inédita
19 A deputada que veio do alto
21 **Uruguai:** Eleição sem surpresas?

ÁFRICA

- 22 **Angola:** As expectativas de paz
27 **Namíbia:** Jogo de Pretória
29 **Tanzânia:** Reforma dá poucos resultados

ORIENTE MÉDIO

- 30 **Iraque:** Ressurgindo das cinzas
34 **Palestina:** O exemplo de Gandhi

ECONOMIA

- 36 **Comércio Mundial:** A linha dura de Bush

COMUNICAÇÃO

- 38 **Aparência de liberdade**

CULTURA

- 42 **Cuba:** A poesia perdeu seu son

MULHER

- 43 **Etiópia:** Vida nova

SUPLEMENTO BRASIL

Matéria de Capa

- 46 Analisando as pesquisas
49 A falácia nas pesquisas
50 Embaralhando números
52 A venda das ilusões
54 **Energia:** Crise à vista
58 **Meio Ambiente:** As lagoas que morrem
61 **Cultura:** Repensando a presença negra
63 **Música:** O som universal
64 **Panorama Nacional**
68 **Página Aberta:** Resgate histórico da Sudene

LÍBANO

O barril de pólvora

Apelando a uma prerrogativa raras vezes utilizada, o secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, convocou o Conselho de Segurança em caráter de urgência, em meados de agosto último, para debater a crise libanesa, que, na sua avaliação, está pondo em risco a paz internacional.

O presidente do conselho, o argelino Hocine Djoudi, emitiu declaração, em nome dos 15 países-membros, convocando as partes envolvidas nos combates a "pôr fim imediato a todas as operações militares, bombardeios e disparos, em terra e ar, observar um cessar-fogo, e fazer todo o possível para levantar o estado de sítio (em torno de Beirute)". A declaração manifestou ainda o seu "total respaldo" à comissão tripartite, criada pela Liga Árabe para ajudar a encontrar uma saída pacífica para a crise libanesa.

O grupo é integrado por Argélia, Arábia Saudita e Marrocos. Essa comissão informou que, em julho, não conseguiu o entendimento das partes em conflito em sentar e avaliar um possível acordo político, e responsabilizou por isso a Síria, cujas forças no Líbano protagonizaram intensos bombardeios, com numerosas vítimas.

Os últimos enfrenta-

mentos começaram em março, quando o líder cristão maronita, general Michel Aoun, tentou fazer recuar as tropas sírias, que controlam a maior parte do território libanês.

Após cinco meses de intensos combates entre ambos os exércitos, em geral com artilharia pesada, o resultado são centenas de mortos e grande parte da população de Beirute, a ca-



Guerra: o dia a dia do libanês expressa o impasse político

pital – principal cenário dos enfrentamentos – obrigada a fugir da cidade. Do seu milhão e meio de habitantes, hoje não restam mais do que 200 mil pessoas.

As estradas que ligam Beirute com o sul do país ficaram, durante vários dias, engarrafadas devido ao êxodo de 500 mil pessoas, que procuravam, a qualquer custo, fugir do duelo de artilharia que devasta a cidade,

tanto do lado cristão, quanto do muçulmano. Os que ficaram tentam sobreviver num quadro extremamente adverso: fora os riscos da guerra em si mesma, está o fato da cidade estar sem luz elétrica há semanas, sem comunicação com o exterior – nem via telex ou sequer por via aérea ou marítima, já que o porto e o aeroporto estão fechados – e com racionamento de água.

A guerra já dura quase 14 anos, no Líbano. Sua causa inicial foi o fracasso dos acordos de 1932, para a partilha do poder entre os diferentes grupos da socieda-

forma constitucional que permita avançar no rumo de uma democracia formal.

A Síria, que mantém 30 mil homens no Líbano, entrou inicialmente com um mandato da Liga Árabe, mas, atualmente, não atende aos apelos dessa mesma organização pan-árabe para deixar o país. Agrava-se a situação, porque grupos xiitas fundamentalistas pró-Irã – que mantêm em seu poder reféns ocidentais, agem abertamente nas áreas sob controle sírio. E, como último e mais grave complicador, Israel ocupa grande parte do sul do Líbano, ao

qual considera "zona de segurança", para proteger a sua fronteira norte.

Como resultado, as autoridades libanesas – divididas e em confronto entre si – mantêm pouco controle sobre o país, que, na prática, está desmembrado. A presidência hoje está ocupada pelo general Michel Aoun, após expirar o mandato do presidente anterior, Amin Gemayel, sem que fosse possível promover a eleição indireta para formalizar a escolha

de um sucessor. O muçulmano Selim Hoss continua como primeiro-ministro, sem manter qualquer relacionamento com Aoun, que diz chefiar um governo de emergência e desconhece o gabinete muçulmano. Caracteriza-se, assim, a existência de duplo governo. Estima-se que mais de cem mil pessoas morreram, nestes 14 anos de guerra civil libanesa.

CHINA

Ativismo antigoverno

O movimento dos estudantes chineses, reprimido na Praça Tiananmen, em junho, não foi totalmente derrotado pelo governo, pelas informações que chegam sobre ações contra o regime, no interior do país, enquanto, no exterior, estudantes e intelectuais, que fugiram para os Estados Unidos e França – vários com a colaboração de serviços secretos ocidentais – promovem o movimento.

São cada vez mais insistentes as evidências de crescente movimento clandestino radical na China, ainda não totalmente organizado, mas disposto a recorrer à violência contra o regime. Um antes desconhecido grupo Xueguang – Sangue e Luz – apareceu pela primeira vez em julho, ameaçando matar dois residentes japoneses em Pequim, em represália à "colaboração" japonesa com o regime comunista. Anunciou que as ameaças serão postas em prática, caso Tóquio não suspenda a "invasão econômica da China". Funcionários chineses e japoneses levam as ameaças a sério e aumentaram as medidas de segurança.

O jornalista dissidente

chinês Liu Binyan disse, em Hong Kong, que ouviu falar de "comandos assassinos que buscam vingança pelo massacre de junho. Famílias de membros do Exército de Libertação Popular foram advertidas de que estudantes estavam decididos a matar pessoal militar e altos funcionários do governo, aos que responsabilizam pelo massacre". Alguns soldados já foram estrangulados e tiveram os corpos lançados em canais.

O filho do líder Deng Xiaoping, Deng Zhifang, voltou secretamente a Pequim, depois de passar dez anos nos Estados Unidos, para evitar a ameaça de vida que sofria por parte de ativistas que vivem fora da China.

Circulam também informações sobre o desaparecimento de armas dos arsenais, em grande parte arrebatadas por civis antes do dia 4 de junho, para impedir que fossem empregadas contra os estudantes. Tais armas não foram devolvidas. A imprensa chinesa informou que um membro do grupo Sangue e Luz reconheceu ter sua célula assassinado três soldados e roubado as armas. O mesmo grupo se disse responsável

também por uma explosão a dinamite, num trem que ia a Xangai em junho, quando morreram 24 pessoas. Dias depois, ocorreu uma segunda explosão, num trem que ia de Junming à Guiyang, matando quatro pessoas e

ferindo dezenas.

Mas, os grupos de Hong Kong, que coletam dinheiro para sustentar o movimento de protestos na China, afirmam que, até agora, não se detecta um movimento clandestino organizado.

CAMBOJA

Esperança de paz



Vietnamitas: saindo do Camboja

Depende agora de uma missão das Nações Unidas o encaminhamento do processo de paz no Camboja, de onde as tropas vietnamitas já estão se retirando há alguns meses. A última reunião multilateral sobre o assunto, reunindo delegações de dezenove países, na França, inclusive os chanceleres soviético e norte-americano – Eduard Shevardnadze e James Baker – decidiu não avançar em qualquer proposta de acordo entre as quatro forças em luta no país, antes de conhecer em profundidade certos aspectos da situação, o que será feito através de um levantamento confiado a uma missão especial das Nações Unidas, que visitará o Camboja, em breve.

O príncipe Norodom Sihanouk é o principal representante da oposição, que



Sihanouk: divergências na própria oposição

inclui o grupo do próprio ex-chefe de Estado, mais o Khmer Vermelho, de Pol Pot e Khieu Samphan – derrubado do poder em 1978, pelo atual governo, que tem apoio do Vietnã – e o Khmer Serei, do ex-primeiro-ministro Son Sann. A oposição reúne, em seu apoio, a colaboração ativa da China, dos



China: é instável o caminho da abertura controlada

PANORAMA TRICONTINENTAL

Estados Unidos e dos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático-Asean.

Um acordo de paz no Camboja esbarra hoje em duas questões principais: a retirada das tropas vietnamitas – um processo já iniciado – e a formação de um novo governo, provavelmente sob a forma de coalizão. Neste segundo ponto estão as maiores dificuldades, pois o regime de Heng Samrin não admite que o Khmer Vermelho volte a participar da administração cambojana. Ao governo do Khmer Vermelho, chefiado por Pol Pot, é atribuída a morte de um milhão de pessoas, entre 1975 e 1978, o que acabou motivando sua deposição, com a ajuda das tropas do Vietnã, cujo território o Khmer invadira, reivindicando a posse de grandes áreas.

As negociações complicam-se ainda mais, na medida em que a própria oposição tem diferenças profundas: Sihanouk foi deposto da chefia de Estado por Pol Pot, em 1976, e mantido em prisão domiciliar, e já deu demonstrações de que confia muito pouco no seu atual aliado. Há três anos, Sihanouk cancelou uma rodada de negociações, esclarecendo, depois, que o fizera para não acabar “condenado à morte” pelo Khmer Vermelho.

Às sondagens *in loco* da missão da ONU cabe, assim, um papel fundamental na abertura de vias de entendimento, nesse complexo panorama interno do Camboja, derivado da Guerra do Vietnã e que pode ser visto hoje como o último resquício, ainda fervente, da intervenção militar dos Estados Unidos no Sudeste Asiático.



Fretelin: aumentando a resistência contra as tropas de Suharto

TIMOR-LESTE

Negociações adiadas

Os contatos entre Portugal e a Indonésia sobre a situação de Timor-Leste sofreram novos adiamentos, ante a recusa do governo de Jacarta em permitir a visita de uma delegação parlamentar portuguesa à antiga colônia, que desde 1975 está sob ocupação militar indonésia, quando se preparava para a independência. No final de julho, a ONU – que mantém o reconhecimento a Portugal como potência administradora de Timor-Leste – promoveu o encontro de delegações dos dois países em Genebra, na tentativa de encaminhar um entendimento.

Mas, frustrou-se a expectativa de que o governo do general Suharto permitisse o acesso à ilha de uma delegação parlamentar portuguesa, que iria acompanhada de representantes da ONU e de jornalistas internacionais, para verificar a

verdadeira situação do povo maubere. As exigências de plena liberdade de movimentação para o grupo não foram aceitas por Jacarta, que evitou, porém, uma recusa formal, sugerindo o adiamento da visita.

A ocupação de Timor-Leste é mantida a ferro e fogo e com características de genocídio contra o povo maubere. A invasão indonésia, em 1975, custou a vida a mais de 100 mil timorenses, um sexto da população total. A guerrilha da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente-Fretelin vem conseguindo fazer frente à ocupação e denuncia que os crimes, praticados pelas tropas indonésias, é o que leva Jacarta a vetar a viagem da delegação parlamentar portuguesa ao país e a protelar os entendimentos, desconhecendo as pressões internacionais.

MOÇAMBIQUE

“Importa o que somos”

A Frente de Libertação de Moçambique-Frelimo, que desde 1977 se definiu como marxista-leninista, assumiu uma nova posição e passou a ser “o partido de todo o povo”, durante o V Congresso celebrado em fins de julho, em Maputo, capital do país.

Ao justificar a nova definição, o informe do Comitê Central da Frelimo assinala, que “nosso partido é único, consequência da nossa história. O partido ocupou naturalmente o espaço político atual, e reflete a vontade popular de manter os destinos da pátria com a força que libertou a terra e seus homens”.

O informe, pela primeira vez, considera a possibilidade de que possam filiar-se ao partido determinadas pessoas – incluindo empresários e religiosos – até agora vetadas.

Os religiosos poderão se filiar à Frelimo, “se identificados com seus princípios e objetivos”. Nesse grupo, se incluem os cristãos, muçulmanos e os praticantes de religiões tradicionais da África.

A nova posição da Frelimo foi conhecida durante os debates das teses que seriam levadas ao V Congresso, ficando explícito que a expressão “marxista-leninista” seria retirada dos documentos finais. O responsável pelo departamento ideológico da Frelimo e membro do comitê político, Jorge Rebelo, disse que “o que somos é mais im-



Chissano: mudanças para a reconstrução, ainda aguardando a paz

portante que os nomes".

De acordo com as mudanças propostas, membros da direção do partido poderão administrar negócios próprios. O informe sugere que essa prática será regulamentada por normas bem definidas, para que se resguardem a ética, a moral e os interesses coletivos.

O setor privado da economia, que durante vários anos foi marginalizado, hoje é reconhecido como possuidor de um "papel importante" para o aumento da produção e para a prestação de serviços à comunidade. Não obstante, o documento do Comitê Central sublinha que o objetivo da Frelimo é a construção do socialismo.

Sobre o polêmico problema da poligamia, o informe esclarece que existe proposta de admissão no partido para aqueles que a praticam, contanto que se comprometam a não continuar com tal prática depois de filiados.

Por outro lado, o informe aponta que a Frelimo aumentou em 82% o número de seus membros, em relação aos índices de 1983. O número de operários filiados desceu de 19% em 83, para 12% em 89, enquanto que a percentagem de camponeses aumentou de 53,5 para 59%.

Essa modificação se atribuiu ao aumento da atividade do partido nas zonas rurais, assim como ao fechamento de várias fábricas e

complexos agroindustriais por causa da guerra. O partido continua sendo dominado por homens, apesar do número de militantes mulheres ter aumentado consideravelmente, passando de 33 mil a 51 mil. "Devemos nos alegrar, pelo fato de que a mulher forme uma quarta parte de nossos membros, mas não podemos esquecer que existe mais mulheres do que homens na nossa sociedade", revela o informe.

No discurso de abertura, o presidente Joaquim Chissano qualificou o atual momento político do país como "difícil e complexo". Acrescentou que a Frelimo está consciente do sacrifício que se exige ao povo para a conquista da paz — referindo-se aos contínuos ataques da direita Resistência Nacional Moçambicana-Renamo — e para a recuperação econômica.

O atual congresso distinguiu-se dos anteriores, porque se desenvolveu em meio às iniciativas do governo, visando a medidas que possam trazer a paz ao país. A guerra foi iniciada pelo regime racista da então Rodésia (agora Zimbábue) e continuada pelo regime sul-africano, mediante apoio aos rebeldes da Renamo.

O mandatário pediu aos presentes que fizessem um minuto de silêncio, em homenagem às vítimas da guerra que, segundo cifras oficiais, atingem mais de 600 mil pessoas.

ÁFRICA DO SUL

Mudança em Pretória

A liderança do regime do *apartheid* sofreu uma modificação brusca, no último dia 15 de agosto, quando prestou juramento, como presidente interino da África do Sul, o até então ministro da Educação Frederick de Klerk, de 53 anos, chefe do governante Partido Nacional. O presidente Pieter Botha, 73 anos, renunciara na noite anterior, criticando setores do partido, por desobedecerem as suas políticas de governo.

As eleições deste início de setembro terão muito significado, ao indicar que ventos sopram no seio da população branca e quais as tendências políticas que estarão fortalecidas. No entanto, a pressão sobre o regime racista não diminuirá, mesmo se saírem vitoriosas as tendências mais conservadoras: a maioria negra demonstra pressa em alterar a situação no país. Em sua declaração, Nelson Mandela disse que "gostaria de contribuir para criar um clima que possa promover a paz na África do Sul", ao mesmo tempo em que destacava que a paz depende, em essência, do diálogo do regime branco com o movimento democrático de massas, uma posição que defende há décadas.

Já o presidente do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos-Cosatu, Elijah Barayi, advertiu que mantém o ceticismo ante o jogo de propaganda do regime.



Aylwin



Buchi

CHILE

Aylwin na frente

O candidato presidencial único da oposição, Patricio Aylwin, poderá obter maioria absoluta nas eleições de dezembro próximo, se mantiver o apoio que revelam pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos da Realidade Contemporânea-Cerc, uma instituição independente. A sondagem de julho atribuiu a Aylwin 53,8% da votação, enquanto o apoio a Hernán Buchi, ex-ministro das Finanças de Pinochet e candidato governista, está em 32,6%. Caso o postulante dos 17 partidos da oposição mantenha tal percentual, evitar-se-á o segundo turno eleitoral, previsto para o caso de nenhum dos candidatos obter a maioria absoluta.

Finalmente, o quadro sucessório chileno fica configurado assim: Aylwin, candidato único da oposição; Hernán Buchi, do situacionismo, e Francisco Javier Errazurriz e Fernando Monckeberg, de dois partidos da direita que preferiram candidaturas independentes.

As eleições presidenciais e legislativas ocorrerão a 14 de dezembro. O plano terminará em 11 de março de 1990, com a posse do novo presidente e a reabertura do Congresso bicameral.



Omidelac: o alerta dos militares progressistas do continente

PANAMÁ

Violação de tratados

De 8 a 11 de agosto, reuniu-se no Panamá o conselho diretor da Organização dos Militares pela Democracia, Integração e Libertação da América Latina e Caribe-Omidelac, com a presença de 20 generais, almirantes e coronéis, além de delegados de diversas países que constituem o organismo.

A Omidelac agrupa mais de três mil filiados e vinte entidades, formadas por militares democratas e progressistas do continente.

Em comunicado à imprensa, a Omidelac denunciou ter constatado "como testemunha e como vítima, uma violação a mais dos Tratados Torrijos-Carter, por parte do governo norte-americano, o que afeta a soberania panamenha. A delegação da Omidelac, que assistia a uma solenidade na sede do comando-geral das forças de defesa, durante várias horas foi impedida de sair do local, devido a um bloqueio das vias de trânsito, promovido por militares dos Estados Unidos. Essa constatação evidencia a existência de uma escalada perigosa de atos de provocação, que pode dar lugar a incidentes maiores e servir de pretexto a uma intervenção militar, que ponha em perigo a paz na região, o que é imperativo evitar".

Alertando a América Latina para que permaneça vigilante, a organização dos militares progressistas emitiu também o documento "Declaração do Panamá", em que se diz "preocupada pela flagrante intervenção de uma potência hegemônica, contra o povo e as autoridades legítimas da República do Panamá, o que se evidencia nas crescentes incursões de forças militares em território panamenho, na agressão econômica e no descumprimento dos Tratados Torrijos-Carter".

"Ao reiterar", diz a declaração, "a vigência dos princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, que hoje são normas obrigatórias a serem cumpridas por todos os Estados, enfatizamos nossa enérgica condenação à interferência do governo dos Estados Unidos nos assuntos internos do Panamá. O desrespeito a esses princípios ameaça a paz, a estabilidade e a segurança regional, indispensáveis no processo de consolidação democrática e desenvolvimento dos nossos povos. Afirmamos que cabe exclusivamente ao povo panamenho escolher e designar o poder público, dentro do ordenamento constitucional que rege a República."

CUBA

Centenário de Martí

A Casa das Américas instituiu, para seu concurso anual de 1991, um prêmio extraordinário, destinado a marcar as comemorações do centenário de José Martí, motivo pelo qual a premiação terá o nome do livro do herói latino-americano, "Nossa América". Podem concorrer trabalhos em espanhol ou português, sobre questões essenciais da América Latina e Caribe, sem limitação de época.

Os trabalhos devem ser enviados até 30 de novembro de 1990 à Casa das Américas (3ra. y G, El Vedado, La Habana 4, Cuba), a qualquer embaixada ou consulado cubano, ou ainda à Case Postal 2, 3000, Berna 16, Suíça.

Quanto às premiações normais, a partir do ano que vem a literatura brasileira participará dividida em dois grupos, concorrendo em anos alternados. Para o prêmio de 1990, os temas incluídos são a novela, o teatro e literatura para crianças e adolescentes, além de ensaios histórico-sociais. Para o prêmio de 1991, concorrerão poesia e conto. Os livros devem ser inéditos e escritos em português.

O prêmio será único e indivisível, por gênero ou ca-

Martí: vida de compromisso



tegoria, e equivalerá a três mil dólares, além da publicação da obra através da coleção Prêmio. Nenhum autor poderá enviar mais de um livro por gênero, nem participar com obra, que já tenha obtido premiação.

DÍVIDA

Ação latino-americana

Ficou para o final do primeiro trimestre do próximo ano a conferência dos países latino-americanos sobre a dívida externa regional, calculada hoje em torno de 420 bilhões de dólares. O objetivo será estabelecer um posicionamento de bloco, de modo a conseguir dos credores uma redução dos débitos e a aplicação de um teto para os desembolsos, a níveis mais reduzidos que os atuais, que deixam exauridos os países. A proposta inclui, ainda, a utilização de juros fixos, ao máximo de 5%.

Até a época da conferência, vários encontros técnicos deverão ocorrer, para definição de outros aspectos de interesse do bloco regional, que, pela primeira vez, pretende firmar um pacto de ação conjunta ante os países industrializados e seus bancos, beneficiários da crise da dívida. As posições que vierem a ser adotadas, no próximo ano, orientarão o comportamento latino-americano logo a seguir, durante as reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional-FMI e do Banco Mundial-BIRD.

COLÔMBIA

O estado reage

A reação do presidente Virgilio Barco ao assassinato do senador e candidato presidencial Luis Carlos Galán Sarmiento, ocorrido no último dia 18 de agosto, parece indicar que o crime foi a gota d'água para o governo colombiano, na guerra contra os traficantes de droga. Desfrutando de uma posição extremamente forte, tanto econômica, quanto politicamente, os reis da cocaína vêm influenciando na vida do país, até mesmo ocupando cargos no parlamento, além de contarem com aliados e subordinados em todos os escalões da administração, o que lhes dá tranquilidade para conduzir matanças contra os desafetos, sejam eles juízes, militares ou líderes políticos. O senador Galán morreu um dia após um juiz ter sido executado, e no mesmo dia em que um chefe de polícia regional foi metralhado.

A ação comandada pelo presidente Virgilio Barco — doze mil prisões em quatro dias, confisco de bens, concordância em extraditar traficantes que estejam sendo processados nos Estados Unidos — não é a primeira do Estado colombiano contra o narcotráfico. É apenas a mais extensa, e expressa o quase desespero dos poderes constituídos contra os poderes paralelos das fortunas geradas pela cocaína. Produzirá efeitos definitivos? Já foi sintomático o

fato de que a maciça mobilização militar e policial não tenha levado à detenção de nenhum dos reis do tráfico: Pablo Escobar Gaviria, Gonzalo Rodríguez Gacha e Jorge Luis Ochoa.

SAÚDE

Plantas medicinais

Angola, Senegal e Camarões vão implantar laboratórios para fabricação de medicamentos, usando suas plantas para tratamento das doenças. É um avanço da medicina curativa, um procedimento de política de saúde, sem a qual não chegamos a lugar nenhum, dentro do contexto da saúde pública.

A medicina assume substancial parcela dentro da saúde pública de qualquer país, evitando as doenças ou curando-as. Até está o valor da evolução farmacológica, consequentemente da farmacodinâmica, facilitando o exercício profissional da medicina, o tratamento do doente, a prevenção das enfermidades.

Consideramos que não existe o tão discutido abismo entre medicina preventiva e medicina curativa. Uma complementa a outra, é o que observamos por uma ótica independente entre alguns sanitaristas, clínicos e especialistas. Mas, não cabe aqui e agora uma discussão sobre o tema. O importante é que a África vai dar mais um passo na conquista da sua independência, no que

tange à saúde, tomando uma medida administrativa de relevância, que pode ser o início de uma longa caminhada. Sem saúde não há educação, e sem educação não há povo capaz de tornar seu país apto aos desafios dos novos tempos.

A farmacologia baseada nas plantas medicinais tem comprovadamente matéria-prima de fácil obtenção, tranquila manipulação, ótimos resultados terapêuticos, consequentemente remédios de preços bastante acessíveis. Algumas dessas plantas já são usadas há centenas de anos, inclusive na África.

Há mais de 400 anos, por exemplo, tribos de índios da América do Sul usavam a casca da quina para fazer baixar a febre, para preparar a quinina, um remédio usado no tratamento da malária e de doenças cardíacas.

A Ásia é grande produtora de quinina. Um remédio chamado digital, da planta medicinal da família das escrofulariáceas, é usado no tratamento de insuficiência cardíaca. É feito com folhas secas da árvore dedaleira-dedal-digital. As raízes de uma determinada espécie de cará são usadas para fazer a cortizona, base medicamentosa empregada no tratamento das artrites, processos inflamatórios, alergias, entre as mais variadas manifestações, tais como asma, rinite, crises dermatológicas, etc.

A penicilina oriunda de uma planta simples, o cogumelo-mofo-penicillium — é um dos melhores antibióticos até hoje descobertos. A penicilina mata especificamente vários tipos de bacté-

rias, que frequentemente infectam nosso organismo, do dedo do pé (pododactile) à vista (globo ocular), passando pelas pneumonias, miocardites, etc., sem trazer nenhum prejuízo às células do nosso corpo, como acontece com o uso de outros antibióticos.

Fleming descobriu a penicilina em 1928, quando notou que numa placa do seu laboratório, onde deveriam crescer bactérias, tinha-se criado um mofo que matava estas mesmas bactérias. Dezesesseis anos após a descoberta, Alexander Fleming, levado a visitar o laboratório todo esterilizado e impecavelmente limpo de uma universidade norte-americana, ouviu do reitor este comentário: "Imagine o que o senhor não iria descobrir, trabalhando num lugar como este". Fleming respondeu: "Sem dúvida, eu faria muitas descobertas, mas certamente não a da penicilina". Afinal, mofo (bolor) não dá em um lugar tão esterilizado como aquele.

A estreptomicina é produzida por uma pequenina planta, que se desenvolve no solo — Streptomyces griseus — de fácil manipulação. É um antibiótico bactericida, da maior eficiência no tratamento da tuberculose desde 1946, quando a medicina nada tinha contra esse monstro daquela época.

Aqueles povos africanos têm toda razão, quando enfrentam a mercantilização da saúde, através da fabricação dos seus próprios medicamentos.

Krishnamurti Sarmiento



Palestina: luta permanente

OLP: novo representante

Tenho a honra de comunicar-lhe que, deixando as funções de representante da Organização para a Libertação da Palestina-OLP, no Brasil, meu sucessor será o dr. Ahmad Sobeh. Ao despedir-me, desejo expressar meus sinceros agradecimentos por sua cooperação, bem como pelas excelentes relações desenvolvidas, das quais guardarei sempre as melhores recordações.

Farid Suwwan
OLP-Dep. Político
Escritório no Brasil
Brasília-DF

Informação para a educação

Parabenizo **terceiro mundo** pela publicação do artigo "Informação contra a paz", edição n.º 121. Nele ficou muito clara a importância da comunicação como instrumento eficaz de educação. Nesse momento, entre nós, a educação é feita de forma a perpetuar as idéias da classe dominante.

No Brasil, teve início a discussão em torno da Lei de Diretrizes e Bases. É uma oportunidade histórica, para que comecemos a construir as bases de uma nova educação, que não seja mais um meio de dominação das classes privilegiadas. É chegada a hora de todos nós, brasileiros, concentrarmos na formulação da nova educação.

Evandro Luiz de Oliveira
Pça N Senhora das Graças, 65
Vila N. Sra. das Graças
CEP 12050 Taubaté-SP



Educação: portal do avanço

Angola livre

Nunca fomos amigos dos bandos de fantoches da Unita. Limitamo-nos a conhecer o lacaio Savimbi e seus patrões, depois que eles tristemente traíram a nação angolana. Viva a revolução angolana e o povo no poder. A luta continua e a vitória é certa.

José Joaquim Júnior
Mampeza Industrial
Apartado 314
Benguela-Angola



Prisões: questão de humanidade

Direito dos presos

Faço parte da **Organização Comunitária pelos Direitos dos Presos**, situada em São Paulo, tendo sua sede nas dependências da Pontifícia Universidade Católica-PUC de São Paulo, e também frequento reuniões do **Grupo de Estudo da Questão Carcerária**, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB. Faço estágio de Direito, como terceiranista da PUC, e venho tentando contribuir de alguma forma para a análise da realidade prisional do país. Quero fazer isso de maneira organizada e conjunta, atuando com outras tantas aspirações e lutas emergentes em nossa sociedade.

Resolvi me comunicar com vocês, para conseguir informações mais precisas de outros grupos que se encontram na mesma luta, con-

forme relatou a reportagem "A farra dos presos", na qual o entrevistado, advogado Anatole Arraes, coordenador da Comissão de Defesa do Direito do Preso-CDDP, comenta a tragédia ocorrida em São Paulo, no 42º Distrito Policial, onde morreram asfixiados 14 detentos. Solicito o endereço da CDDP. Agradeço desde já a sua colaboração, para que se desmascare a impunidade e a cumplicidade sempre presentes na questão carcerária e política do país.

Adilsen Claudia Martinez
Rua Adrianópolis, 16
CEP 03324 Tatuapé
São Paulo

N.R.: O endereço da CDDP
Rua Evaristo da Veiga, 16/809,
CEP 23.001 - Centro
Rio de Janeiro - RJ

CARTAS

INTERCÂMBIO

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês.

Escreva para nossa sede - Rua da Glória, 122 Gr. 105, Cep 20241, Rio de Janeiro - enviando nome e endereço completo, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

• **Dirceu Antonio Monteiro**

Rua José Ferreira 60

Monte Mor S.P.

CEP 13190

• **Eltom Dcrringos**

Rua Alceblades Valente n. 162

Bairro Santa Terezinha

São João Nepomuceno - MG

CEP: 36.680

• **Ulisses Tenório**

Rua João Dias Vergara, 35-A

Campo Limpo

São Paulo - SP

CEP 05765

• **Luiz Marcelo C. Costa**

Av. Portugal, 09, no. 27

Jardim Tropical - Cuiabá - MT

Brasil - CEP 78050

• **José Ednaldo F. Silva**

Rua Profa. Djanira T. Silva, 481

Cruzeiro

CEP 58.100 - Campina Grande-PB

• **Tiago de Oliveira**

Rua Silva Jardim, 1480/107

Santa Maria - RS

CEP 97050

• **Rodolfo Célio de Carvalho Fonseca**

Av. 4 de Fevereiro, no. 50 - 4o. and. - Apart. 2

Luanda - Angola

• **Walter Vieira Lopes**

Rua Major Kanhangulo - 101

2o. Andar apt. 5

Luanda - Angola

• **Aquiles Alves de Oliveira**

Caixa Postal 383

CEP 09700 - São Bernardo do Campo

São Paulo - Brasil

• **Marcos Alexandre Faganello da Silva**

Rua Senador Nabuco, 30 Apto. 201

CEP 24030 - Niterói - RJ

• **Vilmar de Souza Miranda**

Praça Henrique Vieira no. 235 - Centro

CEP 37140 - Areado-MG

Caixa Postal no. 7

• **Sergio Hobby**

Caixa Postal 270

CEP 78900 - Porto Velho-RO

• **Petrônio Diniz Ramalho**

Rua Tomás Acioli, 33 apto. 401 - Aldeota

CEP 60135 - Fortaleza - Ceará - Brasil

• **Isabel Cristina Borotto**

Rua Prof. Alfonso Bovero, 546 apto. 911-B

Bairro Sumaré - São Paulo - SP

CEP 01254 - Brasil

• **Milton do Nascimento Rodrigues Bel**

Rua Joaquim Mosqueira, 13 apto. 12

Jabaquara - São Paulo - SP

CEP 04.313 - Brasil

• **Carlos Roberto Silva**

Rua Gávea, 3502

Copacabana - RJ

CEP 25.000

• **Maria Santos**

Rua C, Quadra 17 casa 14

Bairro Água Limpa

CEP 78150

Várzea Grande - Mato Grosso - MT

• **Ronaldo Ribeiro da Silva**

Av. Santana 327 Vila Souza

Aparecida de Goiânia - GO

Brasil

• **Carlos Alvaro dos Santos**

Morro da Penha, lig. 315

Saboó - Santos - SP

CEP 11080

• **Arminda Nascimento**

Apartado 104

2350 Torres Novas

Portugal

• **Cristiani Dias de Oliveira**

Av. Aurélio Lopes Takano, 326

J. Satélite - SP - Capital

CEP 04809

• **Dalton Catenda Rocha**

Rua Agapito dos Santos, 435

CEP 60000

Fortaleza - Ceará

• **Maria de Lourdes Mattos**

Rua Maristela Figueiredo, 626

CEP 39.410 - Bocaiúva - MG

Brasil

• **José Wanderley Borges**

Rua Glaziou, 83 - Apto. 302

Pilares - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

• **Gabriel da Paz Ulundo**

Caixa Postal 1243 - M.C. do Lobito

Ao c/ de Eduardo Ngaliano

Lobito - Angola

• **Fábio de Souza Santos**

Av. 19 - no. 897

CEP 38270 - Campina Grande

Minas Gerais

• **Paula Alonso Estévez**

Mariano Soler 370

San Carlos

C. Postal 20400

Uruguay

Maria Clara Teixeira

Rua Isabel Morales Motta, 34

Itatuapé

São Paulo - SP CEP 03321



Transporte: caro e sem conforto

Transporte coletivo

Magnífica a reportagem sobre o problema do transporte urbano e rodoviário, que afeta o Brasil (edição nº. 121). Informo que o transporte coletivo de João Pessoa enfrenta uma desastrosa crise administrativa, porque os empresários não se conformam com os lucros que já obtêm e aumentam os preços das passagens, incontrolavelmente. Há revolta na população. Em menos de um mês, houve duas majorações nos preços dos coletivos. O mesmo problema ocorre com as populações do Vale do Mamanguape. Elas são obrigadas a se utilizar dos ônibus da Rio Tinto, empresa que, além das majorações indevidas nos preços das passagens, trafega pela BR-101 com lotação excedente e sem dar a segurança mínima que os passageiros precisam ter.

Waldyer Diniz Farias Júnior

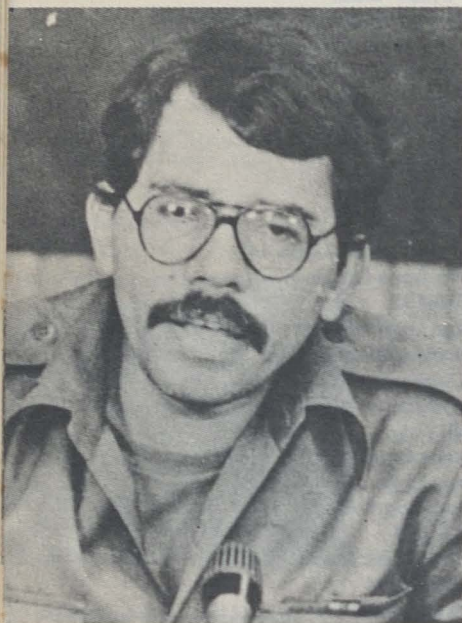
Rua Juiz Ovídio Gouveia, 101,

Conjunto Pedro Gondim

CEP 58000 João Pessoa-PB

Dez anos de revolução

O passado, o presente e o futuro da Nicarágua são analisados pelo presidente Daniel Ortega, à luz das experiências de uma década de revolução sandinista



O primeiro decênio da vitória teve comemoração festiva nas ruas de Manágua, enquanto Ortega reafirmava a disposição ao diálogo

Marta Zamora e Sandra Garcia*

O comandante Daniel Ortega Saa-vendra lidera o governo da Nicarágua, desde os primeiros dias da revolução, e atualmente surge como o mais provável candidato da Frente Sandinista para a eleição presidencial de fevereiro de 1990. Além de exercer a presidência da República, Ortega coordena a Direção Nacional, instância colegiada de nove membros, que atua como liderança máxima da FSLN. Nesta entrevista, o presidente analisa os dez anos da revolução na Nicarágua: a orientação socialista, a defesa militar, a economia, os efeitos da *perestroika* soviética, as eleições de 1990 e as perspectivas de paz na América Central.

O sr. passou sete anos nos cárceres do ditador Anastásio Somoza e, agora, por uma década, dirige o governo revolucionário da Nicarágua. Que experiências da pri-

são estão sendo úteis para o estadista?

— O período que passei na prisão está estreitamente ligado à atividade clandestina, em que me envolvi desde a adolescência. A disciplina e o contato com o perigo me acostumaram a manter a calma em situações de tensão, que podem precipitar decisões equivocadas. O perigo de agir precipitadamente sempre existe, mas creio que a experiência de vida, na clandestinidade e na cadeia, ajudou na formação do meu caráter. Deu-me paciência, autocontrole e a tendência a buscar respostas apropriadas para situações complexas.

Como avalia sua experiência na Direção Nacional da FSLN?

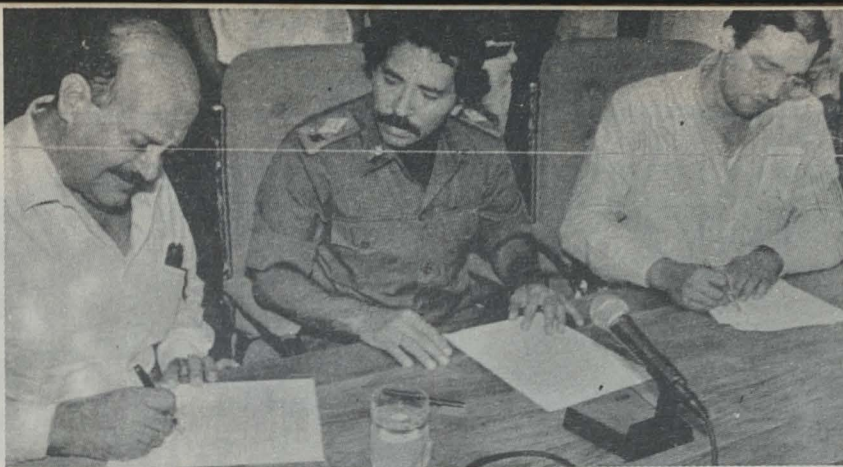
— Conseguimos consolidar uma instância coletiva de direção, na qual discutimos como adotar as decisões mais importantes, da melhor forma possível. Quanto mais se debate uma decisão, mas a enriquecemos. Na situação de tensão e drama que vivemos, são necessárias decisões rápidas, mas sempre

garantimos as discussões prévias. Um elemento importante para agir com correção é não deixar as decisões em mãos de uma só pessoa.

Essa não é uma experiência original da Nicarágua, mas nós lhe imprimimos uma qualidade diferente. O primeiro ponto da agenda de cada reunião semanal da Direção Nacional é formular e refletir sobre críticas e autocríticas. Isso nos situa em nossos lugares, fazendo o que se supõe que cada um deve fazer, e nos ajuda enfrentar as fraquezas que todos temos. Não se deve esquecer, que sempre existe o risco de perder contato com a realidade, quando se têm certas responsabilidades e poder. A via para mantermos contato com a realidade, com o povo, é estar atentos aos erros e ser conscientes dos princípios que defendemos.

Quais foram os piores momentos para a revolução nesses dez anos?

— Eu diria que existiram dois momentos igualmente difíceis: o primeiro,



Representantes da direita assinam com Ortega acordo sobre eleições

durante a invasão de Granada, em 1983, quando os aviões-espiões dos Estados Unidos sobrevoavam o país e nosso serviço de inteligência revelava existir real perigo de invasão norte-americana. Tivemos que deslocar nossas tropas em todo o país e dispersar os equipamentos militares e blindados, para evitar os prejuízos de um ataque aéreo. Isto tornou a acontecer em 1985. O outro momento de extrema tensão foi a chegada do furacão Joana, em outubro de 1988.

E os melhores momentos?

— Entre os momentos mais felizes que vivemos, está a campanha de alfabetização, que terminou em 23 de agosto de 1980. Foi impressionante: os jovens ensinaram ao povo o que sempre haviam sonhado — a ler e escrever — e receberam desses novos alfabetizados sua própria experiência social, política e econômica. A campanha de alfabetização mostrou a verdadeira qualidade da revolução: dar tudo de si.

Este é um período de relativa paz. É possível falar outra vez de reconstrução nacional

— A estratégia dos Estados Unidos de destruir nossa revolução com forças mercenárias foi derrotada, mas a atividade dos contras não cessou, tampouco desapareceu a ameaça de uma reativação da guerra. Temos renovado, unilateralmente, o cessar-fogo, mês a mês, mas os ataques dos contras, de janeiro a junho deste ano, resultaram em 662 mortes, que incluem civis, soldados do exército, policiais e contras.

Todos são nicaraguenses, todos são vítimas da política norte-americana. Fizemos enormes esforços para diminuir os gastos militares, mas, ainda assim, representam uma parte significativa do orçamento nacional. E isto não vai mudar, enquanto persistir o conflito.

A guerra foi ganha em termos militares e, agora, a batalha é pela recuperação

econômica. Qual é a nova estratégia de produção e quem são seus protagonistas?

— Enfrentamos os problemas de produção com um plano econômico, que está em curso desde janeiro passado. As medidas começaram a implementar-se em 1985, mas evitamos sua drástica aplicação, porque nos interessava manter projetos de caráter social e investimentos que estavam em execução. No entanto, a severidade da crise nos obrigou a tomar decisões dramáticas, em fevereiro de 1988 (a reforma monetária), e as medidas do início deste ano. O perfil das medidas adotadas pode ser considerado semelhante às do Fundo Monetário Internacional-FMI. Mas, na realidade, não seguem as práticas do FMI, porque nós concebemos este plano com um sentido político. A economia da Nicarágua foi afetada pela guerra: tivemos 15 bilhões de dólares em perdas materiais diretas ou indiretas, e mais de 55 mil vítimas. É a economia que foi mais atacada em toda a América Latina.

E digo mais atacada, porque, na realidade, todas as economias em vias de desenvolvimento são atacadas pelas políticas dos países capitalistas industrializados. Segundo dados da Comissão Econômica para América Latina-Cepal, a renda individual na América Latina reverteu a níveis de 1968, e não se vislumbram soluções que possam modificar tal tendência. Os níveis de inflação no Brasil, Peru e Argentina são alarmantes, e as explosões sociais são permanente motivo de preocupação.

Nesse contexto, a economia da Nicarágua teve que se arranjar, para sobreviver nas mais adversas condições. O programa econômico responde à lógica política de fortalecer a economia mista e, conseqüentemente, o pluralismo po-

lítico. Existem muitos fatores que interferem: por exemplo, as eleições, que vão se realizar em fevereiro de 1990, e o programa de ajustes econômicos, que foi orientado para fortalecer o setor produtivo, onde existe uma

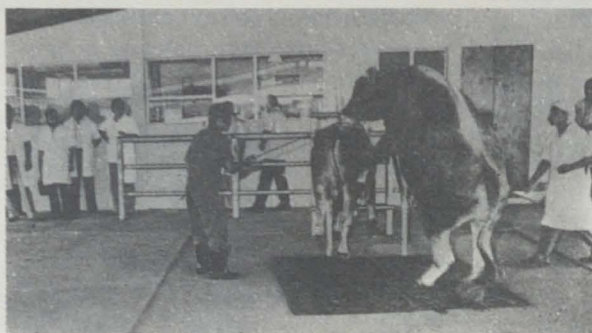
grande quantidade de produtores privados. O programa requer uma quota de sacrifício de todos, mesmo que, sem dúvida, os mais afetados sejam os trabalhadores assalariados, seguidos pelos pequenos industriais e os artesãos. Os menos afetados são os produtores, ainda que, logicamente eles também sofram as consequências de uma política de agressão e embargo comercial, que atinge o conjunto da economia.

O programa exige restrições do gasto público, e isso gera desemprego. Exige uma maior eficiência do setor produtivo estatal e da esfera privada, e deve garantir lucro e produtividade. Isso obriga a cortar o pessoal desnecessário. As medidas incidem globalmente no desemprego, mas foram adotadas em nome da maioria, para salvar a economia do país. A idéia é controlar a inflação e criar as condições para reativar a produção, evitando grandes saltos a curto prazo. Pretendemos apenas interromper o processo de deterioração da economia.

Tal esforço se confronta com a política de preços para nossos produtos de exportação, que nos são impostos desde o exterior. Devemos continuar lutando, junto com os demais países subdesenvolvidos, para modificar essas relações internacionais.

Muitos produtores privados são extremamente críticos em relação às políticas econômicas do governo. Queixam-se de que existe uma grande insegurança sobre o que produzir e reclamam que as expropriações de terras continuam.

— Os dirigentes do Conselho Superior da Empresa Privada-Cosep querem que o Estado revolucionário atue de forma paternalista. Apesar de defenderem o



Com a frente militar consolidada, à Nicarágua resta o mais difícil combate da economia: reorganizar a produção e estabilizar a moeda

sistema capitalista, em sua relação econômica com o Estado querem que este lhes garanta bons resultados. A nós, interessa sua estabilidade. Mas, pensamos que eles devem assumir alguns riscos.

Eles querem que se satisfaçam as exigências de Washington, o que implicaria a extinção do governo revolucionário e o estabelecimento de um modelo tradicional, capitalista. Os Estados Unidos, os partidos nicaraguenses de oposição e o Cosep só se sentiriam confiantes com um sistema capitalista. E como ele não existe, continuam sentindo-se inseguros.

Aqui, a luta de classes é clara. Eles não podem confiar numa classe que é sua antagonista e controla as ferramentas do poder, assim como a classe trabalhadora não pode confiar no sistema capitalista.

Então, qual é o futuro da concertación, o atual programa econômico da Nicarágua?

— O futuro da *concertación* deve ser ser analisado à luz do fortalecimento que se conseguiu junto às camadas populares nos últimos dez anos. Muitos produtores que antes nunca tinham sido organizados pelo Cosep, agora se agruparam na União Nacional de Agricultores e Criadores de Gado-Unag, que é a opção patriótica oferecida pela revolução. Outros, antes filiados ao Cosep, mudaram para a Unag, onde temos uma força poderosa. E numerosos produtores, filiados a organizações que pertencem ao Cosep, não aceitam suas

propostas políticas. Isto tornou-se evidente na última assembléia dessa entidade, quando vários dirigentes regionais divergiram de alguns planos da direção nacional, que buscava uma confrontação direta com a revolução.

Eu diria que os dirigentes nacionais do Cosep pretendem exacerbar a luta de classes entre seu filiados, mas a receptividade a essa mensagem é cada vez menor. Nós estamos em luta ideológica com esse grupo, para isolá-lo.

Por outro lado, os produtores sabem que o governo não formula propostas demagógicas. Isso explica, por que o número de pequenos e médios produtores cresceu, desde o triunfo da revolução. Milhares de camponeses, que nunca tiveram terras antes, beneficiaram-se da reforma agrária. Organizaram-se em cooperativas e desfrutaram de créditos e incentivos. Sabem que o banco não se apoderará de suas propriedades, se não tiverem como pagar as dívidas.

É necessário ser firme contra os que tentam enfraquecer esse importante programa econômico de interesse nacional. Fomos obrigados a adotar medidas, contra aqueles que procuram sabotar a produção, que convocam greves de produtores rurais e incentivam a

desconfiança. Um agente econômico, que se comporta dessa forma, não está interessado em produzir, e a lógica indica que suas propriedades devem passar às mãos dos camponeses sem terra, que querem produzir. Existe uma demanda de terras por todo o país. Temos o propósito de fundar um banco de terras, juntando as propriedades rurais que estão sendo recuperadas das zonas de guerra, as que provêm do setor privado e as propriedades do Estado.

Pode-se consolidar um projeto de hegemonia popular, utilizando métodos da economia de mercado?

— Dentro de nosso programa, os trabalhadores representam a primeira prioridade. Não se trata de negligenciar os produtores privados, mas, exigimos que participem do esforço. A resposta tem sido positiva. O mais importante é em interesse de quem se aplica a política. Quando se utilizam elementos do liberalismo econômico num sistema capitalista, sabemos quem se beneficia. Quando os mesmos elementos são aplicados por um Estado revolucionário, também é claro quem serão os beneficiados. O importante é o objetivo que se

AMÉRICA LATINA

persegue, independentemente dos instrumentos que se utilizem. Isto produz confiança.

Mas, existem fatores objetivos que criam insegurança e dificuldades. Os trabalhadores se queixam, porque, enquanto eles se sacrificam, alguns produtores privados adotam posições contra-revolucionárias e outros produzem menos do que poderiam. Essas condições têm que ser tratadas com métodos econômicos. Em junho, decidimos por um reajuste salarial, que o FMI jamais teria autorizado, se estivéssemos aplicando algum de seus programas. Quando decidimos aumentar em 64% o salário dos professores e dos trabalhadores da saúde, quando isentamos a pequena indústria do pagamento de imposto de renda ou fornecemos leite gratuito nas escolas, estamos atuando em contradição com a lógica do FMI.

Aplicamos nosso programa de forma flexível, para não deixar desprotegido o setor que é a razão de ser da evolução: os trabalhadores.

Conter a inflação – nosso principal objetivo – foi conseguido este ano. Durante os últimos meses, conseguimos índices mensais abaixo dos 20%. Em junho, houve um aumento, subiu a 62%, mas devemos levar em conta que houve uma desvalorização da moeda de 120%. Sem a desvalorização, a inflação não teria superado, certamente, os 36%. Mesmo com a desvalorização, a inflação foi relativamente contida. Estamos numa batalha decisiva.

Mas, houve algumas concessões a determinados setores.

– O programa não foi estritamente aplicado. Isto obedece a um critério político. Quando foi necessário ser flexível com os produtores privados, o fomos. E quando se necessitou flexibilidade com os trabalhadores, também o fomos. Usamos uma lógica política, ainda que com um limite: não temos acesso ao financiamento externo. Em função do embargo, que nos impõem os Estados Unidos, bloquearam-se nossas possibilidades de crédito no Banco Mundial, no BID e no FMI, apesar de mantermos relações com eles.

A cooperação que nos brinda a Eu-



Os comandos político e militar dos contras consideraram Tela um duro golpe

Os acordos de Tela

Um avanço para a paz regional e marcante vitória sobre as teses militaristas dos Estados Unidos – assim pode ser resumido o resultado da quinta reunião de cúpula dos presidentes da América Central, na cidade hondurenha de Tela, nos dias 5, 6 e 7 de agosto, quando se adotaram decisões e se definiram princípios fundamentais para reduzir as tensões internas e externas, que envolvem Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala e a Costa Rica.

Os Acordos de Tela vieram reforçar os de Esquipulas, de dois anos atrás, dando solução a uma questão decisiva na intranquilidade centro-americana, a ação dos rebeldes somozistas, mantidos pelos Estados Unidos em território hondurenho, para fomentar a guerra contra a Nicarágua. Os presidentes Daniel Ortega, da Nicarágua, e José Azcona, de Honduras, assinaram um compromisso bilateral, que envolve o desmantelamento das bases dos anti-sandinistas em território hondurenho, em troca da retirada da acusação nicaraguense contra o governo de Tegucigalpa ante o Tribunal Internacional de Haia.

Uma Comissão Internacional de Apoio e Verificação-Ciav, formada pela ONU e OEA, deverá, até o fim do ano, supervisionar o processo de desarmamento dos contras nicaraguenses, a repatriação dos que assim o desejarem e sua reintegração ao processo político do país. Aqueles,

que não quiserem voltar à Nicarágua, serão encaminhados a outros países, longe das fronteiras nicaraguenses. O presidente Venicio Cerezo expressou a disposição da Guatemala em abrigar tais grupos, se for preciso.

Este era o ponto decisivo do encontro e sua solução, adotada apesar das pressões de Washington – que pretendia convencer Honduras a manter abrigados e a postos os 12 mil homens do exército anti-sandinista, até pelo menos as eleições – marcou uma virada na política regional. Desta vez, os interesses hegemônicos dos Estados Unidos foram postos à distância por Honduras e até mesmo por El Salvador.

O governo direitista de Alfredo Cristiani considerou os Acordos de Tela um avanço importante, sobretudo por ter sido feita uma exortação, pelos cinco presidentes reunidos, para que a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional-FMLN entre em negociações com o regime salvadorenho, de modo a se abrir a perspectiva de uma saída política para a guerra civil no país. Na verdade, a FMLN tem feito seguidos esforços de dialogar com o regime salvadorenho, o que agora poderá chegar a resultados, se tiver sequência a determinação demonstrada por Alfredo Cristiani, em Tela, quando afirmou que, ainda no correr de agosto, procuraria a guerrilha, para entendimentos preliminares sobre um acordo nacional.

opa também é muito escassa. Os Estados Unidos estão empenhados em fazer fracassar todos os programas de ajuda e realizam grandes pressões. O Departamento de Estado, por exemplo, publicou uma análise econômica, baseada em algumas observações formuladas por Lance Taylor. Manipularam as conclusões, para apregoar que o programa econômico fracassou e golpear assim o processo eleitoral.

Insinuaram ao eleitorado que, se o programa econômico fracassou, aos sandinistas só resta a possibilidade de controlar o processo eleitoral mediante fraude. Prevêem o triunfo sandinista nas próximas eleições e, desde já, tentam desacreditá-lo.

As questões políticas e econômicas estão sempre vinculadas, mas, na Nicarágua, essa relação piora, pela confrontação entre a revolução e os Estados Unidos. Enquanto Washington mantiver uma posição beligerante, os atores domésticos, como o Cosep, os partidos de direita e o jornal "La Prensa", também assumirão essa posição. Quando os Estados Unidos modificarem sua postura, veremos também como seus seguidores locais mudam de atitude.

Existe a possibilidade de evitar a "panamização" das eleições de fevereiro de 1990?

— Não podemos falar de uma "panamização" da situação nicaraguense, porque ambos os contextos são diferentes. A Nicarágua e o Panamá concordam ao manter claras as posições latino-americanistas, de defesa da soberania. Mas, seus projetos sociais e econômicos são diferentes, e suas propostas políticas também. Nós tocamos em frente uma revolução orientada por profundos conteúdos socialistas, e, desde o começo, sustentamos um modelo de economia mista, pluralismo político e não-alinhamento.

No Panamá, a prioridade mais importante é a recuperação do Canal, e essa é uma luta vinculada à defesa da soberania nacional. Os Estados Unidos não têm, na Nicarágua, o espaço que usufruem no Panamá, para fazer o que bem entenderem. A posição política e

ideológica das forças sociais da Nicarágua os impede de ter tal espaço aqui.

Por isso, Washington tenta nos desestabilizar. O Departamento de Estado defende claramente a utilização da Agência Central de Inteligência-CIA, para promover as forças da direita, política e economicamente. E o congresso norte-americano está comprometido nesses planos.

Quais foram as principais pressões internacionais que sofreu a Nicarágua?

— As maiores dificuldades sempre tiveram origem nos Estados Unidos: o embargo comercial, a guerra secreta, o financiamento dos contras, a atitude sistemática do ex-presidente Ronald Reagan, a ameaça permanente de intervenção. Desde que os Estados Unidos decidiram derrubar o governo da Nicarágua, nunca procuraram um interlocutor para conversar. Por isso, devido à preocupação dos países latino-americanos, criou-se o Grupo de Contadora. Os intermediários se puseram como tais, ante os Estados Unidos. A Comunidade Econômica Européia também se preocupou com o curso dos acontecimentos e se transformou em mediadora. Os Estados Unidos aplicaram pesadas pressões sobre as demais nações centro-americanas, na tentativa de isolar a Nicarágua e cortar-lhe as relações, com o objetivo de criar condições para declarar guerra, com base em um pedido de ajuda desses governos vizinhos. Honduras sofreu muitas pressões, quando era presidente Roberto Suazo Córdoba e o general Gustavo Alvarez comandava as forças armadas. Também pressionaram a Costa Rica, durante o governo de Luís Alberto Monge, e El Salvador, na presidência de Napoleón Duarte.

Acredito nas palavras do ex-presidente Duarte, quando afirmou que foi sem sua autorização que Washington utilizou militarmente El Salvador, como base de agressão contra a Nicarágua. Apesar disso, os norte-americanos fracassaram em seus planos de prejudicar as relações nicaraguenses com os países vizinhos, e de nos apresentar como uma ameaça à segurança regional. Em outras palavras, não lograram repetir a

experiência de Granada com os países caribenhos. Utilizaram a Argentina. Também obtiveram apoio de alguns militares no Panamá. Fizeram esforços em todos os lados, em outros continentes. O escândalo Irã-Contras revelou a existência de vários governos envolvidos nessas atividades.

Acha que os Tratados de Esquipulas se converteram em letra morta?

— Esquipulas tem seus altos e baixos. O momento culminante foi a assinatura dos acordos, em agosto de 1987. A Nicarágua voltou a dar-lhes vigência em janeiro de 1988 e fevereiro de 1989, nas reuniões da Costa Rica, com a aceitação do plano para desativação dos contras. Agora, há um governo novo em El Salvador — questionado, por sinal, por sua política de violação dos direitos humanos — mas com o qual estamos obrigados a continuar negociando o processo de paz. O primeiro ponto da agenda é a desmobilização dos contras. Já existe um acordo celebrado pelos chanceleres para sua implementação. El Salvador propôs um tratamento igual entre a situação dos contras e a da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional-FMLN, mas isto é impossível. A reunião dos vice-ministros do exterior deixou este ponto bem claro. Se o governo de El Salvador quer atuar de forma realista, deve respeitar este acordo.

Nós incentivamos a busca de uma solução negociada em El Salvador. O governo deve procurar diminuir a distância entre suas posições e as da FMLN, para fortalecer, dessa forma, o processo de negociações. Esta é a ordem do dia: buscar soluções negociadas. Isto inclui a Guatemala, onde o movimento revolucionário também propõe negociações. Os Estados Unidos tratarão de endurecer suas posições, utilizando El Salvador para evitar a desmobilização dos contras. Este será um ponto muito delicado. Será necessário pressionar Washington, para que deixe cada governo centro-americano atuar de acordo com as próprias convicções.

O socialismo parece estar atravessando uma crise. Quando proclama que a re-



Ao lado da guerra, o furacão Joana, em outubro do ano passado, devastou o país

volução nicaraguense tem orientação socialista, a que tipo de socialismo se refere?

— O socialismo não enfrenta uma crise, mas, antes, vive um processo de autocrítica global. É natural, se levarmos em consideração que a Revolução de Outubro, a primeira experiência socialista em todo o mundo, tem setenta anos de existência, enquanto a experiência capitalista, nascida da revolução burguesa, está comemorando seu bicentenário. O processo de autocrítica confirma a visão que nós, sandinistas, temos desde o começo: o socialismo não é um produto acabado, nem uma receita que possa ter aplicação mecânica. Acreditamos que o socialismo deve ser aplicado e avançar de acordo com as condições específicas de cada sociedade. Lançamos uma experiência, começando por uma análise de nossas próprias raízes, de nossos valores históricos, de nossas características sócio-econômicas e do contexto geopolítico da América Latina e do mundo, para fortalecer um processo revolucionário que possa assumir um caráter socialista.

Tratamos de fortalecer essa tendência, sem permitir que ninguém venha dizer-nos que, para sermos socialistas, devamos seguir o caminho dos soviéticos ou dos chineses.

Em nosso caso, o processo atravessa uma primeira etapa, na qual o poder revolucionário deve ser defendido. Nos últimos dez anos, ocorreu o prolongamento da luta contra a ditadura de Somoza. Agora, devemos enfrentar o imperialismo, mas com as forças revolucionárias em uma melhor posição, com o poder nas mãos do povo. Neste conflito, o que está em disputa é o poder. O

desenvolvimento econômico e social não é a principal prioridade, embora, é claro, não pretendamos renunciar a conquistas alcançadas nessas áreas.

O que significa a perestroika para a Nicarágua?

— A União Soviética mantém o mesmo nível de cooperação econômica e militar conosco. Na realidade, desde que o companheiro Mikhail Gorbachev chegou ao poder, a União Soviética aumentou sua cooperação com a Nicarágua. Vem respondendo às nossas necessidades, à medida que outros diminuíram a ajuda. Quando o México interrompeu o fornecimento de petróleo, em 1985, recorri a Gorbachev e a União Soviética decidiu responder pela metade do petróleo de que precisávamos. O restante conseguimos através da República Democrática Alemã-RDA, Cuba, Bulgária, Tchecoslováquia, Polônia e países árabes. Assim, a *perestroika* provocou mudanças nas formas de fazer as coisas e isso produziu modificações nas relações da Nicarágua com a URSS, embora os soviéticos sempre tenham entendido que nosso país precisa de ajuda e não pode manter relações comerciais do tipo tradicional.

Como se expressa essa nova forma soviética de relacionamento?

— A União Soviética adotou um estilo mais comercial em suas relações. Antes predominavam as formas mais políticas: baixava-se uma diretriz e as empresas a cumpriam. Agora, com a adoção de novas formas de organização, mais comerciais, existem outros caminhos de cooperação, que podem ser explorados

e estimulados através de cada empresa.

Em termos teóricos, qual o sentido da perestroika para o sandinismo?

— O sandinismo tem sua própria dinâmica. Nós desenvolvemos a idéia de um sistema de economia mista, com pluralismo político, como o caminho correto para aplicar, criativamente, a teoria revolucionária a nossa realidade, buscando ser marxistas autênticos, não dogmáticos. O movimento produzido pela *perestroika* na União Soviética desenvolve um processo de revisão política, econômica e social completa da forma de atuar. Promove a abertura e a democratização em um Estado socialista já consolidado, que está adotando suas formas definitivas.

O processo nicaraguense, enquanto de orientação socialista, defende que, para garantir a revolução, para gerar riqueza e distribuí-la, uma paz definitiva deve ser alcançada. Nós estamos numa etapa de defesa global do poder revolucionário, conclamando a todos os setores econômicos e sociais, e abrindo espaços políticos e econômicos a forças que até se opõem ao poder revolucionário e que podem chegar ao governo por eleições.

Por falar em eleições, acredita que a oposição possa unir-se para o pleito?

— Três grupos estão tomando forma. Um é a extrema-direita, totalmente controlada pelos Estados Unidos, onde se encontram os partidos filiados à Oposição Nicaraguense Unida-ONU. Depois, há partidos com posições mais independentes, como o Social Cristão e o Conservador. Por último, há os partidos da extrema-esquerda. É uma ampla gama, que expressa as diferentes correntes de opinião na Nicarágua e as posições dos Estados Unidos, que apoiam a coalizão direitista. Elaboraram o chamado Programa Azul e Branco e o enviaram para cá, através da Cosep. Tal programa visa a reverter os avanços conseguidos pela revolução e pretende retomar do povo, através de meios "legais", as terras concedidas pela reforma agrária.

* Crises-Pensamento Próprio

Uma experiência inédita

A aliança do MIR com a ADN resultou na eleição de Jaime Paz Zamora para a presidência e levou à formação de um governo de coalizão, o que é sinal dos novos tempos que vive o país andino

Ocorre-corre aos bancos, que os pequenos e médios poupadores protagonizaram no dia 1º de agosto – os saques atingiram 60 milhões de dólares – foi o melhor termômetro do clima de incertezas, que tomara conta da Bolívia na véspera da instalação do novo Congresso, eleito a 7 de maio. A este cabia a responsabilidade de escolher o novo presidente do país, e todo tipo de boatos se espalhara nos dias anteriores, por conta dos acordos que estavam sendo negociados entre os três principais partidos políticos do país – o Movimento Nacionalista Revolucionário-MNR, a Ação Democrática Nacionalista-ADN e o Movimento de Esquerda Revolucionária-MIR, na sigla espanhola. Nenhum dos três obtivera a maioria absoluta, na votação direta do primeiro turno. Assim, de acordo com a Constituição, caberia ao Congresso escolher o presidente entre os três primeiros colocados: o MNR conseguiu 22,9% dos votos; a ADN, 22,6%; e o MIR, 19,5%.

O dólar no mercado paralelo atingiu os 2,92 bolivianos, doze pontos acima da cotação oficial, e as casas de câmbio suspenderam a venda, limitando-se à compra da divisa norte-americana. O elevado fluxo de poupadores também provocou o fechamento das operações do Banco de La Paz, depois do meio-dia. Os temores foram motivados pelo vazamento da informação de que o general Hugo Bánzer, ex-ditador da Bolívia e candidato da ADN, renunciara às suas aspirações e dera o apoio a Jaime Paz Zamora, postulante da esquerda reunida na coligação MIR-Nova Maioria, que, desta forma, estava virtualmente eleito.



Jaime Paz Zamora (d) obteve o apoio de Hugo Bánzer para um projeto de mudanças sociais

A direita e a esquerda tinham chegado a um acordo inédito, que levaria à organização de um governo bipartidário, com Zamora na presidência e o vice de Bánzer, Luis Ossio Sanjinés (democrata-cristão), na vice-presidência. A ADN tinha obtido, em maio, 46 cadeiras no parlamento e o MIR, 41. Juntos, superaram os votos necessários para fazer a maioria no Congresso (de 157 membros) e, assim, derrotaram o situacionista MNR (49 cadeiras), que indicara para a presidência a Gonzalo Sánchez de Lozada, ministro de Economia do presidente Estenssoro, responsável pelo decreto 21.060, eixo da política de combate à inflação e, também, dos debates durante a campanha eleitoral. (Ver **terceiro mundo**, edição nº 121, p. 22: "Bolívia: O preço da estabilidade"; e edição

nº 122, p. 9: "O avanço do MIR").

O acordo previa, ainda, que a ADN ficaria com dez ministérios (inclusive os da área econômica, como forma, se alegou, de não se assustar o sistema financeiro) e o MIR com oito, enquanto a presidência do Senado caberia à ADN e a da Câmara dos Deputados ao MIR. Quatro corporações de desenvolvimento ficaram com o MIR, quatro com a ADN e uma nona coube ao partido que ganhara as eleições em La Paz, o recém-fundado Consciência da Pátria-Condepa (ver matéria anexa), que também apoiara a eleição de Paz Zamora, com os seus onze votos no Congresso. Representantes do Condepa presidirão, também, algumas comissões legislativas.

União contra o MNR – Como inter-

pretar esta aliança entre a direita e o esquerdista MIR, surgido no bojo da luta contra a ditadura de Hugo Bánzer e cujo candidato à presidência, Jaime Paz, fora preso e torturado naquele período? Quem mudara: Bánzer ou Paz Zamora? Ambos, o país? A resposta não é simples, mas, seguramente, há um pouco de tudo isso.

Alguns antecedentes permitem encontrar respostas para matar a charada, que, em princípio, pode ser interpretada como uma confluência de interesses, surgida do fato de ambos, a ADN e o MIR, estarem em oposição ao MNR.

Quando houve a antecipação das eleições, em 1985, e nenhum dos então candidatos obteve a maioria nas urnas, Víctor Paz Estenssoro foi eleito presidente, no segundo turno indireto do Congresso, graças aos decisivos votos do MIR. Desta forma, a esquerda inclinara o fiel da balança para o candidato do MNR, que ficara em segundo nas urnas, atrás de Bánzer. Mas, na hora de fazer as composições políticas, para poder governar sem maioria parlamentar, o velho dirigente da revolução de 1952 optou por se aliar à ADN, relegando o MIR. Surgiu, assim, o "Pacto pela Democracia", entre Paz Estenssoro e Bánzer, que permitiu a implementação da duríssima política econômica do MNR. Diga-se, de passagem, que a ADN reivindicava a política antiinflacionária de Paz Estenssoro como sua. O MNR teria tomado "emprestado" o programa elaborado para Bánzer pela equipe de economistas de Jeffrey Sachs, e o teria aplicado.

Depois do longo período de coabitação entre o MNR e a ADN, já em plena campanha eleitoral, Paz Estenssoro rompeu o "Pacto pela Democracia", sem explicações convincentes para a opinião pública e, muito menos, para os banzeristas.

"Foi puro oportunismo eleitoral", disse-nos, sem disfarçar a indignação, um dos coordenadores da campanha do general Bánzer, o então deputado da ADN Héctor Ormachea, designado agora ministro da Defesa de Paz Zamora. Aparentemente, "Goni" Sánchez de Lozada, o candidato governista, queria, dessa forma, mostrar distância do general Bánzer perante o eleitorado.

Na verdade, com essas atitudes, o MNR estava atraindo a desconfiança e até a antipatia de amplos segmentos, tanto da ADN, quanto do MIR, e os fatos mostram que este foi um dos motivos que acabaram derrotando Sánchez de Lozada no Congresso.

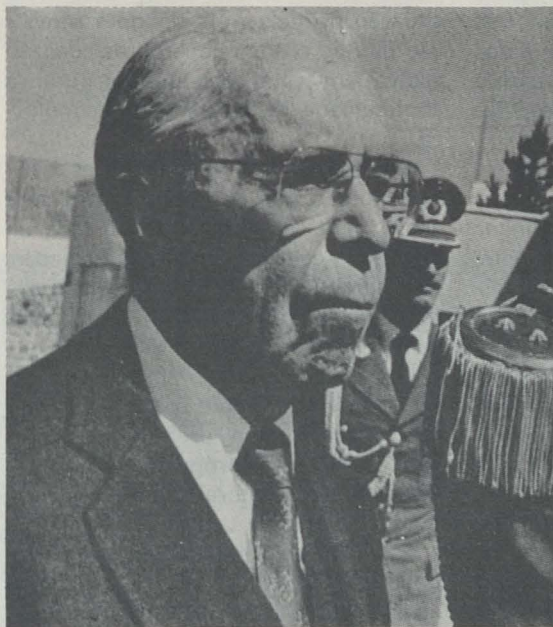
A desfeita do ex-aliado, durante a campanha, pode explicar a atitude de Bánzer, que tudo fez, inicialmente, para atrair os votos que lhe faltavam para eleger-se presidente. Convencido de que nem o MNR nem o MIR lhe dariam a vitória indireta, a Bánzer só restou escolher a quem dos opositores daria o apoio.

Quanto ao MIR, tendo obtido a terceira posição nas urnas, tinha se convertido no fiel da balança, mais uma vez. A situação lembrava muito a de 1985, quando também precisara optar entre o MNR e a ADN, e descartara Bánzer.

Numa entrevista com a imprensa estrangeira, na véspera da eleição de 7 de maio, Paz Zamora tinha sido peremptório: "Bánzer não será presidente constitucional com os votos do MIR", afirmara. Restava-lhe, então, apoiar no Congresso a Sánchez de Lozada ou tentar atrair para si os votos necessários, para que o MIR ficasse com a presidência.

Mas, houve outro fato que provocou distanciamento entre o MNR e seus dois adversários. Durante a apuração dos votos, o partido do presidente Paz Estenssoro acusou a ADN e o MIR de conluio e de propiciar irregularidades, no Tribunal Eleitoral (dominado por esses dois partidos), para lhe tirar dois senadores e quatro deputados, através de "alterações nos resultados, em várias regiões do país". E pediu a anulação das eleições ao Supremo Tribunal de Justiça. Nessa exigência, o MNR contou com o apoio da Esquerda Unida-IU, uma frente de esquerda saída do MIR, que alegava ter perdido quatro deputados. E, também, de dois partidos esquerdistas pequenos, o Partido Socialista-Um (PS-1) e o Movimento Revolucionário Tupac Katari de Libertação-MRTKL, que denunciavam ter perdido três e uma cadeiras de deputados, respectivamente. Os dirigentes do PS-1, Roger Cortez, e do MRTKL, Víctor Hugo Cárdenas, fizeram uma greve de fome, sem êxito, para pressionar o Tribunal Eleitoral.

A 28 de julho, quando faltavam apenas cinco dias para a instalação do novo Congresso, chegou-se a falar, em La Paz, de um acordo entre o MNR e o MIR. Sánchez de Lozada teria oferecido a Paz Zamora retirar as demandas e posições contestatórias ante o Tribunal



Paz Estenssoro e Sánchez de Lozada foram derrotados pelo descumprimento de acordos



No início de agosto, antes do acordo MIR/ADN, bancos e lojas de poupança sofreram saques imensos, provocados pela incerteza

Eleitoral, e dar ao MIR três ministérios e uma divisão dos cargos de confiança da administração pública, em troca dos votos do movimento, para tornar-se presidente.

MIR dá a volta por cima – Mas, se a possibilidade de uma aliança MNR-MIR realmente existiu, teve vida curta. Nos dias seguintes, amadureceu o acordo entre o MIR e a ADN, e ficou claro que o próximo presidente seria Paz Zamora. Em troca, Bánzer obteria a maioria dos ministérios e – já houve quem assim o definisse – passaria a ser uma espécie de eminência parda do governo.

O acordo estipulou a formação de comissões bipartites, para ajustar os programas partidários e definir as linhas de ação do novo governo. Basicamente, não haveria, de início, mudanças significativas na política econômica de Paz Estenssoro. Mas, a ênfase seria para o reaquecimento do setor produtivo. “Já no nosso primeiro ano de gestão, criaremos 60 mil novos empregos”, afirmou Paz Zamora, num dos seus primeiros pronunciamentos como presidente eleito. Ele assinalou, também, que a ampliação do atendimento a todos os setores sociais, nas áreas-chaves da saúde, educação, moradia e emprego, será a bússola da sua ação governamental.

O gesto de Bánzer de abrir mão da própria candidatura e a eleição de Paz Zamora puseram fim aos boatos e à instabilidade, refletida nos setores financeiros nos dias anteriores. Já no dia 4 de agosto, o dólar voltava aos níveis habituais, enquanto as lideranças da Associação dos Bancos Privados da Bolívia-Asoban saíam de uma reunião com Paz Zamora – convocada para avaliar a situação do país – afirmando a convicção de que o novo governo de coalizão estava em condições de assegurar a continuidade da estabilidade econômica.

Se as dúvidas da classe empresarial – cuja atitude nos próximos meses será chave para assegurar tranquilidade ao governo – estavam em parte dissipadas, qual seria a reação dos setores populares diante do novo governo? Com o avaliar o povo a atitude do MIR?

As reações não são homogêneas. O MIR não contava com o apoio do resto da esquerda, que preferiu concorrer com candidaturas próprias, mas, obtendo resultados eleitorais pouco significativos.

E os quase 20% do eleitorado, que optaram pelo MIR, o que acharam do acordo com Bánzer? Não é um problema simples de avaliar. Em muitos dos miristas há, sem dúvida, consciência

do risco e da responsabilidade histórica de uma aliança desse tipo. Mas, também há uma consciência de que a situação da Bolívia é tão grave, do ponto de vista social, que nenhum setor político poderia governar sem um amplo acordo, que contasse com a compreensão tanto do empresariado, quanto dos trabalhadores.

Enfim, impunha-se um grande acordo nacional, que pusesse de lado velhas rivalidades e até brigas, para favorecer a implantação de um programa de reativação econômica, capaz de ampliar o mercado interno, gerar empregos e recolocar, sob controle do Estado, um percentual significativo do PIB, que atualmente está sendo gerado pelo setor informal, a droga e o contrabando.

Só o futuro poderá dizer, se a opção da esquerda mirista – de pagar o preço da aliança com os seus antigos adversários – estará justificada historicamente. E isso será possível, se for capaz de reorientar a gestão do governo e a economia do país, em favor das classes despossuídas, as grandes vítimas do modelo econômico imposto ao país pelo MNR, o partido político que, juntos, o MIR e a ADN derrotaram no Congresso.

Beatriz Bissio

A deputada que veio do alto

Pela primeira vez na história boliviana, uma índia torna-se deputada e leva para o parlamento as reivindicações dos mais humildes

Remedios Loza, 38 anos, natural de La Paz, é a primeira deputada oriunda da classe mais explorada e segregada da Bolívia: os índios. O fato de uma *mujer de polleras* (denominação comum, no país, às índias de La Paz e que tem o sentido de mulher da camada mais pobre) ter chegado ao poder legislativo nacional poderia parecer folclore político da América Latina, se não fosse o fato de que Remedios não está disposta a ser uma figura decorativa.

Comunicadora social, em rádio e televisão, e também artesã – é assim que se autodefine Remedios, formada em jornalismo. Ela tem 19 anos de experiência profissional, “sempre sob a direção do chefe e líder Carlos Palenque (veja quadro). Também por iniciativa dele, estou agora participando da vida política”, assinala a deputada, primeira mulher a disputar mandato em La Paz pelo recém-criado movimento Consistência da Pátria-Condepa, liderado por Palenque.

Mãe solteira de uma garota de seis anos, a deputada vive com os pais, que a incentivam em suas novas responsabilidades. Apoiada, fundamentalmente, na autoconfiança, acumulada ao longo do seu trabalho nos meios de comunicação, Remedios mostra, nesta entrevista a **terceiro mundo**, que sabe por que e para que está ocupando um lugar no Congresso.

Como você se sente, como a primeira mulher índia eleita, na Bolívia, para representar o povo no parlamento?

– Estou feliz, contente e também preocupada, porque é uma grande responsabilidade. Os setores populares e aquelas pessoas que represento mais

diretamente – as mulheres humildes, camponesas, operárias, vendedoras e artesãs – nunca tiveram representação direta, no Congresso. Por isso, realmente, tenho que me esforçar e usar toda a minha capacidade, para romper os esquemas de discriminação, que impedem a participação social da mulher proveniente das classes populares.

Como a senhora vê o seu papel no Congresso?

– Tenho que lutar pela mulher. Reivindicar primeiro os direitos daquelas mais discriminadas, e, posteriormente, de todas as outras, da mulher em geral. Embora existam, no país, leis que protegem as mulheres, as crianças e os velhos, elas não são cumpridas, não têm vigência, estão “dormindo o sono dos justos”. Então, lutaremos para que essas leis funcionem, para que sejam, de fato, usadas em defesa da mulher, que é maltratada pelo marido, abandonada com seis ou sete filhos, e é quem tem que carregar toda a responsabilidade da família. Isso ocorre com as mulheres mineiras, que agora vivem em acampamentos miseráveis de La Paz, que têm que trabalhar nas ruas, com pás e picaretas, sem salários, porque lhes pagam com comida. E, diga-se de passagem, com pouca comida. É uma flagrante exploração da mulher. Tem que haver leis que protejam as mulheres,

para que elas tenham salários justos pelos trabalhos que realizam.

Na Bolívia, as línguas indígenas são discriminadas, tanto quanto seu povo. Toda a educação é feita em castelhano. A senhora, que tem experiência em programas bilíngues, nos meios de comunicação, pensa em apresentar, como deputada, algum projeto sobre o assunto?

– Claro. Aqui em La Paz e em El Alto (cidade vizinha a La Paz, a 4 mil metros de altitude, onde fica o aeroporto internacional e cuja população é indígena e muito pobre), fala-se o aimará. Em outras regiões, como Cochabamba, Sucre, Oruro e Potosí, fala-se o quíchua. É muito importante que possamos nos entender melhor, que aprendamos a falar os nossos idiomas, porque o espanhol é uma língua que nos foi imposta. Somos um povo com cultura e tradição, as quais devemos conhecer melhor, para desenvolvê-las. Isto exige que nossos idiomas sejam implantados na educação: o aimará, o quíchua e o guarani. Como deputada, vou reivindicar essa mudança no ensino. Estas três línguas, na Bolívia, devem ser estudadas antes do inglês e do francês.

Quando um indígena chega do campo, ele fala só o aimará. Ao procurar um médico, este fala só espanhol. É evidente que não pode haver entendimento entre os dois.

Loza: a mulher boliviana começa a marcar presença na atividade política do país



Tiro pela culatra

Carlos Palenque já era uma figura popular, quando estava no ar com seu programa "Tribuna Livre do Povo", que criou em 1983, na Rádio Metropolitana, de sua propriedade. Tratava-se de um espaço aberto a todos, no qual era possível ouvir de críticas e debates políticos a discussões de problemas familiares, sentimentais e comunitários. Sobre tudo para as classes mais pobres e marginalizadas, era um programa que possibilitava denúncias de sua situação, sem censura alguma.

O governo de Víctor Paz Estenssoro acabou com o programa, em setembro de 1988, e fechou os dois meios de comunicação de propriedade do radialista (a quem o povo chama de "compadre Palenque"): o canal 4 de televisão e a rádio. A jus-

tificativa foi a transmissão de uma entrevista com o chamado "rei da cocaína", Roberto Suárez, que fez duras críticas à classe política boliviana. Suárez, atualmente preso, cumprindo pena de 15 anos, denunciou, em particular, alguns dirigentes da Ação Democrática Nacionalista-ADN, o partido do general Bánzer, acusando-os nominalmente de recebimento de favores ou de associação com o narcotráfico. O fato de nada ter feito o governo para investigar as denúncias de Suárez irritou os seguidores de Palenque. Este, ao se ver privado de seus instrumentos de trabalho, decidiu entrar por inteiro na política.

Fundou o partido Consciência da Pátria-Condepa, em 21 de setembro de 1988, e se lançou candidato a presi-

dente da República. Para compor a lista de candidatos, convidou figuras populares, que não pertenciam à área política, como Remedios Loza. Alvo de severas críticas da esquerda e da direita, que não o respeitavam politicamente, o Condepa surpreendeu e obteve 40% dos votos de El Alto e cerca de 30% em La Paz (pouco mais de 9%, a nível nacional). Em ambas as cidades, passou à frente do MNR, ADN e do MIR, num desempenho eleitoral não previsto por qualquer das pesquisas realizadas antes das eleições.

Várias figuras políticas reconheceram que se tratava de um fenômeno, que obrigava os partidos a rever suas estratégias de comunicação com o eleitorado. O fenômeno, no entanto, não é apenas boliviano. Em vários países da América Latina, sobretudo naqueles que estão recuperando sua vida democrática, ho-



Palenque: volta por cima

mens e mulheres, que vêm dos meios de comunicação ou são por eles apoiados, mesmo sem antecedentes na vida partidária, são lançados de repente a posições antes ocupadas apenas por políticos tradicionais.

O fato mostra que o Condepa tem grande força potencial, mas isto pode ser, também, seu tendão de Aquiles: seguramente, o povo estará muito vigilante, exigindo o cumprimento cabal das promessas eleitorais, que se centraram no fim do clientelismo e da demagogia.

Você fala aimará e espanhol?

— Sim. Apreendi as duas línguas, simultaneamente. Na minha casa, meus pais falam os dois idiomas.

E nos seus programas de rádio e televisão?

— Também os programas são falados nos dois idiomas.

E quanto ao seu relacionamento com os demais dirigentes políticos no Congresso. Como foi recebida?

— Quando foi lançada a minha candidatura, ninguém acreditava que teríamos futuro. Não pensavam que meu partido iria obter a maioria em La Paz. Logo manifestou-se a discriminação. Criticaram a minha participação. Perguntavam: o que ela irá fazer no Congresso? Não tenho sido bem recebida.

Seguramente, estou sendo o alvo dos congressistas. Mas, estou bem preparada. Vou saber fazer frente a toda discriminação, e demonstrar que o povo também é sábio e sabe a quem eleger.

Conte-nos um pouco de sua vida de artesã.

— Tenho um atelier pequeno, onde confecciono roupas, por exemplo, minhas próprias vestimentas, saias, mantas. Também faço miniaturas de chapéus de todas as regiões. Anualmente, participo de uma exposição, na feira nacional da Bolívia.

Qual a experiência mais importante que a senhora retirou dessas eleições? O que mais a tocou como mulher índia?

— O que mais me satisfaz é que a

mulher tem participado com fé e esperança. Não foi como em outras eleições, em que ela estava passiva, era obrigada, por causa das pressões da família ou do marido, a ir votar. Agora, não. Ela foi a primeira a tomar a iniciativa e ir às urnas escolher o seu candidato.

Onde você obteve a melhor votação?

— Em El Alto. Nos setores populares e nos bairros da periferia.

Como a senhora está trabalhando?

— Continuo com os programas de comunicação. Vivo como sempre fiz, nestes 19 anos. Converso com as pessoas. Pergunto e consulto os meus eleitores sobre o que querem e o que precisam.

B.B.

Eleição sem surpresas?

Poucas mudanças se esperam no quadro político, pois os dois candidatos que lideram as pesquisas para a presidência têm um perfil conservador

Frida Modak

As eleições presidenciais no Uruguai serão realizadas dia 26 de novembro próximo e os candidatos já dão os últimos ajustes nas campanhas. O sistema político uruguaio tem várias particularidades. As eleições se realizam de acordo com a *ley de lemas*, o que permite a utilização de su-

Os presidenciais — Para as eleições deste ano, o Partido Colorado, atualmente no governo, apresentou duas listas de candidatos. Uma delas é encabeçada pelo ex-presidente Jorge Pacheco Areco (1967-1971), cujas posições direitistas e autoritárias o situam como um dos precursores do golpe militar de 1973. A outra lista tem como postulante Jorge Batlle, que foi escolhido em convenção partidária, derrotando o atual vice-presidente Enrique Tarigo, que tinha

tidos e movimentos, que cobrem amplo espectro de esquerda) tem um candidato único a presidente: o ex-general Líber Seregni. Nas eleições passadas, a Frente Ampla obteve 21,7% dos votos, o que a tornou a terceira força política do país. O recente afastamento de setores da Democracia Cristã e do Partido pelo Governo do Povo-PGP pode afetar a Frente. No entanto, pesquisas divulgadas no início de agosto lhe dão a vitória em Montevideo (50% do eleitorado do país), com 29% das preferências.

Outro candidato presidencial é o senador Hugo Batalla, presidente do PGP, que tem o apoio da Democracia Cristã e da União Cívica. Batalla é um homem de prestígio, mas, tanto à direita, quanto à esquerda, duvida-se que essa aliança tenha longa vida, porque ele se declara socialista democrático, uma definição na qual não coincidem os seus atuais com-



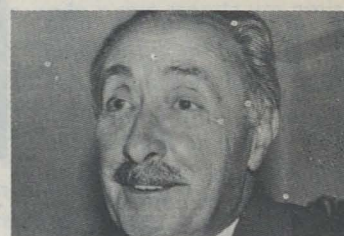
Sanguinetti



Batlle



Batalla



Seregni

blegendas. Assim, cada partido pode ter os candidatos que desejar à presidência da República, ao parlamento e aos poderes departamentais (os departamentos são unidades regionais, como os estados no Brasil). Mas, os votos de cada postulante são contados para a legenda, saindo eleito o candidato mais votado do partido que obtiver mais votos.

A legislação eleitoral tem muitos opositores, que querem modificá-la, não apenas para tornar as eleições mais diretas, mas também para permitir coalizões, que dêem aos governos base política mais ampla, em especial quando carecem de maioria parlamentar. Isso, entretanto, requer uma reforma constitucional, que tem sido proposta por alguns setores, mas sem sucesso. A crítica mais frequente à lei é que ela consagra o bipartidarismo, barrando o surgimento de reais alternativas de poder entre os partidos menores.

o apoio do presidente Júlio Sanguinetti. O avô de Batlle, José Batlle y Ordoñez, foi o criador do Uruguai moderno, e seu pai, Luis Batlle Berres, um dos grandes e últimos líderes colorados.

O Partido Nacional, ou Blanco, que se tem alternado no poder com o Partido Colorado, apresentou três candidatos presidenciais: o senador Luis Alberto Lacalle, que representa o "herrerismo", a corrente mais conservadora; o senador Alberto Zumarán, do grupo "Por la Patria" (do falecido Ferreira Aldunate); e o senador Carlos Julio Pereira, do "Movimiento Nacional de Rocha". Os primeiros apoiaram a manutenção da lei de anistia aos militares, no plebiscito de abril passado, enquanto Pereira votou pela revogação da lei. Lacalle tem um discurso modernizante, parecido com o de Batlle. Antepassados de ambos estão entre os grandes dirigentes dos dois partidos tradicionais.

A Frente Ampla (coalizão de 19 par-

panheiros de rota. A incógnita são os votos que Batalla tirará da Frente Ampla, da qual se afastou há poucos meses.

Nos posicionamentos dos presidenciais quanto à situação atual do país, há semelhanças de diagnósticos, mas as propostas de governo são diferentes. Lacalle e Batlle defendem, a "modernização" capitalista, enquanto a Frente Ampla propõe o começo de mudanças de natureza mais avançada.

A crença generalizada é que, tal como vão as coisas, o ganhador será o colorado Jorge Batlle, com quem haveria continuidade partidária no governo, embora ele não seja o favorito do presidente Sanguinetti.

No entanto, há indícios de que as coisas podem mudar: o candidato conservador blanco Luis Alberto Lacalle despontava, no correr de agosto, como o preferido, nas pesquisas de opinião a nível nacional, ficando Batlle em segundo.

As expectativas de paz

Angola vive a última fase de seu plano de pacificação interna, após o acordo de Gbadolite, em meio a atos de provocação de um grupo da Unita que recusa o entendimento

João Melo

Um aperto de mão entre o presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, chefe da Unita, organização direitista apoiada pela África do Sul e pelos Estados Unidos, assinalou, no passado dia 22 de junho, o início de um processo que, segundo se espera, colocará fim a um conflito de 14 anos entre o governo angolano e os rebeldes. O cenário: a desconhecida localidade zairense de Gbadolite, onde, perante 22 chefes de Estado africanos, um Savimbi visivelmente pouco à vontade declarou, solenemente, aceitar o plano de paz das autoridades angolanas, que prevê, inclusive, "o afastamento voluntário e temporário" do chefe da Unita da cena política. Os chefes de Estado foram chamados a Gbadolite pelo presidente Mobutu, do Zaire, surpreendentemente investido das funções de mediador.

Outros pontos fulcrais do plano de paz do governo angolano são a garantia da integridade territorial do país, cabendo ao exército nacional (as FAPLA) cuidar da segurança das fronteiras; o fim das ingerências externas; a manutenção do sistema de partido único (à semelhança da esmagadora maioria dos Estados africanos); e a integração individual dos membros da Unita na socie-



José Eduardo dos Santos lançou a conciliação e Mobutu intermediou o diálogo



dade angolana, podendo ocupar cargos de responsabilidade nas instituições civis e militares existentes no país. Depois de Jonas Savimbi ter aceito formalmente estes princípios – o que equivale ao reconhecimento do poder constituído em Angola – o presidente José Eduardo dos Santos levantou-se e, diante dos seus colegas do continente, apertou a mão do velho rival. Finda a reunião, aceitou também participar de um jantar e posar para uma fotografia de grupo, com a presença de Savimbi.

A fim de criar as condições e os mecanismos indispensáveis à aplicação dos entendimentos alcançados, o encontro de Gbadolite estabeleceu um cessar-fogo, que deveria vigorar em Angola a partir de zero hora do dia 24 de junho, bem como a constituição de uma comissão tripartite, formada por representantes do governo, da Unita e do Zaire, para estudar a integração dos rebeldes na sociedade angolana.

O acessório e o principal – Eis alguns

dos pontos-chaves da declaração emitida pelos 22 chefes de Estado africanos, no final da reunião de Gbadolite:

- Vontade de todos os filhos e filhas de Angola de pôr fim à guerra civil e de proclamar ao mundo a reconciliação nacional;

- Cessação de todas as hostilidades e proclamação do cessar fogo;

- Constituição de uma comissão encarregada de estabelecer as modalidades de aplicação do plano de paz, com a mediação do presidente Mobutu;

- Próximo encontro dos chefes de Estado no Zimbábue, "para avaliar os resultados desta reunião".

Alguns dias depois, já em Luanda, o presidente José Eduardo dos Santos acrescentaria que, durante o encontro de Gbadolite, também foi decidido manter secreta a resolução tomada em relação ao "caso especial" de Jonas Savimbi. Informações não confirmadas garantem que tal decisão foi tomada a pedido pessoal do próprio Savimbi. Depois de ter concordado em exilar-se

temporariamente, o chefe da Unita teria solicitado, de acordo com tais informações, que essa decisão não fosse revelada à imprensa e que, além disso, a escolha do país fosse deixada ao seu critério pessoal.

Uma leitura da declaração e dos entendimentos alcançados em Gbadolite permite verificar, que o governo do presidente José Eduardo dos Santos fez algumas concessões de forma, ao permitir a inclusão no documento das expressões "guerra civil" e "reconciliação nacional", em vez de "conflito interno" e "harmonização nacional", usadas oficialmente em Luanda. Em contrapartida, a declaração não menciona a Unita, enquanto organização, nem o seu líder, Jonas Savimbi. Igualmente, ratifica o termo "integração" dos elementos da Unita e não "participação", como, segundo se sabe, pretendiam os liderados de Savimbi, para dar a idéia - falsa - de uma partilha do poder.

Mas, o mais importante, mesmo, foram os acordos substanciais. Não há dúvida, que a manutenção do sistema de partido único e o afastamento temporário de Jonas Savimbi tornam o governo angolano o principal ganhador dos entendimentos de Gbadolite.

Em troca, serão possivelmente oferecidos postos na administração, a alguns dos atuais integrantes da Unita.

A disposição pacificadora do governo angolano veio a produzir, portanto, um tipo de acordo capaz de permitir a concentração de esforços nas tarefas do desenvolvimento.

Covém notar que, de acordo com a constituição angolana, o governo é um instrumento da política traçada pelo MPLA-Partido do Trabalho, definido como "força dirigente da nação".

Rapidez surpreendente -

Depois de ter assinado, em dezembro de 1988, os acordos de paz com a África do Sul e Cuba, que criaram as condições para o fim da guerra no sul do país, Angola manifestou diversas vezes a sua disposição para

solucionar, igualmente, o conflito interno com os homens chefiados por Savimbi. Desde o início deste ano, uma série de movimentações trabalhavam nesse sentido. Apesar disso, a velocidade dos acontecimentos não deixou de surpreender os observadores.

A partir de março, os fatos ganharam um impulso decisivo. Eis uma breve evolução dos antecedentes mais próximos da reunião de Gbadolite:

- Em março, o presidente José Eduardo dos Santos, falando na Assembleia do Povo (parlamento), apresenta um conjunto de princípios para a pacificação interna do país, dos quais sobressaem a integração dos elementos da Unita, o tratamento especial do caso de Jonas Savimbi, a necessidade de respeitar a legislação e as estruturas existentes no país, e a cessação de todas as ingerências externas.

- Dias depois, a Unita divulga um plano de paz, propondo o exílio de Savimbi por dois anos, findos os quais seriam realizadas eleições no país, a constituição de um governo de transição e a declaração do Caminho de Ferro de Benguela como zona de paz.

- O governo agarra nos dois únicos pontos da proposta da Unita que considera "positivos" - o exílio de Savimbi e a utilização da ferrovia de Benguela somente para fins pacíficos - e reelabora o seu próprio plano de paz, o qual, contrariamente ao da Unita, mantém o re-

gime de partido único e oferece a possibilidade de os homens de Savimbi serem integrados apenas individualmente nas estruturas angolanas.

- O plano de paz do governo é apresentado, no mês de maio, aos oito presidentes da África Central e Austral, reunidos em Luanda, que o aceitam e se comprometem a assegurar o apoio internacional necessário à sua aplicação (assim, o presidente Omar Bongo, do Gabão, foi encarregado de contatar a França, enquanto a Grã-Bretanha e os Estados Unidos seriam contatados, respectivamente, pelos presidentes Kenneth Kuanda, da Zâmbia, e Mobutu Sese Seko, do Zaire).

- Nessa reunião (16 de maio), ficou ainda acertado que os oito chefes de Estado voltariam a se reunir, em agosto, na localidade zaireense de Gbadolite;

- Por sua livre iniciativa, o presidente zaireense contata também a África do Sul e a Unita, após o que manda um emissário a Luanda, para assegurar ao presidente José Eduardo dos Santos, que os homens de Savimbi estavam de acordo com o plano de paz do governo angolano.

- Em função disso, Mobutu propõe que a reunião prevista para agosto seja antecipada para o dia 23 de junho, e que, além disso, seja alargada a um maior número de presidentes africanos, o que merece a concordância de José Eduardo dos Santos.

Três fatores parecem ter-se conjugado para esta antecipação dos acontecimentos: 1 - a incapacidade da Unita para resistir a uma ofensiva generalizada das FAPLA, prevista, segundo algumas fontes, para meados de julho (sabe-se que as maiores pressões, para que Savimbi fosse a

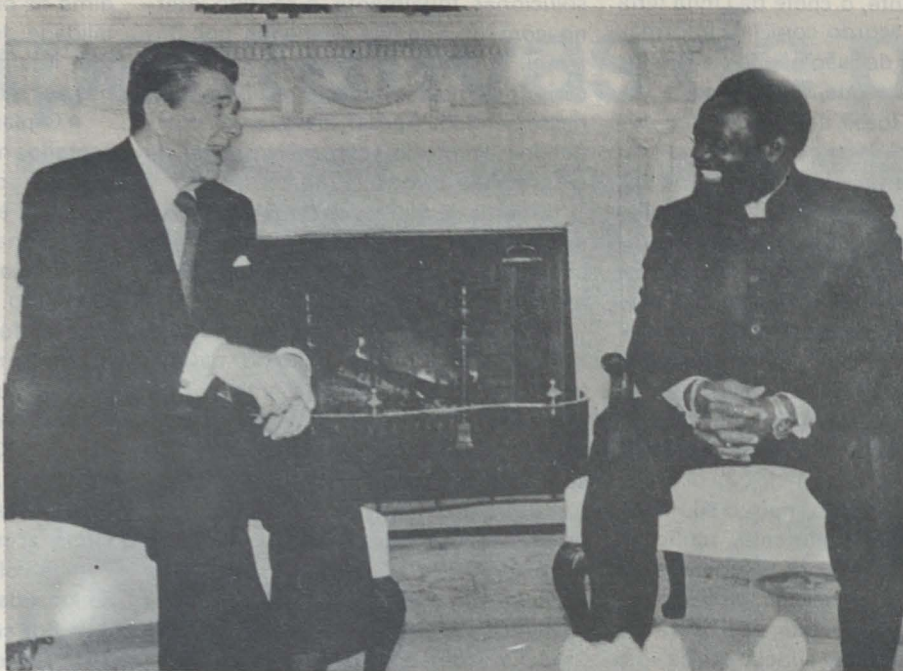


Savimbi: incerto quanto ao acordo assumido ante os chefes de Estado africanos

Gbadolite, partiram dos seus próprios chefes militares); 2 - a disposição do presidente Eduardo dos Santos, reite-reada em diversas ocasiões, de evitar mais derramamento de sangue; 3 - a intenção do presidente Mobutu, de "ganhar pontos" internacionalmente.

Confusão na Unita - Os entendimentos de Gbadolite criaram um mal disfarçado clima de desorientação e confusão, no interior da Unita, e os seus responsáveis passaram a proferir declarações desencontradas sobre os compromissos assumidos. O ponto mais controverso é o exílio de Jonas Savimbi. Por exemplo, depois de o ter anunciado, o representante da organização rebelde em Lisboa, Adriano Sakala, negou atabalhoadamente tal exílio, afirmando: "Savimbi não é presidente dele próprio, para tomar esta decisão".

O próprio chefe da Unita, ao regressar ao quartel-general da organização, na Jamba (fronteira com a Namíbia), desencadeou uma intensa campanha de desorientação informativa, dando a entender que não havia, afinal de contas, assumido os compromissos noticiados internacionalmente, num esforço patético para justificar, perante os seus simpatizantes, a dimensão das concessões feitas em Gbadolite. No auge dessa campanha de desinformação, favorecida pela lentidão com que, no lado oficial, as notícias chegavam ao conhecimento do público, a Unita chegou ao ponto de atacar a "Voz



No ano passado, o estímulo de Reagan à ação da Unita, também apoiada por Pretória

Surto de contestação

Apesar do acordo celebrado em Gbadolite, ante vários chefes de Estado africanos, a Unita intensificou os ataques terroristas no território angolano, no correr do mês de julho e início de agosto, numa atitude que desnorteou o próprio presidente zaireense Mobutu, intermediário da negociação.

O primeiro ataque de maior repercussão foi a derrubada de um avião comercial angolano, no dia 23 de julho, no leste do país, provocando a morte de 42 dos 48 ocupantes do aparelho, que se encontrava a 40 km do aeroporto de Cazombo. Uma semana depois, a Unita atacou na região onde se constrói a hidrelétrica de Capanda, no rio Kwanza, na província central de Malange, provocando ferimentos em seis civis, entre eles um brasileiro que atua no projeto.

Segundo relato da agência noticiosa Angop, vários outros atentados ocorreram na última semana de julho, nas províncias de Zaire, Uíge, Kwanza Sul, Benguela, Huambo, Lunda-Norte, Moçico e Kuando Cubango, provocando um total de 17 mortes e deixando 40 pessoas feridas, além de causar a destruição de vinte casas e de seis carros.

Todos os protestos angolanos receberam evasivas como resposta, desenhando-se um quadro que configurava uma cisão na Unita, na qual elementos contrários ao diálogo propiciado pelo governo angolano estariam sendo estimulados a jogar por terra os esforços de pacificação.

A ofensiva terrorista prosseguiu no início de agosto, até mesmo quando se retomava o diálogo entre

representantes de Luanda e do grupo rebelde, no dia 8 do mês passado, no Zaire: levantamento angolano indicava que os atentados haviam provocado 70 mortes em diversas áreas do país, na primeira semana do mês, além de ferimentos em 142 civis, enquanto os desaparecidos chegavam a 40.

A posição angolana foi definida pelo presidente José Eduardo dos Santos, em seguidas declarações, em que reafirmou a posição oficial de manter a porta aberta ao diálogo e sustentar o acordo celebrado em Gbadolite, apesar de todas as provocações. Assim, as FAPLA mantiveram-se em alerta, mas sem desencadear qualquer operação de perseguição aos grupos atacantes.

"Eles utilizam uma linguagem de paz, mas assumem, na prática, uma atitude de guerra", definia o presidente angolano, no início

da América", ligada aos serviços de propaganda e informação dos Estados Unidos, e a BBC, por terem revelado que ele ia para o exílio.

Dois amigos de Savimbi encarregavam-se, em momentos diferentes, de deitar por terra todo esse esforço, para dar o dito por não dito. Omar Bongo e Mobutu Sese Seko já confirmaram à imprensa internacional que, em Gbadolite, ficou efetivamente acordado o afastamento temporário do chefe da Unita. O correto e sóbrio Aristides Pereira, presidente de Cabo Verde, fez idêntica declaração ao diário português "O Europeu".

Em Luanda, atribui-se normalmente essa confusão dentro da Unita ao acirramento das divisões internas, na organização, entre aqueles que querem acabar com a guerra e os que teimam em prolongá-la. Igualmente, pensa-se que esse estado de perplexidade está na origem das violações do cessar-fogo, em

vigor desde 25 de junho, por parte de grupos da Unita (poucos dias depois de Gbadolite, por exemplo, Luanda ficou sem luz durante 72 horas, por causa de uma sabotagem nos postes de transmissão de energia). As autoridades têm lidado com estes fenômenos com muita ponderação, pois acreditam que o processo de paz em Angola é irreversível. Esse é também o sentimento dominante entre a população.

Longo caminho – Seja como for, resta ainda um longo e complexo caminho até a completa pacificação de Angola. Há pontos acertados em Gbadolite, por exemplo, que não estão suficientemente esclarecidos, como a duração do exílio de Savimbi, os cargos que serão ocupados pelos atuais membros da Unita e, num plano mais amplo, o próprio futuro dessa organização (aceitará, tranquilamente, a sua virtual desintegração? Ou passará a uma nova fase de luta, aproveitando a possibilidade de integração dos seus membros na sociedade angolana, para organizar-se clandestinamente? Ou, justamente por causa do impacto dessa integração, entrará num processo acelerado de erosão interna?).

Também ain-

da não está clara a atitude dos Estados Unidos, em relação a Angola e aos últimos acontecimentos ocorridos no país. Na véspera da reunião de Gbadolite, o subsecretário de Estado para os assuntos africanos, Herman Cohen, afirmou que os Estados Unidos aceitariam "uma solução africana" para o caso de Angola. Posteriormente, no entanto, a Casa Branca declarou que iria continuar a apoiar a Unita. O presidente George Bush teria chegado a dizer ao seu colega português, Mário Soares, que os Estados Unidos insistem na necessidade de um governo conjunto MPLA-Unita. Ao mesmo tempo, funcionários norte-americanos conversam com as autoridades angolanas sobre a possibilidade do reconhecimento de Angola pela Casa Branca. Enfim, o mínimo que se pode dizer das posições dos Estados Unidos, acerca dos últimos desenvolvimentos em Angola, é que são ambíguas.

Quando regressou a Luanda, depois de ter participado do encontro de cúpula de Gbadolite, o presidente José Eduardo dos Santos afirmou: "Demos um primeiro passo. O futuro dirá, mas pelo menos agimos todos de boa vontade". É dessa boa vontade conjunta que o país precisa, para consolidar de vez as frágeis perspectivas de paz existentes e dedicar-se, integralmente, às tarefas da reconstrução e do desenvolvimento.

Figuras-chave num jogo complexo – O processo de pacificação interna de Angola, que começa agora a engatinhar, coloca desde logo em evidência três personagens centrais, movidos, cada um deles, por interesses, condicionamentos e expectativas diferentes, mas que parecem conjugar-se, criando condições objetivas para a completa cessação da guerra naquele país africano e, a médio prazo, para a total eliminação dos conflitos

de agosto. "A intensificação de suas ações militares, contra a população e seus bens e contra unidades isoladas do exército, tem em vista apresentar a falsa imagem de um agrupamento forte, para reivindicar estatuto político e continuar a traír nosso povo".

Nas reuniões iniciadas a 8 de agosto, no Zaire, as comissões angolana e da Unita, sob a mediação do Zaire, discutiam detalhes para a implementação do cessar-fogo acertado em junho. Os rebeldes recusavam-se a aceitar a presença de uma comissão mista em seu quartel-general de Jamba, o que estimulava os rumores de que sua posição visava a impedir a comprovação de que lá existem mercenários sul-africanos, norte-americanos e europeus, coordenando as atividades do grupo de Savimbi.

Em Lusaka, a 10 de agosto, o presidente de

Zâmbia, Kenneth Kaunda, abriu a conferência presidencial dos países da Linha de Frente (Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), alertando para o perigo das violações provocadas pela Unita, mas fazendo votos de que o processo lançado pelo presidente José Eduardo dos Santos, de clemência e harmonização nacional, continue a avançar.

Material de guerra apreendido à Unita, no extremo sul, antes do acordo



na África Austral, incluindo Moçambique e o interior da África do Sul. São eles:

Mobutu Sese Seko – Os norte-americanos desde há muito que pretendem fazer do Zaire a nova retaguarda da Unita, depois da independência da Namíbia. Aparentemente, contudo, o presidente Mobutu está consciente dos graves riscos que correria, se embarcasse nessa aventura. Além do maior poderio do exército angolano, os próprios refugiados catangueses em Angola, que se opõem ao governo de Mobutu, poderiam ser "reativados". Por outro lado, o prestígio internacional do presidente zaireense está muito baixo, com destaque para o diferendo com a Bélgica, o que dificulta a obtenção de créditos.

Incapaz de substituir a África do Sul no apoio a Savimbi, o marechal Mobutu "deu a volta por cima", fazendo precipitar um processo que, pelo menos, lhe pode dar ganhos diplomáticos consideráveis. Isso gerou até ciúmes por parte de outros chefes de Estado

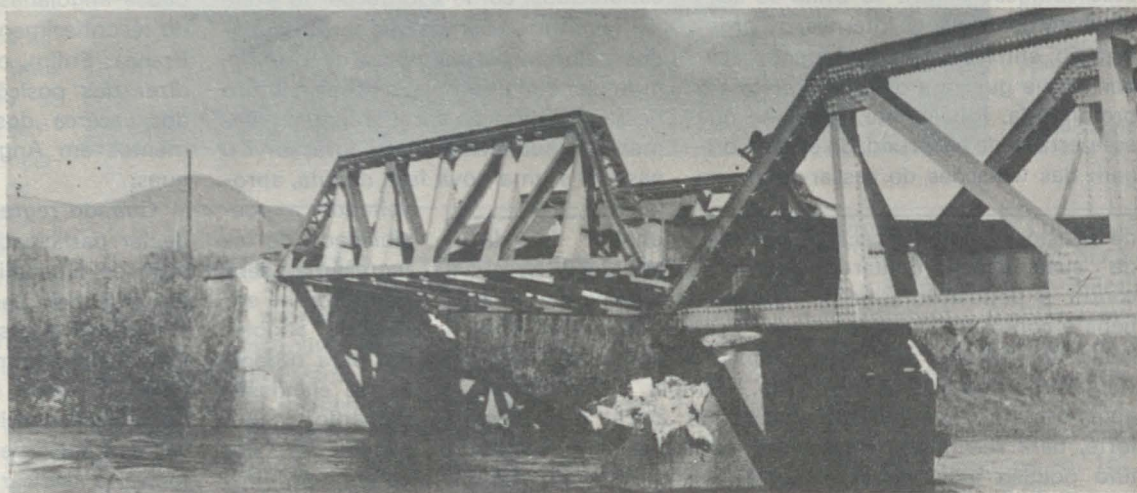
africanos, como Omar Bongo, do Gabão, e Houphouët Boigny, da Costa do Marfim. Na verdade, foi no primeiro que o presidente Dos Santos começou por apoiar-se, para fazer vingar a sua tese de uma "solução africana" para Angola. Quanto ao velho Boigny, o autor desta matéria soube que, até a última hora, ele tentou sabotar a reunião de Gbadolite. As autoridades angolanas acabaram por aceitar a mediação zaireense, apesar das reservas criadas por anos de surda hostilidade, na expectativa fundamental de neutralizar um dos mais importantes apoios da Unita na África.

Jonas Savimbi – Uma história real comprova a situação pouco confortável em que ficou o chefe da Unita, em todo este processo. Quando já estavam todos

os presidentes africanos em Gbadolite, soube-se que Savimbi estava relutante em comparecer, apesar das suas promessas anteriores. O presidente Mobutu, então, deu-lhe um telefonema irado para a Namíbia e disse-lhe: "Se você não vier, a Unita não terá mais nenhum apoio na África e terá de ir para o interior de Angola, continuar a guerra sozinha". Além disso, Mobutu pediu ao presidente norte-americano, George Bush, que intercedesse junto aos sul africanos, para que estes colocassem Savimbi num avião e o despachassem para Gbadolite.

A verdade é que o chefe da Unita, depois de ter prometido, ao longo de

aparece como o vencedor real de Gbadolite. Saiu da reunião engrandecido como estadista. Ao abdicar de uma operação militar que a Unita, segundo avaliação de insuspeitos observadores ocidentais, não estava em condições de suportar, o presidente angolano demonstrou a sinceridade dos seus propósitos de evitar mais perdas de vidas humanas. Deu mais um exemplo, também, da sua capacidade de negociador: depois de ter conseguido um acordo extremamente satisfatório com a África do Sul, obteve o apoio de toda a África para o seu plano interno de paz, cuja aceitação pela Unita significou um reconhecimento das autoridades e das leis



O surto de ataques representa altos prejuízos econômicos, mas o plano oficial de paz continua de pé

todos estes anos, ocupar a capital angolana pela força, tem muitas dificuldades para explicar aos seus simpatizantes os compromissos que assumiu diante dos chefes de Estado africanos, em especial o seu exílio temporário. Alguns observadores acham também que ele tem um grande temor: a possibilidade de ser "esquecido" pelos seus homens que aceitarem a integração oferecida pelo governo. Entretanto, Savimbi ainda tem fôlego para criar uma certa confusão, graças ao seu velho dom para a demagogia e carisma junto aos seus liderados. Não se sabe, igualmente, se os Estados Unidos já resolveram deixá-lo cair definitivamente ou não.

José Eduardo dos Santos – Apesar da sua tradicional discrição e prudência,

vigentes atualmente em Angola.

Parece cada vez mais claro, que José Eduardo dos Santos tem na cabeça um projeto para Angola, que passa pelo fim da guerra, a democratização interna da sociedade, a conciliação de todos os interesses nacionais, a defesa da legalidade, a modernização da vida política e econômica, e o desenvolvimento do país, inserindo-o, gradualmente, nas mais avançadas tendências contemporâneas.

Tem pela frente, depois de Gbadolite, mais uma delicada negociação política, destinada a concretizar as modalidades para a integração dos membros da Unita na sociedade angolana. Do sucesso dessa negociação, que terá reflexos gerais em todas as áreas, depende o seu projeto global de estabilização e modernização de Angola.

Jogo de Pretória

Confirmando as denúncias de manipulações no processo de libertação da Namíbia, o governo sul-africano utiliza medidas financeiras para manter subordinada a economia do território

A África do Sul prossegue a silenciosa campanha para estrangular a Namíbia, através de manipulações financeiras, assim que esta se tornar independente. A 20 de junho último, criou um imposto de consumo de 10% e agora planeja deixar de pagar os salários do funcionalismo, enquanto continua a administrar a colônia. A manobra ocorre após a denúncia de uma dupla estratégia, destinada a garantir a dependência financeira da Namíbia aos mercados de capital de Joanesburgo. O novo imposto de consumo é visto como reação à queda catastrófica da receita pública da colônia, arquitetada recentemente pelo próprio governo da África do Sul.

A crise foi deflagrada em agosto do ano passado, quando o ministro sul-africano da Fazenda, Barend du Plessis, anunciou que o subsídio anual, oferecido por seu ministério à administração colonial da Namíbia, seria reduzido, no corrente ano, em 73%, baixando do equivalente a 821 mil dólares para 221 mil dólares. Du Plessis emitiu instruções para o Banco Central da África do Sul, no sentido de não subscrever mais quaisquer novos empréstimos à administração de Windhoek, a partir de 1º de abril, quando teve início o período de transição, sob a supervisão das Nações Unidas.

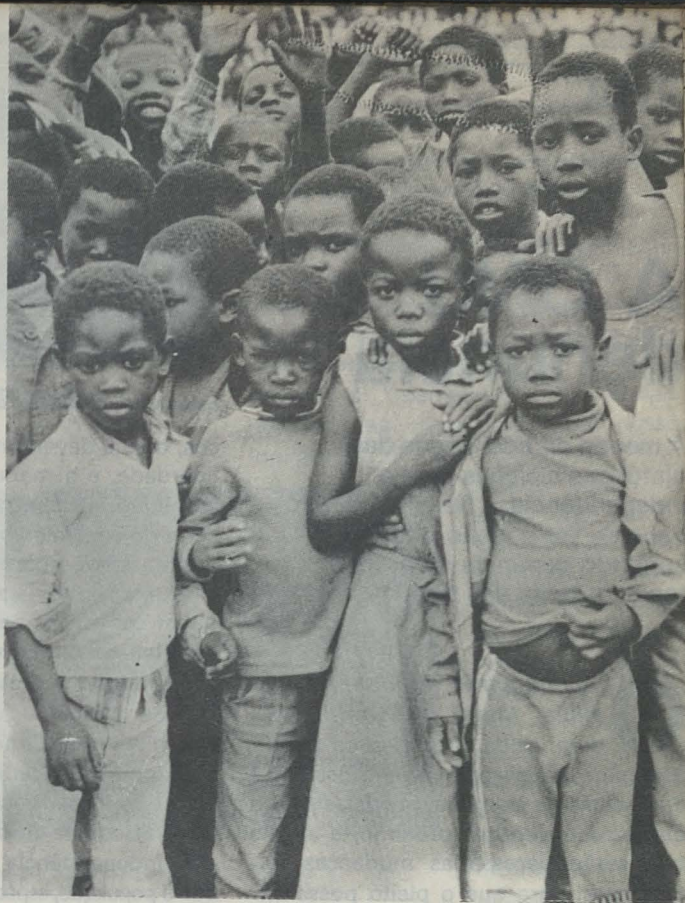
Sugando as riquezas – Economistas, como o professor Reginald Green, da Universidade de Sussex, na Grã-Bretanha, revelam que o chamado subsídio anual de Pretória à Namíbia representa, na verdade, um substancial lucro financeiro líquido para a África do Sul, e que,

de qualquer modo, a transferência orçamentária tem sido usada em apoio à ocupação militar e a estruturas ineficientes de bantustões no vasto território namibiano.

O professor Green comprova, ainda, que Pretória paga, há anos, direitos alfandegários e imposto de consumo, na colônia, em bases subvalorizadas.

Nos termos do plano da ONU para a independência da chamada África do Sudoeste, a África do Sul é responsável pelo financiamento de sua administração colonial, durante o período de transição. Agora, autoridades do Departamento da Fazenda, mantido por Pretória, dizem que as suas verbas só durarão até dezembro, precisamente quando a nova assembléia constituinte do território, eleita sob supervisão da ONU, deverá iniciar os trabalhos de elaboração da primeira Constituição nacional. As autoridades acreditam que a projetada insuficiência orçamentária – de 1,33 milhão de dólares, equivalente a 25% dos gastos totais – pode significar que os salários do governo colonial não serão pagos, durante os meses cruciais que precederão a independência. Todos os departamentos governamentais na Namíbia receberam instruções de fazer cortes drásticos, reduzindo ainda mais os magros subsídios a projetos de educação e assistência social, tais como hospitais religiosos.

Autoridades do Departamento da Fa-



Refugiados namibianos aguardam mudanças com a independência

zenda de Windhoek manifestaram a esperança de que cheguem fundos adicionais, em 1990. Em meados de abril, o diretor do Banco Central da África do Sul, Gerhard de Kock, disse haver discutido com agências da ONU, a respeito de ajuda ao desenvolvimento namibiano. Contudo, o representante especial da ONU no território, Martti Ahtisaari, disse, no dia 5 de maio último, que a responsabilidade fiscal pelo território cabe unicamente ao governo da África do Sul, durante todo o período de transição. Em outras palavras, as funções normais de governo, durante esse período de passagem à independência, deverão ser financiadas pelos sul-africanos, que, por quase oito décadas, têm tirado total proveito das riquezas namibianas.

Uma vez que o plano da ONU preserva a condição ilegal da presença de Pretória no território, doações ou empréstimos estrangeiros à administração colonial continuam proibidos, o que deixa o futuro namibiano dependente, em aspectos vitais, das maquinações do regime racista, que pode armar inúmeras bombas-relógio que afetarão os primeiros passos da administração nacional em Windhoek.

A ONU denuncia

A menos de três meses das históricas eleições para a independência, a Namíbia corre o risco de ver o pleito fraudado, segundo denúncia do próprio representante das Nações Unidas

O representante da ONU na Namíbia, Martti Ahtisaari, considera ainda precárias as condições para a realização de eleições livres e honestas na Namíbia, previstas para o dia 6 de novembro próximo, e afirma que serão necessárias mudanças importantes, para que o pleito possa expressar a vontade livre da população, no primeiro ato decisivo da independência do país. Ahtisaari denuncia, entre as dificuldades maiores, a ação ilegal da polícia, especialmente do grupo Koevets, a permanência na cadeia de presos políticos,



Estudantes protestam contra planos do apartheid

cos, que já deveriam ter sido postos em liberdade, e a manutenção de leis discriminatórias contra a maioria negra, além do controle absoluto, por parte do regime racista, sobre o rádio e a televisão.

Numa entrevista à imprensa, com quem conversou na cidade sul-africana de Stellenbosch, na segunda semana de agosto, o representante das Nações Unidas assinalou que o corpo anti-guerrilheiro dos Koevets – utilizado nas duas últimas décadas para combater as forças da Organização do Povo da África do Sudoeste-Swapo, que lidera a luta pela independência – continua a intimidar a população, especialmente no norte do país, tentando impedir o apoio à Swapo e a ação política dos antigos guerrilheiros, que voltaram ao país e se preparam para participar das eleições de novembro.

Ao mesmo tempo, a África do Sul está utilizando membros da Unita, gru-

po rebelde angolano, de direita, no trabalho de recenseamento eleitoral no norte namibiano. O fato já é do conhecimento do Grupo de Apoio à Transição das Nações Unidas-Untag, que, no início de agosto, estava para formalizar sua queixa ante a administração sul-africana.

Fraude do título – Segundo o presidente da Swapo, Sam Nujoma, a África do Sul está utilizando diversos expedientes para viciar o pleito namibiano, recorrendo também à intimidação, constatada pelos próprios órgãos da ONU, e à fraude na concessão dos títulos eleitorais. Assim, o regime racista está preparando 15 mil cidadãos sul-africanos a votar, como se fossem cidadãos do território.

O governo do apartheid aprovou uma lei que permite, a um sul-africano que já tenha vivido na Namíbia, viajar ao território para inscrever-se como cidadão namibiano, retornar à África do Sul, e, em novembro, reingressar em território namibiano para votar. O objetivo, segundo Nujoma, é impedir que a Swapo alcance os dois terços dos votos, que darão o poder nacional ao movimento independentista, de cunho socialista.

“Apesar disso, a Swapo – que luta pela independência há 23 anos – deverá vencer facilmente as eleições”, disse, em Londres, no início de agosto, o líder da organização, que alertou, contudo, que “o efeito cumulativo de intimidações, participação de estrangeiros nas eleições e as muitas irregularidades que se registram no trabalho de recenseamento do eleitorado, estão afetando a lisura do processo”, com consequências políticas futuras incalculáveis. Sam Nujoma apelou ao governo britânico – com fortes laços políticos e econômicos com Pretória – para que pressione o regime sul-africano a seguir, estritamente, a resolução das Nações Unidas para a independência da Namíbia.

O apelo do secretário

Na visita que fez à África, no final de julho, o secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, esteve também na Namíbia, onde se encontrou com as lideranças políticas nacionalistas. Ele se disse otimista com o processo, embora tenha reconhecido que persistem problemas graves, como as atividades policiais irregulares no norte do território, o que levou a ONU a reforçar seu contingente na região.

Pérez de Cuéllar assinalou, entre as dificuldades, a questão dos meios de comunicação e sua atuação no decorrer da campanha eleitoral, que está se iniciando. O controle absoluto, por parte dos sul-africanos, sobre o rádio e a televisão – já denunciado por Martti Ahtisaari, que representa a ONU em Windhoek – foi apontado

pelo secretário-geral da organização como um dos mais graves empecilhos à liberdade, pois é real o risco de que estes meios, de alcance extraordinário para formar a opinião pública, sejam utilizados pelo regime colonialista para influir, decisivamente, no processo eleitoral.

Ao falar, dias depois, ante a Organização de Unidade Africana-OUA, reunida na Etiópia, ele destacou a questão da Polícia da África do Sudoeste, formada com quadros da antiga Koevet, a força antiterrorismo, como a mais preocupante. Desobedecendo o plano da ONU, a força policial do agonizante regime colonial continua a utilizar armas pesadas e veículos de guerra. A ONU fará todo o possível para impedir fraude nas eleições de novembro.

Reforma sem resultados

Com o FMI, a produção agrícola aumentou e algumas firmas tiveram lucro, mas a recuperação econômica não veio e a comunidade internacional é aconselhada a investir em países mais prósperos

O programa de recuperação econômica da Tanzânia (ERT) está para completar três anos e seus resultados limitados são o tema dos debates políticos em Dar-es-Salaam.

O ERT foi ativado em junho de 1986. Trata-se de um programa elaborado pelo governo do presidente Ali Hassan Mwinyi, seguindo as recomendações do Fundo Monetário Internacional-FMI, Banco Mundial-Bird e a comunidade financeira mundial. Aos tanzanianos, foi dito que o plano era essencial, para que os financistas e doadores internacionais continuassem a emprestar dinheiro para importações e projetos de desenvolvimento. O objetivo era tornar a Tanzânia menos dependente de ajuda externa, mais apta a produzir os seus próprios alimentos e manufaturados, e capaz de pagar as dívidas junto ao sistema financeiro internacional e bancos privados.

Insuficiências — A prioridade era reduzir os obstáculos às importações, incentivar o capital privado, reestruturar os setores agrícola e industrial, e eliminar gradualmente os subsídios de preços e de taxas de câmbio.

A agricultura reagiu bem. Na safra de 1987-88, a produção aumentou em 4,4%. Um número maior de agricultores pôde alimentar-se do que produzia e, com isso, a necessidade de importar alimentos foi menor.

Mas, o estado precário da infraestrutura de armazéns e transportes impediu que os alimentos chegassem às cidades. Os produtos agrícolas de exportação não tiveram como ser levados aos portos. A relativa prosperidade nas zonas rurais não se traduziu em ganhos para a nação como um todo. Dada a pouca capacidade de armazenagem, o país perdeu 40% da colheita de 1987-88.

As estradas constituíram outro pro-



B. Conable/M. Camdessus: Bird/FMI impondo receitas

blema. Em toda a Tanzânia, só existem 30 estradas pavimentadas. As outras transformam-se em mares de lama, durante a estação chuvosa. O resultado, no caso do arroz, foi que mais de 60.000 toneladas ficaram empilhadas próximo à cidade de Shinyanga, em 1988, enquanto o preço do produto disparava em Dar-es-Salaam. Nas regiões cotonicultoras, o algodão espera transporte há dois anos. Enquanto isto, os frustrados agricultores têm de pagar preços mais altos pelos insumos de que necessitam.

A inflação e a pressão do FMI reduziram o poder aquisitivo da moeda do país em mais de 650%, desde que o ERT entrou em vigor, enquanto o cancelamento de controles de preços fez subir o preço das matérias-primas.

No setor industrial, o plano fez aumentar as exportações de algumas grandes empresas. Mas, a concorrência das importações mais baratas, a incapacidade de mudar as estruturas administrativas ou aumentar a produtividade, e a implantação de uma política desigual de investimento, por parte do governo, contribuíram para retardar o progresso.

Taxas de juros de 30% e a exigência de grandes depósitos, para a concessão de crédito, fizeram com que o acesso a

divisas estrangeiras e empréstimos ficasse restrito às maiores empresas.

Abrir o mercado — O resultado final talvez venha a ser a estagnação, e não a reestruturação nos moldes daquilo que, segundo Isaack Kilato, diretor de licenças de importação do Banco da Tanzânia, é a "mentalidade de mercado aberto" da "maioria dos nossos doadores".

Agora, porém, as autoridades tanzanianas estão exigindo que a comunidade internacional passe a apoiar o processo. Em recentes negociações com o FMI, com o Banco Mundial e principais nações doadoras, as autoridades financeiras da Tanzânia disseram que, apesar do

lento progresso do ERT, as iniciativas na frente interna, demonstraram que havia um compromisso com o desenvolvimento sócio-econômico a longo prazo e com planos de crescimento, nos moldes do mercado livre. Adotando as recomendações feitas por esse grupo, as instituições financeiras internacionais forneceram 200 milhões de dólares para importações.

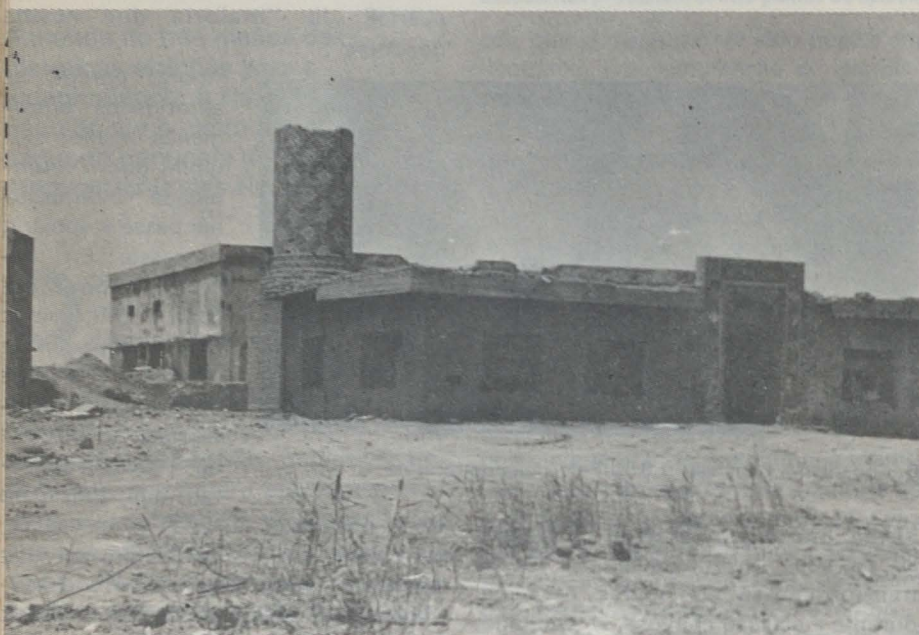
Segundo autoridades do Banco da Tanzânia, essas divisas serão aplicadas em compras de insumos considerados vitais ao plano — entre eles, produtos farmacêuticos, agrícolas, veterinários, materiais elétricos e de construção.

As firmas locais poderão adquirir peças sobressalentes para trens, aviões e navios. Esta ênfase em importações de produtos, que tendem a ajudar a indústria e a agricultura a produzir mais daquilo que os tanzanianos precisam, agradou às agências de ajuda externa.

Durante a vigência do ERT, os doadores passaram a apoiar menos os projetos de desenvolvimento que as importações, ao ponto em que as verbas destinadas a estas últimas representam agora cerca de 70% do total, contra 20% antes do programa de reajustamento econômico.

Ressurgindo das cinzas

Há poucos meses reconstrói-se Fao, a mais meridional cidade do país, ocupada pelos iranianos por vários anos e cuja recuperação, por parte das tropas iraquianas, precipitou o fim da guerra



Fotos: Beatriz Bissio

Fao: o cenário desolado pela guerra estará transformado em breve pelo entusiasmo das brigadas de reconstrução

Beatriz Bissio

Bassorá e Fao — Os 50 minutos de voo entre Bagdá e Bassorá passaram rápido. Viajava ao nosso lado o engenheiro-chefe de uma companhia estatal, que ia supervisionar a entrega das últimas instalações do novo porto de Bassorá. Ele nos colocou a par de alguns antecedentes, em relação ao esforço de reconstrução, que, em quatro meses, praticamente apagou as marcas materiais deixadas pela guerra na cidade, a segunda em importância, sob o ponto de vista populacional e econômico, depois da capital.

No avião, à medida que perdíamos altura para aterrissar, podíamos constatar a adversidade do terreno: Bassorá era uma mancha acinzentada, em meio a um deserto de terra árida e areia. A região, embora não seja apta

para a agricultura, tem uma economia poderosa, sustentada pelo petróleo e pela indústria petroquímica e de amoníaco, aço, fertilizantes e cimento, além da atividade portuária.

Durante a guerra, quase metade da população abandonou a cidade, fugindo dos mísseis e das bombas. Mas, com a suspensão das lutas, desde agosto do ano passado, Bassorá recuperou rapidamente o seu habitual milhão de habitantes. Nota-se uma cidade moderna a partir do momento em que se desembarca no novo aeroporto, equipado com um terminal luxuoso e amplo, além de pistas capazes de receber aviões comerciais de grande porte.

Nada recorda a guerra, quando se visita o velho mercado, zuq, com seu alvoroço típico, ou a parte mais antiga da cidade, cuja arquitetura nos revela quanta influência árabe ocorreu nas construções da Espanha e Portugal, as quais, por sua vez, foram reproduzidas

na América Latina, à época colonial. O agitado ir e vir das mulheres que fazem compras, ou a calma dos velhos árabes que se juntam para conversar em rodas de amigos, no final da tarde, parecem indicar que a vida voltou ao normal.

De certa forma, é assim. Mas, ainda estão vivas, na memória de todos, as mais de 50 ofensivas do exército iraniano para tomar a cidade, a partir de Fao, com nunca menos de 200 mil soldados. O saldo dessas aventuras fracassadas e da ação da artilharia, que, desde o território do Irã, bombardeava a cidade, foi de dois mil mortos, sete mil feridos civis e a metade da área urbana destruída.

Há, no entanto, em alguns bairros mais afastados do centro da cidade, casas que não chegaram a ser reconstruídas. Na avenida que margeia o Shatt-al-Arab, ainda estão ativas as brigadas de reconstrução, com seus tratores e máquinas de terraplenagem, engenheiros e operários, poeira e suor. Em

uma das principais avenidas da cidade, há uma edificação nova, memória viva da guerra: o Museu dos Mártires, onde estão expostos retratos das vítimas, alguns objetos pessoais destruídos pelos mísseis iranianos, e uma descrição do cerco militar.

Quando, em nossa caminhada pela cidade, paramos para fotografar algumas casas reconstruídas, um grupo de crianças ofereceu-nos água gelada. Oferecer água é o melhor gesto de hospitalidade da região, onde o calor supera os 55 graus centígrados no verão (julho e agosto), com índices de umidade abaixo do mínimo tolerável. Beber água, permanentemente, é não apenas um prazer para saciar a sede e se poder suportar melhor o calor, mas uma necessidade para evitar a desidratação.

A viagem a Fao* – O motivo de nossa visita ao sul do Iraque, além de ver a reconstrução de Bassorá, foi viajar à cidade de Fao, o porto mais meridional do país (situado na península que tem o mesmo nome), a fim de acompanhar os preparativos para o começo oficial de sua reconstrução. Ainda que Fao tivesse chegado a ter 70 mil habitantes, antes da guerra, agora é uma espécie de cidade-fantasma, literalmente arrasada pelos iranianos, que, ao capturá-la, em 9 de fevereiro de 1986, depois de 45 dias de intensos combates, pretenderam convertê-la em ponta-de-lança para uma conquista de todo o território do Iraque.

Da antiga cidade, só resta parcialmente em pé um pequeno conglomerado arquitetônico, composto de uma mesquita, cujo minarete está semidestruído, e uma escola em ruínas. Ambos vão ser preservados, em meio à moderna arquitetura que terá a cidade a ser reerguida, para que constituam uma amostra dos horrores da guerra para as gerações futuras.

Durante a ocupação, os iranianos destruíram, com máquinas de terraplenagem, o que restara de Fao, depois do impacto de dez milhões de balas de canhão e numerosos mísseis. Para completar o trabalho de ruptura com o passado, os iranianos rebatizaram a cidade de Fatimiya, conectaram-na à rede elétrica do Irã e construíram três pontes



Água: o gesto de cordialidade no calor

sobre o Shatt-al-Arab, através das quais apoiaram logisticamente as tropas de ocupação. As pontes foram destruídas por aviões do Iraque, na ofensiva mais importante dos nove anos de guerra no Golfo: a que, em 36 horas de combates, permitiu que o país recuperasse o porto de Fao. O 17 de abril, dia da vitória, foi declarado feriado nacional.

Entre 1º de setembro de 1980, quando o Irã deflagrou a primeira ofensiva contra a península de Fao, até 17 de abril de 1988, quando tiveram que abandoná-la, 53 mil iraquianos e 120 mil iranianos morreram na região.

Palmeiras queimadas – Ao longo dos 110 quilômetros que separam Bassorá de Fao, estende-se uma rodovia mo-



À margem do Shatt-al-Arab, fica o posto avançado dos iraquianos

derna, que parece um risco branco, no meio da aridez da paisagem. Não tivemos autorização para tirar fotos, porque algumas trincheiras e outras obras de infra-estrutura militar ainda se encontram do jeito como ficaram durante as hostilidades. A maior parte das trincheiras está destruída e há, abandonados, numerosos apetrechos militares retorcidos pelo calor das bombas. A visão mais sombria, que deixaria enlouquecido qualquer ecologista, são as enormes plantações de palmeiras de tâmaras, uma das riquezas da região, que também é a principal produtora de *henna*, o colorante natural usado para clarear o cabelo feminino, de amplo consumo no Iraque e em todo o mundo. As tamareiras parecem saídas do filme *The day after*, "O dia seguinte", que mostra as consequências da guerra nuclear: os troncos finos e esbeltos estão carbonizados, iguais às suas grandes folhas, que agora parecem um topete calcinado.

"São recuperáveis?" – perguntamos a Adel, cujo nome quer dizer "justo", encarregado de relações-públicas da prefeitura de Bassorá, que nos acompanhava na viagem. "É difícil saber – respondeu. Talvez algumas, sim, mas outras terão que ser arrancadas, para o plantio de novas mudas, que levarão muitos anos para crescer. No começo,

entamos recuperar as palmeiras e, durante alguns meses, procuramos regá-las, cortamos as folhas secas e as tratamos, como fazíamos à época da paz. Mas, quando a artilharia, as bombas e os combates se intensificaram, não se justificava arriscar preciosas vidas humanas para salvar as palmeiras, que, por outro lado, já estavam condenadas”.

“Aqui se regam as palmeiras?” – perguntamos. “Estas sim, porque são plantadas especialmente para se obter produção de alta qualidade – explica Adel. Água não falta, porque usamos a do rio Shatt-al-Arab, que, por ser um pouco salgada, recebe tratamento”.

Adel nos explica que na península de Fao só chove quatro meses por ano, durante o inverno, de dezembro a março. O Shatt-al-Arab é formado pela confluência dos dois grandes rios da Mesopotâmia, o Tigre e o Eufrates, e tem de 200 a 250 quilômetros de extensão. É a fronteira natural entre o Irã e o Iraque. Em determinado trecho é tão estreito, que se divisa, bem perto, a outra margem, como acontece na altura da cidade iraniana de Abadã, a apenas 25 quilômetros da fronteira, onde está a conhecida refinaria, cujas chaminés lançam uma fumaça espessa, que se vê do Iraque. De cidades como Shumansha, o Irã atacava o Iraque com a poderosa artilharia de 1.75 milímetros.

Ao longo do curso do Shatt-al-Arab,

todo o panorama é ocre e até o céu é cinza, em vez de azul. A viagem a Fao leva pouco mais de uma hora, com uma temperatura de mais de 50 graus (chega a 60 graus, em dias mais quentes). Viajamos em dois carros. Acompanhavamos Neiva Moreira, diretor de **terceiro mundo**; Adriana e Ivan Godoy, dois jornalistas de Brasília; o encarregado de relações-públicas da prefeitura de Bassorá; o intérprete, Abdullah, e os dois motoristas. Era a primeira vez que jornalistas estrangeiros visitavam a cidade, que, em poucos dias, receberia contingentes numerosos de voluntários iraquianos e de todo o mundo árabe, para iniciar as obras de reconstrução.

“E os mortos?” – perguntamos a Adel. “Estão enterrados aqui mesmo, tanto os nossos, como os iranianos”, respondeu.

A solidão da estrada, a aridez da paisagem e a informação, de que estamos atravessando área regada com o sangue de mais de 200 mil mártires, fazem mais solene o clima da viagem. Adel e o motorista falam pouco, seguramente tomados pelas recordações que aquelas paragens lhes trazem à memória. A suspensão da guerra foi declarada há um ano e ainda não foi assinado acordo formal algum, apesar dos esforços do secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, para vencer a resistência do Irã em firmar a paz definitiva.

Passamos dois postos de controle

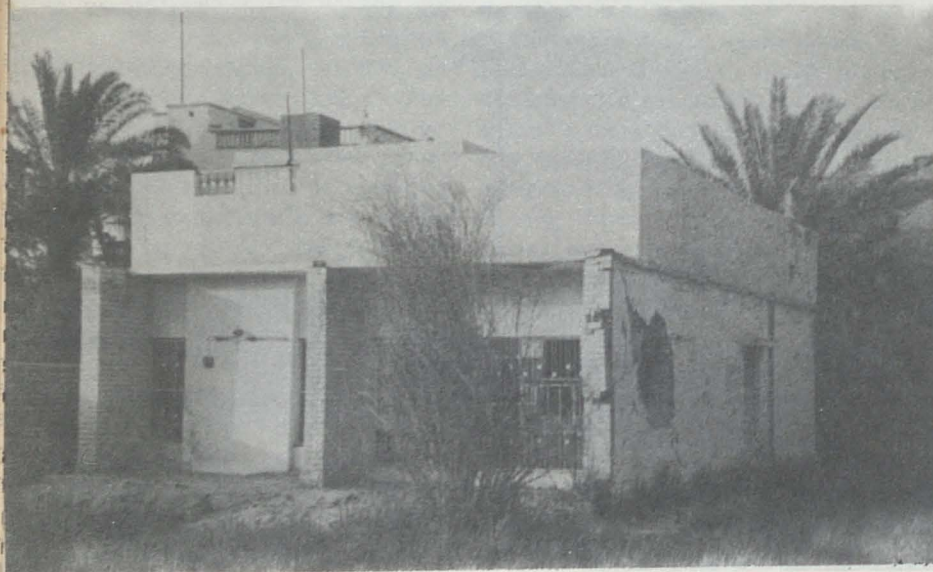
militar. Os soldados, todos muito jovens, já foram notificados a respeito da nossa presença e nos deixaram passar sem dificuldades, depois de nos oferecerem água e pão (*salmun*). Depois de mais de meia hora, sem que encontrássemos viva alma, paramos diante de um enorme cartaz, escrito em árabe. Era uma homenagem aos mortos, com detalhes das diferentes batalhas ocorridas no local.

Karim, o nosso motorista, aproveita a parada para abrir a mala do carro e nos oferecer água gelada. Um enorme recipiente de espuma plástica, com água e gelo, é o único “equipamento” que traz, além das ferramentas do veículo. Parece uma quantidade exagerada de água, visto que somos apenas oito pessoas.

Continuamos a viagem. A temperatura sobe. Karim põe a mão para fora do carro e diz, com segurança: “Mais de 50 graus centígrados”. Não sabe se abre o quebra-vento, para que entre o ar – quente e seco, quase intolerável – ou se o deixa fechado, sufocando-nos. “Vocês podem imaginar o que significa uma batalha de blindados nesta região, com mais de 50 graus de temperatura ambiente?” – pergunta-nos Adel. Sem dúvida, verdadeiro inferno.

Deduzimos que estamos nos aproximando do que foi a cidade de Fao, porque encontramos novas trincheiras, agora com soldados e peças de artilharia. Aparecem com mais frequência as carcaças de veículos militares destruídos. Chegamos ao que deveria ter sido a entrada da cidade. Informam-nos que, em Fao, existia uma pequena refinaria, que atendia às necessidades locais. Ali, na suposta entrada da cidade, deviam estar situados os enormes depósitos de petróleo, agora reduzidos a monumentais ferros retorcidos, que mantêm uma desfigurada imagem cilíndrica. Parecia que um gigante, saído das histórias de Gulliver, havia amassado tudo, com muita fúria. Podemos imaginar a cena dantesca, que deve ter sido a combustão de uma quantidade enorme de petróleo. As explosões, as chamas e a fumaça certamente foram vistas a muitos quilômetros de distância.

Chegamos à única mesquita que ficou em pé na cidade. A poucos metros, estão as máquinas em atividade, com



Bassorá: a reconstrução vai apagar os vestígios da guerra ainda presentes

engenheiros e soldados. Davam início às obras de limpeza do terreno para o novo traçado da cidade.

É tal a destruição, que nem sequer podemos reconhecer onde estavam os bairros, ou o centro da cidade. As ruínas estão à flor do solo. Até o traçado das ruas está irreconhecível. Quando nos afastamos um pouco do grupo, em busca de um ângulo melhor para as fotos, um soldado gritou: "Cuidado! O terreno ainda está minado!".

O hospital de Komeini – Continuamos a viagem, mas o calor era cada vez mais sufocante. Karim abriu outra vez a mala do carro, para nos oferecer água. Desta vez, entendi porque tanta água: além de bebê-la, tínhamos de molhar a cabeça, onde se acumula mais o calor. Os escassos metros que caminhamos foram suficientes para constatar que, nesse lugar, todo esforço físico pode ser temerário. Aceitamos a sugestão de Karim e também nos refrescamos com um balde de água gelada na cabeça. "Agora, sim, podemos prosseguir".

Chegamos a um dos momentos mais importantes da visita à região: vão nos permitir entrar no hospital de campanha, construído pelas tropas iranianas, para atender aos seus feridos. É uma construção camuflada, que recorda um formigueiro gigantesco, coberto por troncos secos e areia, para que passasse despercebido nos levantamentos aéreos do terreno. Tinha ar condicionado central, sala de cirurgia, de primeiros socorros e capacidade para internar, provavelmente, mais de 50 pacientes. A energia elétrica vinha do Irã. Pouco antes da retomada da cidade pelo Iraque, os feridos foram retirados, numa ponte aérea com helicópteros, operação de emergência que, por certo, já estava estudada de antemão. Em uma das paredes deste "hospital de Komeini", como o chamam os nossos acompanhantes, há um desenho, talvez de um soldado pintor, com uma pomba branca ferida. "Eles também foram vítimas do fanatismo dos aiatolás", diz Karim. Ele perdeu o filho na guerra.

Nesta terra desolada, daqui a pouco, surgirá a nova Fao: voluntários de todo o mundo árabe e, sobretudo, de todo o Iraque vão levantar, numa primeira



Shatt-al-Arab: uma fronteira restabelecida

etapa, cinco escolas primárias, um liceu, um banco, um posto policial, escritórios para repartições públicas, casas para os funcionários do Estado, um centro comercial, um hospital de 50 leitos, sedes para o Partido Baath local e para os sindicatos, várias mesquitas, além de abrir 46 km de canais no Shatt-al-Arab, asfaltar ruas e criar uma rede de água potável. Como símbolo da unidade em seu esforço de reconstrução, quase todos os governos árabes enviaram doações, que consistiram em materiais de construção e pedras decorativas, que serão usadas nas fachadas das edificações.

A ponte destruída – Do hospital, seguimos viagem até a costa do Shatt-al-Arab. Passamos por um posto militar e divisamos a água do rio, cuja proximidade ajuda a amenizar a temperatura ambiente. "Agora, nada de fotos. Esta área militar é reservada", advertiram-nos.

O capitão veio nos dar as boas vindas e nos oferecer o café tradicional. Estavam lá uns oito soldados, além do oficial. As instalações eram precárias. Altas trincheiras, sacos de areia empilhados, muro de pedras. Convidam-nos a observar a outra margem, com uma espécie de luneta, montada em um tripé. Vimos os restos do que foi uma das três pontes construídas pelos iranianos sobre o Shatt-al-Arab. Em outra margem, uma construção muito similar à que nos hospedava, mas ostentando uma bandeira iraniana. "Sim, estão ali. Observamos mutuamente todo o dia. Mas, acreditamos que, assim como acontece conosco, eles também não querem recomendar os combates", nos disse o comandante.

Explicamos-lhe, pacientemente, que não tem sentido levar a Fao jornalistas,

que viajaram quase 15 mil quilômetros, desde o Brasil, e, no momento definitivo da reportagem, impedi-los de fotografar. "Quem vai acreditar que estivemos conversando com os senhores, no mais importante posto militar iraquiano do Shatt-al-Arab, enquanto éramos observados pelos iranianos da outra margem do rio?" – argumentamos. "Está bem – concedeu ele, afinal. Podem ir até a margem e tirem as fotos. Mas, sejam rápidos: não se esqueçam que o cessar-fogo não foi sequer assinado".

O oficial explica que a destruição das pontes foi decisiva, pois impediu que muitos dos soldados iranianos pudessem fugir e, o que é mais importante, que novos contingentes, que estavam prontos para intervir na guerra, pudessem cruzar o rio. A batalha da reconquista de Fao é considerada uma demonstração do uso de impecável estratégia militar, segundo comentou um diplomata latino-americano, que serviu em Bagdá durante toda a guerra.

O estado-maior iraquiano reproduziu, em outra parte do país, exatamente o mesmo cenário de Fao, com suas características topográficas e a situação das tropas de ocupação. Depois de rigorosos ensaios de todas as etapas da retomada, simuladas as numerosas eventualidades que se poderiam apresentar, decidiu-se que estavam maduras as condições para deflagrar o ataque de surpresa, que resultou vitorioso, após 36 horas de combates. Os meios de comunicação do Iraque ressaltaram, que se tratava da primeira vez, na história árabe moderna (desde a queda do Estado islâmico de Bagdá, em 1258), que os árabes conseguiam recuperar sua terra, mediante o uso da força. Dava-se um fim não apenas à ocupação do território iraquiano, como também à própria guerra: pouco depois do ataque a Fao, o Irã aceitava a suspensão do fogo.

O comandante do posto de Shatt-al-Arab despede-se de nós e aceita tirar uma foto junto com o grupo. "A vida recomeça em Fao. Até os pescadores se aventuram, novamente, a lançar os anzóis nas águas do rio", comemora ele.

* Fao, cuja história data de 2.500 A.C., foi a primeira cidade do Iraque a cair sob domínio inglês, no começo deste século. Dali, as forças inglesas avançaram para o resto do país.

O exemplo de Gandhi

O segundo homem da OLP reafirma o caráter não-violento da "intifada", rebelião palestina contra a ocupação israelense, que repete, quarenta anos depois, a experiência da desobediência civil da Índia, na luta contra o colonialismo britânico

Maxim Ghilan*

Abu Iyyad (Saleh Khalaf) é um dos fundadores do Fatah – o mais importante grupo de todos que compõem a Organização para a Libertação da Palestina-OLP – e integra seu Executivo e o Conselho Revolucionário. É também chefe dos chamados "serviços paralelos" (inteligência) da OLP. Depois da morte de Abu Jihad, passou a ser considerado o número dois da resistência palestina e é visto, entre os líderes do Fatah, como um representante da linha dura.

Desde que começou a *intifada* nos territórios ocupados e a partir das resoluções adotadas pelo Congresso Nacional Palestino-CNP, em 1988, Abu Iyyad defende posições muito próximas às de Yasser Arafat. Suas respostas, nesta entrevista, mostram o empenho da OLP na busca de uma solução pacífica e permanente para o conflito palestino-israelense.

A última reunião do Conselho Central da OLP ratificou a ofensiva de paz iniciada nos últimos meses?

– As discussões do Conselho Central da OLP foram muito ricas e constituíram um debate objetivo sobre os passos adotados pela nossa organização, através de suas instituições e seus líderes. A ofensiva de paz foi ratificada e não houve retrocessos nas decisões já adotadas.

Certamente houve quem se manifestasse contra o processo de paz. Mas, as críticas foram tão moderadas que nós ficamos surpresos. Não ouvi uma observação sequer sobre o vídeo que encontrei à reunião do movimento Paz Agora, em Jerusalém¹, por exemplo.



Abu Iyyad (foto maior) e Arafat: lealdade e consenso



Foram feitas algumas observações à proposta do presidente da OLP, Yasser Arafat, sobre sua eventual viagem a Jerusalém² e sobre o esquema de desenvolvimento econômico conjunto³, que poderia ser aplicado em toda a região. Mas, o presidente Arafat explicou o que quis dizer, quando fez estas afirmações, e não houve problemas. Todos ficaram satisfeitos com as explicações que foram dadas.

A declaração de Arafat, sobre uma eventual união econômica jordaniano-palestino-israelense, no marco de uma solução pacífica para a questão palestina, teve grande repercussão entre os especialistas no assunto. O que pode comentar a esse respeito?

– Seria prematuro desenvolver mais essa questão. A Jordânia não se manifestou muito de acordo, quando se colocou a questão. Embora esses temas estejam sendo estudados em toda a região, ainda não é o momento para tratá-los com maior profundidade.

Para Israel, a situação nos territórios ocupados continua se deteriorando, as pressões aumentam. Ao mesmo tempo, a OLP iniciou uma ofensiva de paz que está tendo muito êxito. O que pode ocorrer na Cisjordânia e Gaza, em futuro próximo?

– A continuidade e perseverança da *intifada* foram fatores decisivos, para que

começasse e se consolidasse o processo de paz. Se continuar a *intifada* como um movimento pacífico, vai acabar obrigando o ocupante a retirar-se dos territórios. A verdade é que a perseverança da *intifada*, acompanhada como está da ofensiva de paz não-violenta e realista da OLP, leva Israel e seus dirigentes ao isolamento. Em consequência, temos só uma opção: continuar com a *intifada* e, ao mesmo tempo, dar mais e mais passos para a paz, a fim de lograr uma solução justa na região.

As autoridades militares de Israel têm previsto, em seus relatórios ao governo, que o movimento degenerará em luta armada. Em sua opinião, a *intifada* continuará pelo caminho da não-violência?

– Estamos decididos a manter o caráter não-violento da *intifada*. Nenhum dirigente nosso, nos territórios ocupados, é contra esta decisão. Sabemos que a sangrenta repressão do exército de Israel busca provocar uma reação militar violenta, mas nós acreditamos que não cairemos nessa armadilha.

Nesse contexto, que comentário nos pode fazer a respeito das ações que têm sido desenvolvidas pelo exército israelense na chamada "área de segurança", no Líbano, onde morreram guerrilheiros palestinos que, segundo Israel, pertencem a sua organização?

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64

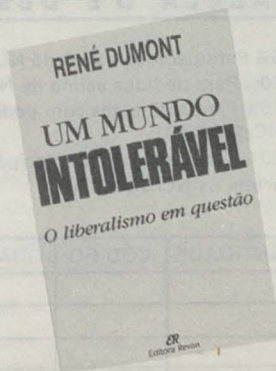
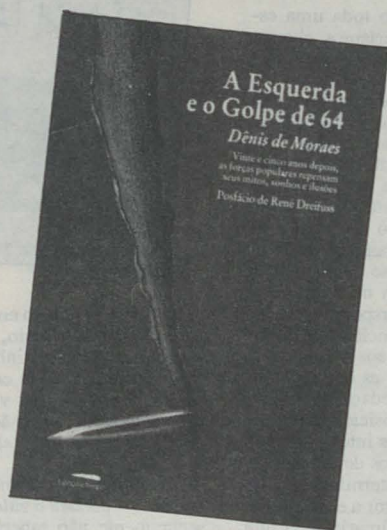
Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões

O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964. Pela primeira vez em muitos anos, os personagens não só refletem com profundidade sobre as causas da derrota do movimento popular, como fazem revelações a respeito de fatos até hoje controvertidos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o General Nélson Werneck Sodré, o Capitão Eduardo Chuahy e os Brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima.

Eles repensam o passado à procura de respostas para a pergunta-chave do livro: por que a esquerda perdeu em 64, quando parecia que, mais cedo ou mais tarde, chegaria ao poder para fazer as "reformas de base"?

De: Dênis de Moraes
E-202 NCz\$ 63,00



UM MUNDO
INTOLERÁVEL
De: René Dumont
(O liberalismo em questão)

O tema do livro atravessa as questões que mais preocupam a opinião pública mundial, em nossos dias: os riscos e custos terríveis da corrida armamentista, a exploração desenfreada dos recursos naturais não renováveis, a deterioração do meio ambiente, a estrutura lógica que comanda a miséria crescente a que estão con-

CONVERSAS
COM
BETINHO

De: Ricardo Gontijo

"E o Brizola, afinal, recebeu ou não recebeu dinheiro de Fidel Castro? Nesse período de divisão entre insurreição e guerrilha, o antigo líder da Rede da Legalidade adotou a posição de permitir duas estratégias, liberando os adeptos de cada uma a fazerem o que bem entendessem. Houve, então, um apoio de Cuba ao movimento encabeçado por Brizola, tendesse ou não para a guerrilha. Foi por aí que veio algum recurso, destinado a pagar o treinamento de pessoal e despesas que surgissem no processo. A primeira ida a Cuba, para fazer esse tipo de articulação, fui eu quem fui, no princípio de 65. Minha missão era estabelecer a relação Cuba-Brizola. Uma viagem fantástica."

Esta é apenas uma das revelações contidas neste livro muito interessante, escrito numa linguagem jornalística e sem pretensões dogmáticas nem proselitistas. As *Conversas com Betinho*, de Ricardo Gontijo, faz luz sobre muitos episódios de uma etapa decisiva da nossa história contemporânea.

Afonso Romano de Sant'Anna escreve o seguinte, na apresentação do livro:

"Há uma certa candura neste livro. E uma juventude irremissível. Aí, a narrativa de como irmão de Henfil e Chico Mário derrota a morte diariamente. É um livro alegre, luminoso, pra cima."

Betinho não é apenas um líder sedutor e carismático. É uma inesgotável usina de utopias."

E-195 NCz\$ 42,00

denadas as grandes massas da população dos países subdesenvolvidos, a urgência de mudanças de comportamento e de organização social, tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas e nas áreas ditas do Terceiro Mundo, para a sobrevivência da humanidade.

O modo muito pessoal e inteligente com que René Dumont aborda, reúne e articula essas questões, entretanto, é o que marca o vigor do livro.

E-203 NCz\$ 42,00

Afundação
Roberto
Marinho
ROMÉRIO C. MACHADO

DEBUTA

ed. 100

1980

E-179 NCz\$ 49,00

E-165 NCz\$ 60,00

L
EL
LANÇAMENTO

E-204 NCzS 2 00

E-190 NCz\$ 37,00

E-193 NCz\$ 47,00



73 pág.
E-184 NCz\$ 12,00

E-178 NCz\$ 30.00

E-188 NCz\$ 30,00

comprador

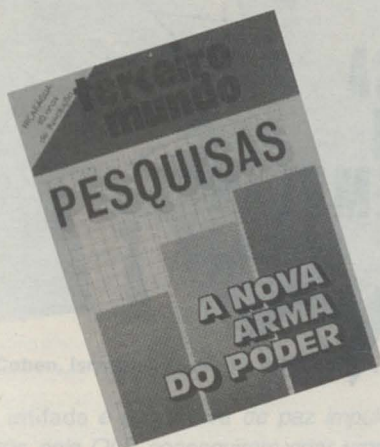
PREÇOS
VÁLIDOS
ATÉ 15.10.89

[illegible]

Assine terceiro mundo

**Descontos
Promocional
e
Brindes**

**É PRESENTE O ANO INTEIRO...
PRA TODA A VIDA**



**Desconto
Progressivo**

OFERTA VÁLIDA ATÉ 15.10.89

Nº DE ASSINATURAS ANUAIS		VALOR POR ASSINATURA NCz\$	TOTAL A PAGAR NCz\$	BRINDES
1	X	125,00	125,00	-
2	X	115,00	230,00	-
3	X	110,00	330,00	-
4	X	105,00	420,00	1 Livro de nossa escolha
5	X	95,00	475,00	1 Livro de nossa escolha

- Assinatura (2 anos) NCz\$ 230,00
 - Renovação (1 ano) NCz\$ 93,00
 - Exemplar avulso NCz\$ 12,00
 - Atendimento Assinante tel.: (021) 252-7440
- (2 anos) NCz\$ 186,00

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

1 Nome: **4 Nome:**
Endereço: **Endereço:**
Bairro: **Cidade:** **Bairro:** **Cidade:**
Estado: **CEP** **Tel.:** **Estado:** **CEP** **Tel.:**
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa

2 Nome: **5 Nome:**
Endereço: **Endereço:**
Bairro: **Cidade:** **Bairro:** **Cidade:**
Estado: **CEP** **Tel.:** **Estado:** **CEP** **Tel.:**
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa

3 Nome: **REMETENTE**
Endereço: **Nome:**
Bairro: **Endereço:**
Estado: **Cidade:** **Bairro:** **Cidade:**
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa **Estado:** **CEP** **Tel.:** **Tel.:**

**NOS PRÓXIMOS DIAS
NAS PRINCIPAIS
LIVRARIAS DO PAÍS**

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

1989

**PEÇA
SEU
EXEMPLAR**



O Mundo Visto do Sul

PREÇOS DE LANÇAMENTO

- Preço para Reembolso Postal: NCz\$ 100,00
- Preço p/pagamento antecipado por cheque nominal ou Vale Postal (AG.LAPA): NCz\$ 80,00

Peça seu exemplar à Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº de Assinaturas - Rua da Glória, 122
gr. 105 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 - Tel.: (021) 252-7440 - Telex: (021) 33053 CTMB-BR

— A luta armada nunca foi abandonada como opção, ou como princípio, pois as autoridades israelenses jamais tomaram qualquer iniciativa em favor da paz, à qual pudéssemos corresponder. Ao mesmo tempo, temos reafirmado que, para nós, as operações militares de modo algum devem afetar os civis de Israel.

Ultimamente, foram praticadas ações que, não temos dúvida, tiveram motivações políticas e não militares (por aqueles que as conceberam e executaram). Não podemos comentar os princípios que estão por trás dessas ações, mas esperamos que logo chegue o dia em que as mesmas cessarão completamente.



Ran Cohen, israelense (à esq.) e Afif Safieeh, da OLP, conversam pela paz

A intifada e a ofensiva de paz impulsionada pela OLP conseguiram criar uma importante divisão na sociedade israelense e na diáspora judaica. O sr. estaria disposto a dirigir-se aos israelenses, diretamente?

— Realmente, eu creio que a aspiração à paz, em Israel e na diáspora judaica, está em um processo de consolidação, apesar do resultado das últimas eleições municipais, que ratificaram um crescimento do Likud, que se opõe a qualquer diálogo com a OLP. Isso mostra que o Partido Trabalhista não tem sido muito convincente ao colocar sua opção pela paz e, ao mesmo tempo, que o Likud, ao adotar uma opção claramente oposta, deve ter se beneficiado com o voto de todos os partidários deste caminho. Mas, basicamente, os israelenses não têm nenhum líder político

co que mostre a eles claramente uma alternativa de paz. Estamos acompanhando os acontecimentos em Israel com interesse e receptividade. Se houver oportunidade, não duvidaremos em nos dirigirmos diretamente à opinião pública israelense.

E em relação à diáspora judaica?

— Os judeus que vivem disseminados pelo mundo são uma importante linha de frente para tratar a questão da paz. Estamos fazendo com que chegue a eles a nossa voz, o nosso desejo de iniciar um diálogo amplo, onde quer que estejam. Começamos a nos mobilizar nesse sentido, embora nossas iniciativas para a diáspora não tenham sido desenvolvi-

das eficazmente. Esperamos fazê-lo em breve.

Como o sr. vê o setor da diáspora judaica identificado com o sionismo? O vê como um inimigo?

— Em nossos esforços para lograr uma paz justa e duradoura, não nos preocupa tanto o que sente cada indivíduo no seu íntimo, ou suas convicções ideológicas e religiosas. O que almejamos é chegar a uma paz recíproca.

O sr. acredita que os Estados Unidos vão pressionar Shamir ou tomarão iniciativas diplomáticas para ajudar o processo de paz?

— Os norte-americanos, através de declarações do presidente Bush e do secretário de Estado Baker, enfatizaram que esperam e exigem de Shamir novas idéias para a paz. Eu, pessoalmente, não creio que Shamir vá apresentar novas idéias nesse sentido.

Grande número de nossos leitores é judeu ou israelense, que apóia a intifada e o direito dos palestinos a sua autodeterminação. O que eles podem fazer para ajudar o processo de paz?

— Hoje existe uma oportunidade histórica para a paz. Toda pessoa sincera, preocupada com a situação no Oriente Médio, deve fazer tudo o que está ao seu alcance para aproveitar este momento e contribuir, dentro de suas possibilidades, para que se consiga uma paz justa no conflito. ●

* Maxim Ghilan é o editor de "Israel and Palestine Political Report", publicado mensalmente em Paris, de onde foi extraída esta entrevista, realizada em Túnis.

¹ Uma mensagem gravada por Abu Iyyad, em uma fita de vídeo, foi introduzida em Israel e exibida em um simpósio organizado pelo Centro Internacional para a Paz no Oriente Médio, em Jerusalém, no mês de fevereiro. Nesse vídeo, Abu Iyyad faz um apelo por um diálogo direto e imediato com Israel, que conduza à realização de uma conferência internacional de paz, à convivência dos dois Estados e ao estabelecimento de garantias de segurança para Israel.

² Em reportagem publicada em 12 de março em Roma, pelo diário La República, Yasser Arafat afirmou: "Estou preparado para seguir os passos de Sadat. Para ir a Jerusalém. Mas, eu não sou Sadat. Atuo com total consentimento dos dirigentes árabes. O falecido presidente egípcio visitou Jerusalém sem o consentimento do mundo árabe, fazendo concessões sobre o direito à autodeterminação do povo palestino, um papel que não era seu".

³ Quando lhe perguntaram, se estaria de acordo com a formação de uma confederação com Israel, depois que o Estado palestino for estabelecido, Arafat respondeu, segundo a edição de fevereiro, da publicação norte-americana Vanity Fair: "Por que não? Vejam o que aconteceu na Europa com a CEE. Os jovens europeus trabalham juntos, pacificamente, em vez de se matarem uns aos outros, como fizeram seus pais".



Sa'ada, 17 anos, morto pelos israelenses

A linha dura de Bush

A atitude intransigente dos Estados Unidos pode complicar as negociações multilaterais e detonar uma guerra comercial

Pablo Piacentini

George Bush é, no geral, um seguidor da política de seu antecessor Ronald Reagan. Mas, demonstra ser partidário de um protecionismo acentuado. O poder executivo norte-americano, durante a presidência anterior, contrariava ou apaziguava as tendências protecionistas da maioria parlamentar. Agora, esse contrapeso desapareceu e a confluência dos dois poderes, em aplicar barreiras aduaneiras e impor represálias para alcançar seus objetivos, pode modificar o mapa do comércio mundial.

Esta tendência ficou evidente desde os primeiros passos da administração Bush, em relação aos problemas comerciais e a seu trato com os países, aos quais os norte-americanos responsabilizam pelo seu gigantesco déficit comercial. Tratou-se primeiro da atuação dos representantes norte-americanos na Rodada Uruguai, do Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt, onde a comunidade internacional discute fórmulas para liberalizar o comércio mundial. (Ver **terceiro mundo** nº 118. Gatt: Volta o protecionismo e nº 123. Acordo no Comércio Mundial). No ato seguinte, em fins de maio, Washington enveredou abertamente pela rota das represálias, ao ameaçar a Índia, o Brasil e o Japão com sanções comerciais, caso esses países não modificassem suas políticas econômicas, de acordo com as exigências da Casa Branca.

Se, como parece, essa tendência se mantiver, poderá projetar duas graves consequências para a economia mundial.

A primeira é que a superpotência entrará em contradição com os progressos que vêm sendo obtidos no âmbito



Bush: o perigo do protecionismo

da Rodada Uruguai, com a participação de 105 países, que deverão concluir, em fins de 1990, acordos sobre os principais setores do comércio mundial. Se esse final feliz se verificar, se assistirá, a partir de 1991, à liberalização concertada do comércio mundial, o que, em princípio, deverá beneficiar a todos. Mas, é claro que os países ameaçados pela política norte-americana exigirão que a superpotência se submeta aos princípios e às decisões da Rodada Uruguai e do Gatt, como condição para fazer concessões e subscrever os acordos. Por isso, a atitude norte-americana é vista como obstáculo potencial, que pode paralisar e até anular as negociações. E essa não é a única ameaça que enfrenta a Rodada.

A segunda consequência possível é que, se os Estados Unidos endurecerem a sua política, os países afetados poderão responder da mesma maneira. Esta perspectiva evoca o fantasma de uma guerra comercial, que, por sua vez, poderia precipitar uma recessão mundial. Isto é o que temem alguns analistas.

O fato de que entre eles se encontre Michael Boskin, o chefe dos assessores econômicos da Casa Branca, indica que, dentro da equipe de governo, nem todos são militantes da linha dura. Mas, aqueles que mais contam nesse plano – o ministro de Comércio Robert Mosbacher e a representante para os assuntos comerciais, Carla Hills – apostam no confronto. Naturalmente, ainda que não se chegue ao extremo de uma recessão, uma guerra comercial teria efeitos nocivos, em particular para os países mais pobres.

As tendências protecionistas não são exclusividade dos Estados Unidos. O Japão é, sem dúvida, o país desenvolvido que mais barreiras ergueu. Por sua parte, a Comunidade Econômica Europeia-CEE assentou sua integração numa política tarifária comum, que, em alguns aspectos e em particular na produção de alimentos, coloca obstáculos impenetráveis. Por isso, teme-se que, ao completar-se a unificação econômica da Comunidade, em 1992, esta se converta numa "fortaleza", isto é, que a liberalização interna corresponda à discriminação da competição externa.

Por sua vez, as nações subdesenvolvidas recorrem, com frequência, ao protecionismo, que, nesses casos, passa a ser uma defesa para suas frágeis economias. A liberalização do comércio não poderá fazer-se, como pretendem as grandes potências e, em particular, os Estados Unidos, de maneira tal que os países atrasados tenham paralisado o desenvolvimento de indústrias que são vitais para suas economias.

Tendo em vista que todas as potências aplicaram, no passado, políticas de proteção, o que permitiu o desenvolvimento industrial que hoje ostentam, é legítimo que os países subdesenvolvidos pratiquem políticas dirigidas a impulsionar setores-chave de suas eco-

nomias e os defendam de uma competição desigual, à qual não poderiam sobreviver.

No entanto, é isso o que pretendem os Estados Unidos, argumentando que se discrimina a competição norte-americana. No caso do Brasil, a culpabilidade consistiria na lei de reserva de mercado para a indústria da informática, na polêmica sobre o pagamento de patentes no setor químico-farmacêutico, e em inúmeras reclamações sobre proteções tarifárias. Trata-se, no total, de aproximadamente mil produtos. Portanto, se o Brasil se visse forçado a aceitar as exigências norte-americanas, grande parte de sua indústria seria demolida pelos concorrentes.

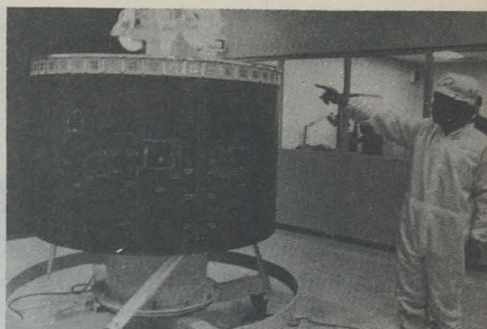
No caso da Índia, os Estados Unidos se queixam dos limites colocados para a participação do capital estrangeiro, da proteção do mercado de seguros e, como no exemplo anterior, de numerosas indústrias incipientes desse país superpovoado.

Represália para negociações futuras –

Na última reunião da Rodada Uruguai, o Brasil e a Índia encabeçaram o grupo de países partidários de uma liberalização, que resguardasse os interesses das economias subdesenvolvidas. Tratava-se de negociar, realizando e obtendo concessões. Num mundo em que os agentes da economia têm grandes diferenças entre si, no que se refere ao grau de desenvolvimento, recursos e população, isso parece o aconselhável, realista e equitativo.

Graças à busca do equilíbrio, a Rodada Uruguai conseguiu grandes avanços, mas, durante os trabalhos, o Brasil e a Índia chocaram-se repetidamente com a delegação norte-americana, que queria impor seus interesses sem efetuar concessões. Por isso, pensa-se que a inclusão, por parte dos Estados Unidos, do Brasil e da Índia na sua lista negra seja uma represália e uma pressão, tendo em vista as futuras negociações da Rodada Uruguai.

No plano internacional, esta atitude levou os Estados Unidos ao isolamento. Em princípios de junho, em Paris, durante a reunião dos ministros de Economia da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico-



No Brasil, só a informática; o Japão é o país que mais barreiras criou

OCDE, que agrupa as 24 nações capitalistas desenvolvidas, não só os japoneses criticaram, veementemente, os procedimentos norte-americanos. Também o fizeram os países da Europa Ocidental, que não foram incluídos na lista negra, porém consideraram a postura de Washington inconciliável com os princípios do Gatt, e um risco para a liberalização do comércio.

Não se sabe se esse isolamento contribuirá para modificar, substancialmente, a inclinação da administração Bush e da maioria do Congresso por uma linha comercial dura. Tal linha tem seu fundamento no alarme criado pelo imenso déficit comercial, que se registra desde 1975 e que cresceu incontidamente até 1987, quando chegou ao ponto máximo de 160 bilhões de dólares.

Entre as causas desse déficit, citou-se, em primeiro lugar, a supervalorização do dólar, que caracterizou os primeiros anos da administração Reagan. Mas, o valor do dólar baixou a níveis razoáveis e a situação não melhorou muito. O ano passado, o déficit se reduziu a 125 bilhões de dólares. Mas, essa melhora não é um consolo, já que continua muito elevado e não cabe esperar mudança substancial nos próximos anos. Se nada mudar, o déficit continuará sendo um problema crônico dos Estados Unidos, afetando sua economia e seu domínio global.

O *establishment* norte-americano quer mudar a situação, pois, com razão, considera intolerável um déficit comercial crônico de tais dimensões. Mas, as causas dessa deterioração não se encontram no âmbito econômico internacional, que pelo contrário, parece incli-

nado a uma liberalização progressiva.

As causas se acham, por um lado, na maior eficiência dos competidores dos Estados Unidos, e, por outro, na própria superpotência, onde uma série de fatores tornou menos eficiente e competitiva a indústria norte-americana.

Decadência gradual – Recente e exaustivo estudo de um dos maiores centros acadêmicos dos Estados Unidos, o Massachusetts Institute of Technology-MIT, demonstra que o modo produtivo e o sistema empresarial, que no final da Segunda Guerra impuseram a indústria norte-americana em todo o planeta, decaíram em relação aos seus competidores. A inovação tecnológica, por exemplo, sobressai hoje no Japão.

Acrescenta-se a isso uma propensão ao consumo, que ultrapassa a produção interna. O nível de poupança norte-americana é hoje quase nulo e baixíssimo, se comparado com as demais potências industriais. Se esse comportamento não se corrigir, levará irremediavelmente a uma decadência econômica gradual. Isso não se evitará com o endurecimento nas relações econômicas, um recurso mais fácil que as reformas internas, embora ineficaz. Ainda que, desse modo, Washington conseguisse algumas concessões, estas não bastariam para inverter os resultados da sua balança de pagamentos.

Este caminho solitário está repleto de perigos. Como vimos, a linha dura pode paralisar as negociações multilaterais e frustrar a Rodada Uruguai, e as represálias norte-americanas podem ser o estopim de uma guerra comercial. Em ambos os casos, todos perderiam, incluindo os Estados Unidos. ●



A manipulação da informação nos EUA se dá sobretudo pela autocensura que o jornalista se impõe, mas existem os que controlam diretamente a comunicação, principalmente o governo



Aparência de liberdade

Os meios de comunicação norte-americanos costumam ser apresentados como porta-vozes da liberdade de expressão. Na realidade, seu principal papel é gerar uma acolhida favorável às medidas do governo no exterior

Edward S. Herman
e Noam Chomsky*

Os meios de comunicação têm, nos Estados Unidos, uma função primordial: influir na formação da opinião pública, favorecendo os interesses do governo e do setor privado. Chegamos a esta conclusão após anos de estudo sobre os meios de comunicação social. Os seus diretores asseguram que as notícias que divulgam estão

sustentadas em critérios de imparcialidade e objetividade. Nós, ao contrário, sustentamos que são as elites do poder que fixam as premissas do discurso, decidem o que se poderá ver, ouvir e considerar, e "manipulam" a opinião pública. Nos países socialistas, o controle monopolista dos meios de divulgação, frequentemente complementado com a censura oficial, evidencia que aqueles servem aos fins da elite dominante. Mas, é muito mais difícil de se perceber isso, quando os meios de difusão são privados e a censura, em seu aspecto

formal, está ausente. E, mais ainda, quando esses meios competem ativamente, atacam e até denunciam a má atuação do governo e se proclamam, enfaticamente, porta-vozes da livre expressão e do interesse geral da sociedade. Não é fácil evidenciar o limitado acesso que se tem ao sistema privado dos meios de comunicação, nem o efeito que o dinheiro e o poder impõem à atuação desse sistema.

A manipulação da informação nos meios de comunicação se dá a partir da seleção de pessoal, feita entre pessoas

de idéias conservadoras; a repetição sistemática de preconceitos, até que se transformam em "verdades evidentes" aos olhos do povo, e mediante a adaptação dos profissionais de imprensa às exigências de seus superiores na empresa, às exigências do mercado e às regras do poder político.

A censura nos EUA – A censura, nos Estados Unidos, funciona principalmente por meio da autocensura, que se impõem muitos jornalistas e comentaristas, buscando ajustar-se à "realidade" que percebem. Mas, existem responsáveis diretos, encarregados de tomar iniciativas que definem e moldam a informação: o governo, os diretores de setores comerciais, os donos e altos executivos dos meios de comunicação, e determinados indivíduos e grupos.

No entanto, os meios de difusão não atuam de forma monolítica. Em temas, nos quais os poderosos estão em desacordo, os meios de comunicação refletirão uma certa diversidade de critérios táticos, sobre como alcançar objetivos aceitos a nível geral. Mas, não haverá espaço para aquelas opiniões que ameacem as premissas fundamentais do sistema.

As formas de penetração do modelo são sutis. Tomemos, como exemplo, a cobertura realizada sobre a Nicarágua, comparando-a com a de outros países vizinhos, El Salvador e Guatemala, cujos governos são aliados dos Estados Unidos.

Distorção informativa – Os meios de comunicação norte-americanos nunca mencionam que o governo nicaraguense vem realizando importantes reformas sócio-econômicas, beneficiando as maiorias, coisa que os outros governos nem sequer tinham tentado. Também não oferecem material informativo, que possa insinuar que a Nicarágua não representa ameaça militar para seus vizinhos, e que, na realidade, tem sido objeto de contínuos ataques por parte dos

Estados Unidos e seus aliados. Menos ainda se pode esperar uma insinuação sequer, de que o temor de Washington em relação ao governo sandinista se deve mais às virtudes deste do que a seus presumidos defeitos.

Por outro lado, esses mesmos meios de comunicação social se esquivam de discutir os resultados da tentativa dos Estados Unidos de "implantar" a democracia na Guatemala em 1954, mediante uma invasão apoiada pela CIA, que liquidou o sistema democrático guatemalteco por um período ilimitado. Durante muitos anos, os Estados Unidos apoiaram a elite governante e organizaram o terror na Guatemala, subverteram diretamente ou aprovaram a sub-

Os meios de comunicação, definitivamente, distorcem grande parte da informação. Mas, o mais importante ainda é analisar a forma em que se apresenta um fato particular – sua localização, tom e frequência da repetição – e o tipo de análises no qual o incluem.

Vejamos este exemplo: a constante preocupação com as vítimas do comunismo ajuda a persuadir a opinião pública de que o inimigo é mau, e prepara o terreno para justificar a intervenção, a subversão e o apoio a regimes terroristas. Facilita, desse modo, o apoio à corrida armamentista e aos contínuos conflitos militares, sempre apresentados como necessários, em nome de uma causa nobre. Ao mesmo tempo, a devo-



A verdade sobre Honduras entraria em conflito com interesses poderosos

versão das democracias do Brasil, Chile e Filipinas, comprometeram-se com regimes de terror de todo o mundo, e não lhes importou a democracia na Nicarágua, quando o regime brutal de Somoza esteve no poder. Apesar disso tudo, os meios de comunicação aceitam, como certo, que o governo dos Estados Unidos agora exija o que chamam de "democracia" na Nicarágua. Já El Salvador e Guatemala, com antecedentes muito piores, são apresentados como regimes em vias de democratização, sob dirigentes "moderados", merecendo apoio solidário.

ção de nossos líderes – e dos meios de comunicação do nosso país – a essa estreita faixa de vítimas estimula o patriotismo e a auto-estima, deixando desamparada a humanidade essencial de nossa nação e nosso povo.

Os silêncios – O público não desconfia do silêncio dos meios informativos, em relação às vítimas dos países amigos dos Estados Unidos, um aspecto que é tão importante quanto o excesso de dedicação aos perseguidos dos países inimigos. Não teria sido fácil para o governo da Guatemala assassinar milhares

e milhares de pessoas, na última década, se a imprensa norte-americana tivesse dado ao assunto a cobertura dispensada às dificuldades de Andrei Sakharov na União Soviética, ou ao assassinato de Jerzy Popieluszko, na Polônia.

E também teria sido impossível empreender a guerra brutal que se lançou contra o Vietnã do Sul e o resto da Indochina, e que deixou um legado de miséria e destruição que talvez nunca desapareça, se tivesse sido diferente o papel dos meios de comunicação, que apresentaram a agressão como uma medida de "defesa da liberdade".

As campanhas de propaganda podem ser empreendidas tanto pelo governo, como por uma ou mais das principais empresas dos meios informativos. As campanhas para desacreditar o governo da Nicarágua, apoiar as eleições salvadoreñas como forma de legitimação da democracia, e utilizar o caso do avião coreano derrubado pelos soviéticos, foram obra do governo para gerar consenso favorável à corrida armamentista.

As campanhas de divulgação dos crimes de Pol Pot, no Camboja, e da suposta implicação da KGB, em um plano para assassinar o papa, foram iniciadas pelo "Reader's Digest", e seguidas pela cadeia de televisão NBC, "The New York Times", e outras grandes empresas do mundo da comunicação.

Existem outras campanhas de propaganda, iniciadas ao mesmo tempo pelo governo e pelos meios de comunicação: em todos os casos, é imprescindível a cooperação destes últimos.

Grande volume de material – Os meios de informação dos Estados Unidos estabeleceram uma relação simbiótica com algumas fontes de informação poderosas, por necessidade econômica e por reciprocidade de interesses. Os meios de comunicação necessitam de um fluxo estável e confiável de material informativo, para cobrir as exigências diárias de notícias e cumprir com programas urgentes.

A Casa Branca, o Pentágono e o Departamento de Estado são centros medulares da atividade informativa nacional, enquanto as autoridades municipais e as delegacias de polícia fazem parte da

ronda obrigatória dos jornalistas, em sua busca de notícias locais. O mundo empresarial e os grupos comerciais são também uma fonte regular de acontecimentos considerados dignos de passar à categoria de notícias.

Essas entidades produzem um grande volume de material e, através de uma vasta rede de relações-públicas, asseguram para si o acesso aos meios de comunicação. O Pentágono, por exemplo, tem um serviço de informação pública, do qual participam milhares de empregados em que gastam bilhões de dólares por ano. Desta forma, ficam numa condição superior, não só em relação aos recursos de informação pública de indivíduos ou grupos divergentes, mas até mesmo em relação à soma de todos eles.

O "Air Force Journal International" indicou que o Pentágono estava publicando 1203 periódicos

Durante uma breve etapa de relativa abertura, entre 1970 e 1980, a Força Aérea dos Estados Unidos revelou que sua cadeia de informação pública incluía 140 periódicos, com uma circulação semanal total de 690 mil exemplares, mais a revista "Airman", com uma circulação mensal de 125 mil exemplares, além de 34 estações de rádio e 17 de televisão, principalmente no estrangeiro, 45 mil escritórios e centros de difusão de notícias, 615 mil difusoras locais, 6.600 entrevistas, 3.200 conferências informativas, 50 entrevistas com conselhos editoriais e 11 mil discursos. Destacamos, que isso é somente o da Força Aérea. Em 1982, o "Air Force Journal International" indicou que o Pentágono estava publicando 1.203 periódicos.

Só o setor empresarial tem recursos para produzir informação pública e propaganda, na mesma proporção do Pentágono e de outros organismos governamentais. Esses grandes protagonistas oferecem uma série de vantagens aos meios de difusão, já que lhes adiantam as cópias dos discursos e informes, programam as conferências de forma a facilitar a cobertura nos infor-

mes novos do dia, e escrevem os informes numa linguagem apropriada, além de organizar cuidadosamente sessões que podem ser fotografadas.

Nos fatos, dessa maneira subsidiam os meios de difusão, ante os quais adquirem vantagens especiais. Convertem-se em fontes "habituais" de notícias, enquanto que as fontes não-habituais são geralmente ignoradas.

Devido aos serviços que oferecem, aos contínuos contatos que mantêm e à dependência mútua que fomentam, os poderosos podem fazer uso de relações pessoais, ameaças e recompensas, para estender sua influência sobre os meios noticiosos. E então, para evitar ofender suas fontes habituais e para não prejudicar essa estreita relação, os meios de difusão chegam a sentir-se obrigados a reproduzir histórias bastante duvidosas ou silenciar qualquer crítica. Quando a informação diária depende de certas autoridades, fica difícil acusá-las de mentirosas, ainda que o sejam.

Essas fontes poderosas também podem usar seu prestígio como instrumento, para negar posições críticas que conseguem infiltrar-se nos meios de difusão. O então subsecretário de Estado Elliot Abrams condicionou sua participação num programa sobre os direitos humanos na América Central, organizado pela universidade de Harvard, à exclusão do ex-embaixador Robert White.

Especialistas – Outro mecanismo foi utilizado em escala massiva: criar um corpo de especialistas, que confirme e expanda as opiniões oficiais e "do mercado". Em 1972, o juiz Lewis Powell, logo designado para a Suprema Corte, escreveu um memorando à Câmara de Comércio dos Estados Unidos, no qual instava o mundo empresarial a "comprar os acadêmicos de maior reputação do país, para dar credibilidade aos estudos empresariais e para que esses círculos tenham maior presença nos meios universitários".

Durante a década de 70 e em começos da década de 80, fundaram-se novas instituições informativas e outras, antigas, foram reativadas, para ajudar a difundir os pontos de vista do mundo empresarial. Centenas de intelectuais foram incorporados a essas instituições,

seus trabalhos financiados, e a produção final distribuída aos meios de difusão, mediante sofisticados esforços propagandísticos.

Os próprios meios de difusão também contam com especialistas e comentaristas, que, de forma sistemática, fazem eco às versões oficiais. John Barron e Claire Sterling são considerados autoridades nos temas da KGB e terrorismo, porque o "Reader's Digest" tem financiado, publicado e propagandeado o trabalho deles. O dissidente soviético Arkady Schechenko converte-se em entendido em armamentismo e inteligência soviéticos, porque a revista "Time", a cadeia ABC de televisão e "The New York Times" o promoveram, apesar de suas obscuras credenciais.

Os porta-vozes das opiniões oficiais conseguem, assim, uma difusão massiva, que lhes confere autoridade e os converte nos candidatos óbvios para a opinião e as análises.

As campanhas propagandísticas dos meios de difusão geralmente têm sido úteis para os interesses da elite dominante. O "perigo vermelho", de 1919-20, ajudou a abortar a incipiente e pujante organização sindical de pós-guerra na indústria de aço e em outros ramos. O mesmo "perigo vermelho", de Truman e MacCarthy, em começos dos

anos 50, ajudou a inaugurar a Guerra Fria e debilitou a coalizão progressista, que tinha adquirido forma durante os anos do "New Deal".

A recente propaganda contra a Nicarágua desviou a atenção pública da cruel guerra em El Salvador, e ajudou a justificar a ingerência, cada vez maior, dos Estados Unidos na América Central. Quando as vítimas não estão do lado dos interesses da elite, as campanhas

nistas tomassem o poder, foram meticulosamente ignoradas pela imprensa norte-americana. Depois que Pol Pot foi deposto pelos vietnamitas, os Estados Unidos, sigilosamente, deram apoio àquele vilão "pior que Hitler", sem que o fato fosse registrado pela imprensa, a qual, novamente, se ajustou às necessidades políticas da Casa Branca. Pela mesma razão, não era conveniente informar sobre os massacres indonésios



Os "contras" servem também à propaganda internacional norte-americana

propagandísticas brilham pela ausência.

Na época de Pol Pot servia, por exemplo, prestar atenção no Camboja porque o país estava em poder dos comunistas e, portanto, poderiam se extrair lições úteis sobre as vicissitudes de suas vítimas. Mas, as numerosas vítimas causadas pelos bombardeios dos Estados Unidos, antes que os comu-

de 1965-66, ou sobre as vítimas da invasão indonésia a Timor-Leste, em 1975, já que o general Suharto é aliado dos Estados Unidos e um cliente, que mantém a porta de seu país aberta a investimentos ocidentais. O mesmo aconteceu com as vítimas das ditaduras do Chile e da Guatemala, que colaboraram para derrubar estruturas institucionais e implantar o terrorismo de Estado. Não existem campanhas de imprensa para essas vítimas. Trazer à luz seu sofrimento implica entrar em conflito com interesses poderosos. ●

* Edward S. Herman é catedrático de Economia da Escola Wharton, da Universidade da Pensilvânia. Noam Chomsky é professor do Departamento de Linguística e Filosofia, no Instituto de Tecnologia de Massachussets. Este artigo é uma adaptação de seu livro, "Manufacturing Consent: The Political economy of the Mass Media", editado por Pantheon Books.



O bombardeio ao palácio La Moneda mostrou a eficiência da CIA na operação contra o governo Allende, no Chile

A poesia perdeu seu "son"

O escritor cubano Nicolás Guillén, considerado o principal representante da denominada poesia mulata ou afrocubana, morreu na madrugada de 17 de julho, em Havana, aos 87 anos

René Capriles

Em 1928, ele começou sua carreira de escritor e jornalista. Seus artigos, polêmicos e inovadores na linguagem, fizeram de Guillén, ainda jovem, uma figura conhecida por sua combatividade. Herdeiro de conceitos políticos liberais – seu pai foi jornalista e senador, e morreu assassinado em 1917 – seu pensamento evoluiu, desde a luta pela igualdade dos direitos dos negros e mulatos na sociedade cubana até a sua participação na revolução liderada por Fidel Castro e Guevara.

Em 1930, aos 28 anos, publicou um conjunto de oito poemas breves, denominados "Motivos de Son". Ficou famoso da noite para o dia. Os "Motivos de Son" revolucionaram a poesia hispano-americana e foram saudados pelas maiores figuras da época. No ano seguinte, apareceu "Sóngoro Cosonjo", que motivou o grande Miguel de Unamuno a escrever uma carta a Guillén, afirmando que "a música verbal e o espírito da carne, o sentimento da vida posto de maneira direta, imediata, terrenal, é, no fundo, toda uma filosofia e toda uma religião". Guillén tinha sido abatinado pela maior autoridade filológica da Espanha, o que o consagrou imediatamente.

Em 1937, Nicolás Guillén foi para a Espanha, acompanhando o vendaval republicano. Participou, em Valencia, Madri e Barcelona, durante a guerra civil, do II Congresso Internacional de Es-

critores pela Defesa da Cultura. Foi um dos momentos mais importantes de sua vida. Ali conheceu muitos dos grandes nomes da literatura contemporânea e, principalmente, os escritores socialistas. Nesse momento, ingressou no Partido Comunista, dando início a uma longa peregrinação por diversos países e aos padecimentos das perseguições políticas, que determinaram seu exílio em 1953, durante a ditadura de Fulgencio Batista.

Visões brasileiras – Nicolás Guillén esteve no Brasil em quatro ocasiões: nos anos de 1948, 1953, 1959 e, finalmente, em 1961. No Rio de Janeiro, ele costumava ficar na casa do pintor Cândido Portinari, do qual foi grande amigo. Portinari ilustrou muitos dos seus poemas. Além de diversos intelectuais brasileiros, como Manuel Bandeira, Jorge Amado e Di Cavalcanti, também fez amizade com políticos, como Miguel Arraes e o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Sobre o encontro com Brizola, Nicolás Guillén escreveu no jornal cubano "Hoy", em março de 1962, um artigo intitulado "Muito Obrigado", no qual ele criticava a intervenção do secretário de Estado norte-americano, Foster Dulles, nos assuntos internos do Brasil. No encontro com Brizola, ficou claro que o que mais tinha desagradado aos

Estados Unidos era o desejo brasileiro de autodeterminação do seu desenvolvimento. Guillén recordou o encontro com Brizola com estas palavras:

"Quando – já faz alguns meses – estive em Porto Alegre, o governador Brizola nos disse: - Apesar da aparente prosperidade do Sul, nós estamos sentindo aqui os primeiros sintomas da doença que já prostrou o Norte e o Nordeste do Brasil, e, se não tomarmos medidas urgentes, acabaremos por ser vítimas do mesmo mal... Temos que tomar, a tempo, as medidas necessárias, para que isso não aconteça..."

E Guillén acrescentou ainda: "Essas medidas já estão sendo tomadas. Por exemplo, Brizola nacionalizou a companhia telefônica e a de eletricidade, ambas de propriedade norte-americana. Mal caminho, pensarão os imperialistas desconsolados. Mas, assim começaram os cubanos. Assim começou Fidel".

Também na sua poesia, Nicolás Guillén lembrou-se do Brasil. Em vários dos seus poemas, existem referências ao Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo e muitas outras cidades que ele conheceu.

Muitas vezes criticado pelos colegas de profissão, Nicolás entretanto cultivou amizades eternas, como, por exemplo, a do poeta espanhol Rafael Alberti, a quem conheceu em 1935 e de quem nunca se afastou. Compartilharam a

mesma cela em Cuba, junto a outros intelectuais. No dia seguinte à morte de Nicolás, Alberti escreveu: "Hoje é um dia de luto muito grande para toda a poesia, para Cuba e para mim. Perdi um estimado amigo, companheiro, camarada e poeta".

Mas, não foi somente de Rafael Alberti essa perda, o mundo todo, o Brasil e Copacabana também perderam um amigo e um poeta, poeta do son entero.

São Paulo

**Salta de puente em
puente/y sueñas con un
río,/como una solterona/
que espera em vano a un
hijo./Tú, llena de puentes
secos/sobre el gentío.
(do poema Ciudades do
livro "La Paloma de vuelo
popular")**

Brasil-Copacabana

**Copacabana./bajo el sol brasileño,/es como un
blanco sueño/la mañana./Ingleses/Argenti-
nos./Franceses./Tunecinos./Yanquis (siempre veci-
nos del bar...)/¿Y esa hembra dorada,/que está en
la arena echada,/espera acaso un golpe masculino
del mar? (Fragmento do poema Brasil-Copacabana
do livro "Tengo")**



Vida nova

Para erradicar um problema social que data da época da ocupação italiana, o governo cria fábricas e alfabetiza as mulheres que exerciam a prostituição

Emebet Tadesse

Para quase todo mundo, o trabalho em uma fábrica é uma ocupação entediante. No entanto, para Tsige Asfaw e o restante das operárias da indústria têxtil de Gullelle, essa ocupação significou uma mudança positiva em suas vidas. As 500 operárias da empresa, fundada em 1983 pelo governo etíope, com um investimento de 2,5 milhões de dólares, praticavam a prostituição.

A fábrica, situada no subúrbio de Addis Ababa, a capital, em um parque cheio de árvores e flores, emprega ex-prostitutas, como parte de um progra-

ma de reabilitação, que inclui tarefas de costura, agricultura e outros trabalhos usualmente realizados por homens, como, por exemplo, a condução de tratores.

De acordo com o administrador da fábrica, Habte Desbelle, a maioria das mulheres obteve bons resultados nos cursos de preparação técnica e agora desfruta dos benefícios. Aproximadamente 120 empregadas optaram por continuar uma educação adicional, durante o seu tempo livre, obtendo certificados de conclusão satisfatória do segundo grau.

Há alguns anos, a vida dessas mulheres era muito diferente. Asfaw, por exemplo, trabalhava como prostituta em um bordel, no qual "era permanentemente usada pelo dono do bar", segundo suas próprias declarações. "Nunca pude ganhar dinheiro, justamente o motivo principal que me levou à prostituição". Asfaw gastava o pouco que ganhava com seus clientes em cigarros e *chat*, um tipo de folha que se torna tóxica quando mascada. Nunca tinha desejado entregar-se a essa atividade, mas depois da morte de sua mãe, a vida se tornou muito difícil: "Não tinha fami-



Cursos de alfabetização e de formação técnica, e muitos empregos, sobretudo na indústria têxtil, transformaram-se nos instrumentos mais eficientes do governo, dentro da política de reabilitação

liares que pudessem me ajudar a terminar os estudos", disse Asfaw. "Por isso, deixei minha casa, em uma remota zona rural, na província central de Sellalle, e fui para Addis Ababa, onde morava um parente afastado".

Herança da ocupação fascista – Asfaw trabalhou na casa desse parente durante dois anos como empregada doméstica. Trabalhava muitas horas e recebia um salário miserável. Desesperada, acabou procurando emprego em um bordel. "No início, foi muito difícil me acostumar com essa vida", disse. "No entanto, tive que trabalhar ali durante oito anos". Como tantas outras mulheres, que, de repente, perdem seu apoio financeiro, Asfaw pensava que não tinha outra alternativa.

Cinquenta anos atrás, a família se encarregava de cuidar dos órfãos e ajudar a viúva. Mas, os elos familiares começaram a se desintegrar nesta nação da África Oriental, durante a ocupação italiana, na década de 30, quando, na Europa, estavam em ascensão o fascismo e o nazismo. Os homens invadiram as cidades em busca de emprego, os casamentos se dissolveram e as mulheres tiveram que ir trabalhar. A prostituição foi permitida e se converteu em uma opção popular.

O governo do presidente Mengistu Haile Mariam, que assumiu o poder em 1974, iniciou uma campanha contra a prostituição, oferecendo cursos de formação técnica e oportunidades de emprego para as mulheres que se dispusessem a mudar de vida. Além de criar a indústria têxtil de Gullelle, o governo também utilizou uma campanha nacional de alfabetização, já iniciada, para lutar contra a prostituição. Já em julho de 1979, o programa tinha terminado com 30% do analfabetismo do país, de 50 milhões de habitantes.

Asfaw afirma que a fábrica de Gullelle lhe ofereceu a oportunidade de iniciar uma nova vida. Agora, planeja se casar e continuar os estudos. "Sinto-me muito orgulhosa, quando vejo que me respeitam como trabalhadora", disse.

A mulher na imprensa

Um serviço especial procura divulgar o papel feminino na sociedade, dentro da luta por uma nova posição da mulher na família e no trabalho

O Serviço Especial da Mulher Latino-Americana-Semla, fundado em 1979, tem o objetivo de preencher a lacuna existente sobre a mulher na imprensa e luta contra uma série de dificuldades. "A questão da mulher não é prioritária, não desperta interesse e não chegou a ser uma área específica dentro da grande imprensa", observa a coordenadora do Semla, Thais Corral. "Apesar do número de mulheres ser crescente na comunicação, elas próprias resistem em se ocupar desse tipo de assunto e associam sempre o tema a conceitos antiquados de feminismo e militância".

O Semla tem a mesma filosofia da Inter Press Service-IPS – fazer com que o Terceiro Mundo troque informações sobre suas realidades, ao invés de receberem apenas notícias filtradas por agências do mundo industrializado e funciona acoplado ao serviço da IPS. "Tanto a IPS como o Semla se propõem a lutar por uma nova ordem das comunicações", diz Thais, "e, com isso, os fatos que ocorrem no Terceiro Mundo deixam de ser julgados exclusivamente pela ótica de profissionais treinados no mundo industrializado".

Atualmente, 26 mulheres jornalistas trabalham como correspondentes para esse serviço na América Latina. As informações produzidas por elas na América Latina, Ásia, África e Caribe são distribuídas em 70 países, através da agência de notícias IPS, o que torna o Semla o único serviço de informação sobre a mulher com essa dimensão. Além disso, é editado um boletim bimestral, "Mujeres", com informações sobre as atividades, vitórias e fracassos da mulher no continente latino-americano.

Nereida Daudt •

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Nelva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Placentini
Editora: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease García, Eduardo Galeano, Juan Somavia

Redação Permanente: Claudia Nelva, Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bordini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adom Eduardo Khalil (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

Colaboradores: Adrián Soto (Finlândia), Alberto Maríantoni (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narali Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Nôñez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selser (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbet de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Chile), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautín (México), Mía Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Peru), Theotônio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio (Líbano) e Adam Keller (Israel).

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), **Diagramadores:** Reginaldo Caxias, Dayse Vitoria, **Colaboradores:** Adérito Gusmão, Guilhermina Ierecê e Álvaro Camello, **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Sônia Lana Drum, Yara Alexandrino R. C. Menezes, Walmyr Peixoto da Silva, **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa, **Digitador:** João Carlos de Farias Guerra, **Composição:** Luzia A. Nelva e Paulo Rui G. Batista, **Secretaria de Redação:** Jozira Salgado Santos, **Revisão:** Cléia Márcia Soares, **Administração:** Henrique Menezes, **Comercial:** Rafael Peres B. Filho, **Circulação e Assinaturas:** Mauro Mendes – Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 104-105 – Tel. Assinaturas: 252-7440.

EDIÇÕES REGIONAIS:

• Edição em Português:

Diretor: Nelva Moreira/Editor: Procópio Mineiro, **Editor Assistente:** Antônio Carlos da Cunha, **Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazonia)
Sede de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. – Calçada do Combro, 10 / 1º andar – Lisboa, 1.200
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• Edição em Espanhol

Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul
Diretor: Roberto Bissio
Assinaturas: A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461 / Tel.: 49-61-92 Montevideo, Uruguai – **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela
Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones Colihue – Buenos Aires – Argentina

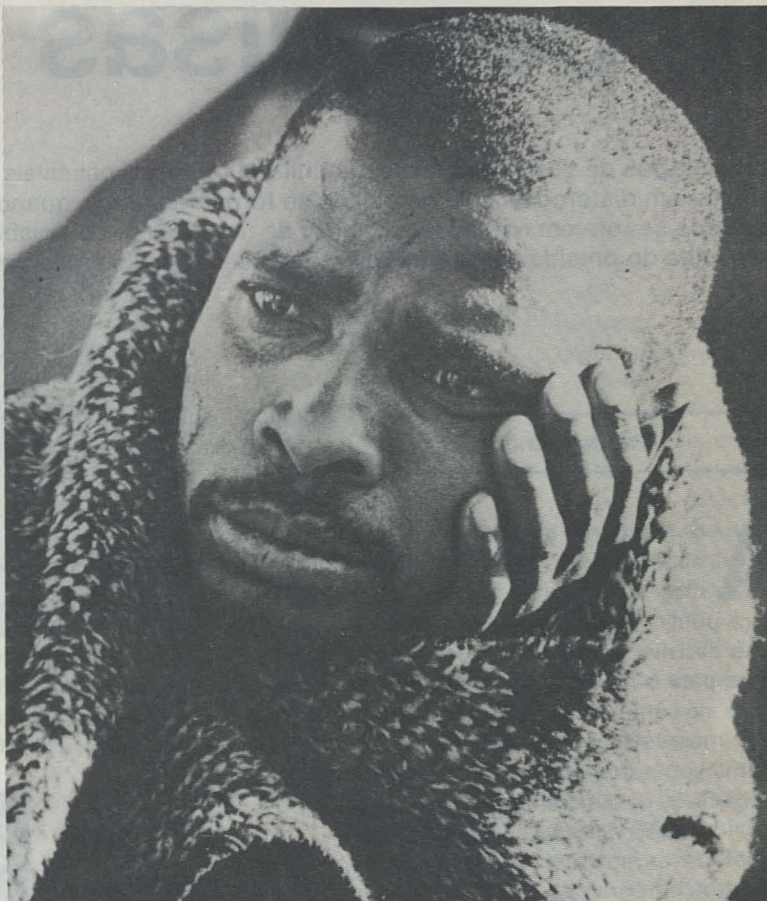
• Edição em Inglês:

Editor: Bill Hinchberger/Editor Adjunto: Roberto Raposo
Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 – CEP: 20241 – Rio de Janeiro / Brasil – Tels. 222-1370/242-1957 – Telex: (021) 33054 CTMB-BR
cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAPA (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (It-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA. Fotos: Reuters.
ISSN – 0101-7993
Capa: Pedro Toste

SUPLEMENTO BRASIL

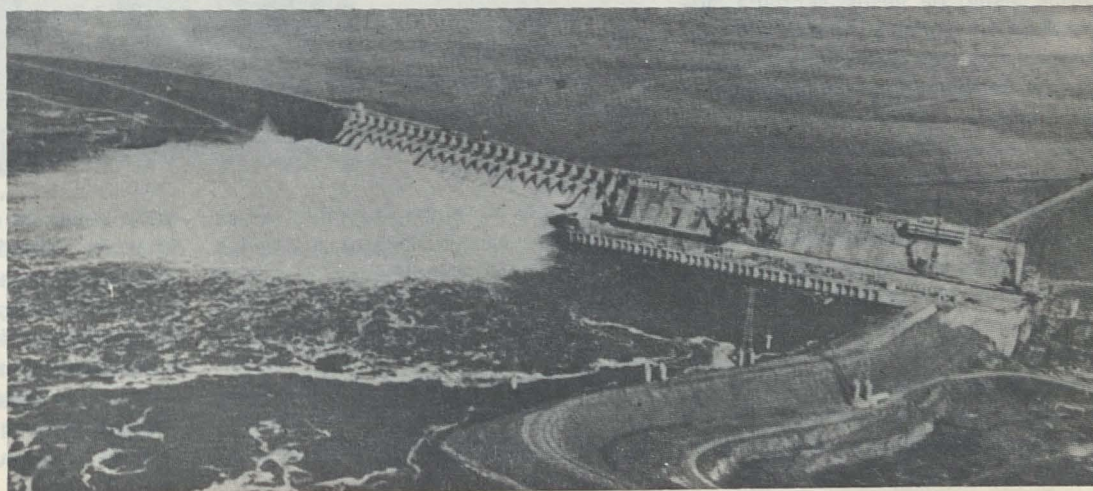


O embaixador Paulo Nogueira Batista expressou o mal-estar brasileiro contra as pressões comerciais e diplomáticas por parte dos Estados Unidos



A população negra ainda tem suas mais genuínas contribuições à civilização limitadas pela discriminação racial

O setor de energia reclama dos baixos investimentos nos sistemas de geração de eletricidade, o que pode comprometer o desenvolvimento brasileiro



Analizando as pesquisas

Os institutos de pesquisa brasileiros utilizam métodos passíveis de resultar em distorções, cuja gravidade se torna dramática, quando os números se referem não ao lançamento de nova marca de goiabada, mas à escolha do presidente da República, um evento decisivo da cidadania

Procópio Mineiro

Ao longo do tempo, as campanhas eleitorais mudaram de estilo. Os grandes comícios em praça pública perderam sua condição de arma decisiva: a luta pelo voto transferiu-se para o recesso das casas, onde os meios de comunicação eletrônicos atingem massas eleitorais que praça nenhuma comportaria. Ao lado dessa mudança física da campanha, ocorreu uma transformação essencial também nas armas da argumentação e do convencimento: programas administrativos, perfis ideológicos ou o histórico político dos candidatos perderam espaço para o desempenho cênico de cada um (apresentação pessoal, domínio das regras de se conduzir ante as câmeras ou ao microfone, estilo de vestir, simpatia, autêntica ou não), deixando em segundo plano, nas equipes de campanha, os assessores de idéias e prestigiando diretores de cena.

Tal mudança de perfil decorre das inúmeras transformações da comunicação moderna. Em tese, destacar o superficial não deve preocupar em excesso, na medida em que não se coíbe o essencial. Mas, na prática — quando se vive um processo decisivo para a vida de uma nação — a diferença pode ser fatal para os projetos mais coerentes com as necessidades do país. Principalmente, quando se conjuga esse des-

taque a aspectos de imagem, à pressão psicológica da mais fulminante ferramenta do arsenal moderno dos perfidos eleitorais, as pesquisas de opinião sobre intenção de voto.

O levantamento de tendências — protestam vários partidos e candidatos — vem sendo utilizado como arma de propaganda, como instrumento de convencimento da intensa maioria indecisa, num país de cidadãos com parco acesso à informação objetiva. Tal utilização, ou

Leonel Brizola (PDT): "Utilizada de forma sistemática, a pesquisa é perigosa. É um artifício de violação do processo de formação de consciência do povo"

manipulação — ainda segundo esses protestos — visa a alcançar resultados bem precisos, identificados com um determinado projeto político, influenciando, de fato, no desenrolar natural da campanha.

Nesta reportagem, **terceiro mundo** reúne entrevistas e opiniões a respeito das pesquisas eleitorais, traçando um



Ronald: pesquisas influenciam eleitorado

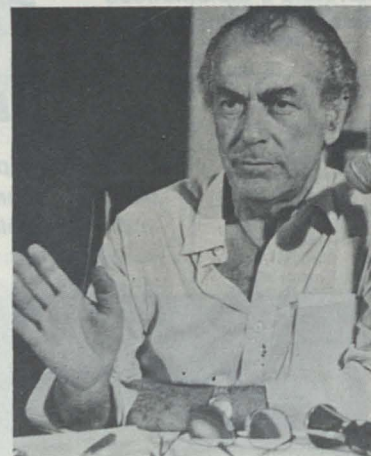
quadro amplo dessa questão, que vem tomando lugar de destaque nos debates da sucessão presidencial.

A seguir, o leitor acompanhará as considerações do estatístico José Ronald Noronha Lemos, integrante do Conselho Regional de Estatística, no Rio, e membro da Sociedade Brasileira de Estatística, que levanta importantes considerações sobre métodos de pesquisa.

As pesquisas são claras e podem ser aceitas como trabalho científico?

— Tudo depende do modelo que estes institutos estiverem aplicando. Se fosse o modelo probabilístico, aliás o preferido nos Estados Unidos, a confiabilidade seria excelente, pois é mais real, um modelo que não apresenta tendenciosidade. Mas, como o usado por alguns institutos de pesquisa é o modelo por quotas,

então devemos estar atentos a suas limitações. Tal método, mesmo que tiver um planejamento muito bom, não dá um adequado grau de segurança. Apresenta aspectos falhos, como o de depender decisivamente do entrevistador, o que pode afetar o conteúdo da pesquisa. Essa metodologia por quotas permite ao entrevistador distorcer o tipo



das perguntas, manipular as variáveis que estiverem sendo testadas na ocasião, ou até coletar a entrevista de uma mesma pessoa mais de uma vez. O grande perigo dessa metodologia por quotas – que é a utilizada pelo Ibope, por exemplo – ocorre, portanto, durante o contato, dificultando inclusive o controle do entrevistador, no caso da necessidade de retorno ao entrevistado. A meu ver, o modelo probabilístico – usado por alguns institutos – portanto, é o mais confiável, pois possibilita a identificação do entrevistado após a realização da pesquisa, proporcionando, desta forma, melhor controle do trabalho.

Diante da transcendência do evento eleitoral deste ano, não seria de toda conveniência que técnicos e partidos tivessem pleno conhecimento da forma como estão sendo realizadas essas pesquisas?

– Creio que não somente áreas técnicas (os conselhos de Estatísticos têm poder de fiscalização garantido pela lei 4.739/65) e partidos devem ter conhecimento das metodologias em uso, como o próprio público leigo deveria ser informado sobre os parâmetros gerais desses levantamentos.

Por que os institutos não agem assim, com a transparência requerida pela sociedade?

– Uma síntese compreensível do modelo utilizado pela pesquisa deveria acompanhar sempre a divulgação dos resultados, para que o público, que é leigo no assunto, pudesse avaliar, com um mínimo de elementos seguros, a significação real do que lhe é apresentado. Os técnicos em estatística ou profissionais de pesquisas sabem como tais metodologias devem ser corretamente utilizadas e podem, devido a seus conhecimentos específicos, fazer uma idéia geral em torno do alcance dos resultados. Mas, o leigo, que é praticamente a totalidade do público interessado, desconhece o assunto e não sabe situar-se ante tais informações. Por isso, a conveniência de que a divulgação de pesquisa inclua sempre um sumário explicativo sobre a metodologia, estimativa de erro, o tamanho da amostra, etc.. Por exemplo, há pesquisas sendo apresentadas, em que a média de pes-

soas ouvidas por cidade é de 30 apenas. É uma amostra de extrema fragilidade, em cidades com centenas de milhares de pessoas e até mesmo milhões. A fragilidade é ainda muito mais acentuada.

É preciso que esses dados fiquem claros, para quem é atingido pela divulgação de resultados por esse processo. Portanto, é de toda conveniência que essas informações subsidiárias cheguem ao público-alvo, para que este

Luis Inácio Lula da Silva (PT): “As pesquisas,



que refletem o pensamento momentâneo, mostram uma manifestação da população em cima de bases falsas. Para mim, pesquisa de verdade é a das ruas e de porta de fábrica. Essa não erra”

possa apreender corretamente o sentido dos números, o alcance das variáveis e acompanhar as extrapolações.

É possível descrever, sumariamente, as diferenças entre os modelos?

– Na amostragem probabilística, a amostra, de tamanho já definido, é selecionada de um universo qualquer especificado e tem uma probabilidade conhecida de ser a escolhida. Na amostragem probabilística simples, todas as amostras têm probabilidade conhecida e igual de serem selecionadas. Já na amostragem não-probabilística, a possibilidade de escolher um certo elemento do universo é desconhecido. No processo por quotas os entrevistados são selecionados com base em características econômico-sociais (ocupação, renda, idade, sexo, etc.). Em consequência, o agente entrevistador é quem recebe a incumbência de escolher, no campo, as pessoas que devam ser entrevistadas, de acordo com as determinantes especificadas na amostra, havendo, portanto, uma liberdade de seleção.

A precariedade do modelo por quotas

residiria, então, essencialmente, na fase de realização das pesquisas?

– A falha reside precisamente aí, porque o entrevistador pode conduzir a opinião do entrevistado, influenciá-lo a responder de acordo com uma determinada expectativa. A tal respeito, sempre surgem reclamações de entrevistados, de que deu uma determinada opinião, mas o pesquisador registrou a resposta no lugar destinado a outra opção, ou

que o pesquisador tentou condicionar a resposta. Inclusive, essa tendência pode manifestar-se nas próprias variáveis escolhidas. Por exemplo, uma pes-

soa pode ser entrevistada duas vezes, como já assinalai, ou uma pessoa de 40 anos pode ter sua opinião lançada como sendo a de alguém de 20 anos,

o que naturalmente distorce os resultados, significativamente.

As pesquisas, segundo as reclamações de setores políticos, estão deixando de ser um instrumento científico de aferição de tendências e preferências, para se transformarem em armas de propaganda, meios de influenciar a opinião do público, particularmente por procurarem apresentar a situação como já cristalizada em torno de determinada opção. Procede a queixa?

– Realmente, estes são pontos que a população brasileira questiona muito. Entretanto, para que se possa provar qualquer manipulação, seria necessário fazer, de fato, a análise detalhada – se houvesse acesso a isso – sobre o processamento da pesquisa. Quando dados são escamoteados (por exemplo, o número de pessoas ainda sem candidato), os levantamentos provocam um efeito influenciador muito grande sobre o eleitorado, e chegam mesmo a ser tendenciosos.

No caso atual, sobre as pesquisas em torno das candidaturas à presidência da República, observamos que os resultados, na forma por que são apresenta-



Ulysses Guimarães PMDB): "Não me preocupo com as pesquisas, que são superestimadas, como se decretassem vitórias e derrotas. Candidatos tidos como vitoriosos, no fim, sempre perdem. Isso é quase uma regra"

dos, estão levando certos partidos a tentarem sacrificar seus candidatos, levando-os à renúncia. Quer dizer, os rumos da campanha presidencial estarão sofrendo devastadora influência das pesquisas, sob este aspecto, e se os números apresentados não corresponderem à realidade, podemos avaliar o quanto de indevido estará acontecendo, tentando forjar-se uma realidade inexistente.

A credibilidade alcançada por institutos de pesquisa torna mais penetrante uma eventual manipulação?

— Tranquilamente, que as pesquisas têm influência muito grande sobre o povo brasileiro. As pesquisas influenciam violentamente.

Tal influência seria decorrente de baixo nível de informação do povo?

— O marketing da pesquisa atinge mais, de fato, aquelas pessoas que estão na faixa da indecisão, e a maioria é formada exatamente pelas camadas menos informadas, que são precisamente as mais influenciáveis. São as pessoas que se deixam levar por uma informação superficial e que gostam de votar "naquele que vai ganhar". Não se definem por programas ou linhas

Orestes Quécia, governador de São Paulo (PMDB): "Não se pode levar as pesquisas em caráter conclusivo, porque isto é muito arriscado. Se dependesse de pesquisa eu não seria governador e Luiza Erundina não seria prefeita de São Paulo"

mente, dos partidos políticos?

— Acho que os institutos, em comum acordo com todos os partidos, deveriam formar uma frente, para pressionar e conseguir acesso a tais pesquisas. A argumentação preliminar não é a da suspeita sobre esses institutos, mas a de democratizar o conhecimento da elaboração desses trabalhos, que acabam por ter influência decisiva sobre a opinião pública. Devo assinalar que, se tomarmos o histórico desses institutos de pesquisas, todos eles apresentam um número de acertos finais maior que o de erros. Assim, seria de todo conveniente o acesso dos partidos e de instituições de credibilidade social, como conselhos técnicos e mesmo organizações sociais, como sindicatos, Ordem dos Advogados do Brasil e outras sociedades. Ajudaria até a dar maior credibilidade às pesquisas, além, naturalmente, de colaborar para sanar qualquer deficiência técnica ou utilização indevida que estivesse ocorrendo.



políticas, mas por motivos externos, o que abre espaço para os efeitos dos lances de propaganda.

Qual a conveniência de tais pesquisas terem o acompanhamento de órgãos isentos e técnicos, como os Conselhos de Estatística e de Economia, por exemplo, e, natural-

Há um item que vem colocando em causa a isenção das pesquisas: cada uma delas é feita diretamente para um determinado veículo de informação. A Datafolha é da própria Folha de São Paulo; o Ibope é já um tradicional contratado da Rede Globo e da revista Veja; o Gallup costuma fazer dobradinha com a Isto É/Senhor. A operação comercial com órgãos de comunicação que têm definições políticas muito claras — é notório o envolvimento da Rede Globo com a operação de sustentação da candidatura Collor de Mello, por exemplo — não influiria no comportamento científico, que se deve esperar desse tipo de trabalho?

— Acredito muito nos institutos de pesquisa. Afinal de contas, eles assumem a responsabilidade pelos índices aferidos aos presidencialistas. Mas, como já disse anteriormente, os resultados, quando apresentam, repentinamente, uma espécie de explosão de preferências, como se verifica no caso atual, levam os técnicos à desconfiância, quanto ao rigor dos critérios na execução do trabalho. Daí, a importância de que tais trabalhos políticos, destinados a exercer influência sobre a opinião pública, te-

Confidências do Ibope

Um dos diretores do Ibope, o superintendente Luís Paulo Saad Montenegro, foi o convidado do Conselho Regional de Estatística, no Rio, para uma conferência sobre pesquisas de opinião, no início de junho, marcando as comemorações do Dia do Estatístico. Diante dos especialistas, Montenegro fez várias observações sobre os levantamentos de preferência eleitoral, mostrando uma posição menos categórica que as apresentadas por ocasião da divulgação dos trabalhos pela grande imprensa. Vejamos algumas dessas opiniões:

Ao falar sobre a técnica das pesquisas:

"Eu acredito que a pesquisa de opinião pública é a pesquisa que tenha maior erro extra-amostral, tanto

nam o acompanhamento dos órgãos técnicos e sociais neutros e independentes, e dos partidos políticos envolvidos. Aí, sim, os resultados seriam considerados 100% confiáveis.

Os institutos defendem-se, afirmando que têm indicado, de modo geral, com grande grau de acerto, os resultados eleitorais. No entanto, tal grau de acerto é obtido em pesquisas feitas na boca da urna. E são muitos os casos em que estas pesquisas finais expressam significativo grau de divergência com pesquisas do mesmo instituto pouco tempo antes do pleito. É influência de quem deixa para decidir na última hora ou haveria aí a indicação de procedimentos distintos nas duas fases?

— Acredito que os institutos fazem um planejamento muito apurado. Mas, os problemas podem surgir na fase de execução. E o modelo utilizado, o de quotas, oferece melhores características para manipulação. E a própria apuração desse material coletado pode apresentar problemas, igualmente. Quanto ao razoável acerto na boca da urna, poderia ser decorrente de maior cuidado, talvez.

por parte da metodologia, quanto por parte da população investigada.”

Ainda ao falar sobre a questão metodológica:

“Na realidade, quando comparamos os resultados de uma pesquisa eleitoral com os resultados de uma eleição, estamos comparando dois universos diferentes. Um é o universo das declarações de voto das pessoas, em determinado momento. O outro não é nem declaração, é um papel assinalado. São duas populações diferentes. Mas, em 95% dos casos, podemos comparar estes dois resultados.”

Ao comentar uma tabela com resultados sobre interesse popular por política (dados de maio último), em que se destacava o índice de 64% de pessoas com “pouco interesse”, contra apenas 8% de entrevistados com “muito interesse” pelo assunto:

“Isto comprova um pouco o raciocínio de alguns políticos, que dizem que hoje as intenções de voto estão mais relacionadas, assim, a espaços

A falácia nas pesquisas

As pesquisas eleitorais têm sido apresentadas de forma indevida à opinião pública, deixando à mostra intenções de propaganda e favorecimento de determinada candidatura, ao omitir dados essenciais à correta análise dos números e ao superdimensionar certos itens

Francisco Tadeu Bastos Correia*

Nos últimos meses, temos assistido a um desfile interminável de números resultantes de pesquisas, dispondo sobre a intenção de voto, grau de interesse com que eleitores acompanham o noticiário afeto à sucessão presidencial e até simulações relativas a um hipotético segundo turno. Ora, quando sabemos que só agora as cam-



Tadeu: números e interpretações

na mídia do que, realmente, a um comportamento de voto, quer dizer, não se pode comparar esse intenção agora com a disposição de voto a duas semanas da eleição.”

Sobre a margem de acerto das atuais pesquisas sobre a sucessão presidencial:

“A previsibilidade de uma pesquisa a cinco meses da eleição é praticamente nenhuma.”

Ao dizer que o candidato Collor de Mello teria preferência praticamente uniforme em todos os estados, enquanto Brizola teria índices díspares, segundo a região:

“Quando se vai calcular o nível de erro das respostas sobre cada candidato, o nível de erro é maior nos números do Brizola, devido à heterogeneidade das preferências por seu nome em cada estado.”

Sobre os números atribuídos à candidatura Collor:

“Foi uma subida muito rápida. É um voto que ainda não foi cristalizado. As pessoas estão votando nele

pela onda que teve. Alguns podem deixar de votar, mas ele pode pegar votos de outros.”

Ao justificar diferenças entre previsões feitas e resultados reais:

“O Jorge Bittar chegou aos 20% no próprio dia da eleição. No dia anterior, ele não tinha esse índice. A Erundina passou à frente nos dois últimos dias. O Ovídio Dutra ganhou na última semana. É impressionante a mutabilidade, a instabilidade do voto na eleição municipal. (...) Tomara que na eleição presidencial a estabilidade seja maior. Mas, é também uma caixa-preta, porque há 30 anos não temos uma eleição dessa, carecemos de dados históricos; a própria imprensa não sabe como trabalhar, analisar os partidos políticos; os cientistas políticos não sabem, não têm nenhum referencial; os próprios pesquisadores... é a primeira vez, em 30 anos, que vamos ter 80 milhões de pessoas sintonizadas numa mesma fase.”

P.M.

Mário Covas (PSDB): "A única pesquisa que



pretendo ganhar é a de 15 de novembro. O número de indecisos é muito grande e o que vale agora é o crescimento do contato com a população. Suspeito até mesmo quando a pesquisa me favorece. Esse instituto (referia-se ao Vox Populi) é a favor de Collor de Mello"

panhas começam a tomar um contorno mais nítido; vices foram recentemente escolhidos; debates em programas de televisão — embora em formato inadequado, pelo pouco tempo concedido a cada candidato para discorrer com maior profundidade sobre a plataforma de governo — começam a ocorrer, e nos encontramos ainda a meses da eleição, é oportuno indagar como essas pesquisas devem ser consideradas.

As pesquisas eleitorais, desde alguns anos, despertam grande interesse, e isto se repete agora com maior intensidade, devido ao fato de o pleito ser presidencial (afinal, são 30 anos sem votar). Levantamentos de opinião, entretanto, são prática corriqueira entre executivos e decisores, em sentido amplo, que só escolhem entre alternativas, decidindo, enfim, escudados em resultados de estudos e avaliação. Pesquisas seriam, então, instrumentos de cunho científico, dotados de aparente neutralidade e, assim, do ponto de vista da sucessão, o cidadão comum estaria sendo brindado com um recurso, que contribuiria para conferir maior racionalidade à escolha do seu candidato. Isto, no entanto, só seria verdadeiro, se a neutralidade científica fosse fato e se inquéritos estatísticos, pesquisas de modo geral e pesquisas eleitorais, em particular, não fossem passíveis de manipulação.

Pedras no caminho — A manipulação pode ocorrer em diversos instantes. É possível acontecer no momento em que se efetua o processo de indigitação das variáveis (quando se escolhe o que per-

nipular reside na forma de se apropriar e divulgar os resultados.

Neste último ponto é onde está, de fato, o grande peso de mistificação das pesquisas eleitorais que têm sido divulgadas: elas tentam criar uma aparência de irreversibilidade, ou fato consumado, quanto à definição do pleito presidencial, e se põem, assim, como sucedâneas desejáveis e vantajosas das urnas.

Como ocorre, então, a manipulação? Em primeiro lugar, é possível afirmar que a manipulação em causa não ocorre, significativamente, do ponto de vista estatístico. A representatividade das amostras repousa num grau de confiança de 95%, o que significa dizer que o procedimento de escolha dos entrevistados, se repetido uma centena de vezes, só é suscetível de erro (escolher eleitores que não representam todo o conjunto destes) em cinco das cem vezes. Assim, a probabilidade da amostra não ser representativa seria de 5%.

Outro ponto a ser considerado diz respeito ao erro admitido. A Datafolha, por exemplo, trabalha com 2%, o que — em relação à pesquisa (manifestação espontânea) divulgada em meados de agosto, quando elaboro estas notas — equivale a dizer que os 25% de preferência, atribuídos a Collor de Mello, podem ser, de fato, 27% ou 23%. O erro de 3%, com que trabalham os outros grandes institutos (Gallup e Ibope) são usualmente utilizados, estatisticamente, e se prestam perfeitamente às pesquisas de natureza eleitoral. As diferenças observadas entre os índices divulgados pelos distintos institutos situam-se, na

guntar, privilegiam-se fatos, intenções e eleger-se o momento de referência, em detrimento de outros). Pode ocorrer, ainda, através de métodos e técnicas a serem utilizados (modo de perguntar, instrumentos de aferição e mensuração dos fenômenos, ferramenta teórico utilizado, etc.). Um terceiro modo de ma-

maioria das vezes, dentro de padrões aceitáveis, quando se consideram as margens de erro adotadas.

Análise e propaganda — Entretanto, os resultados divulgados entre 29 e 31 de julho, quanto ao número de indecisos (manifestação espontânea) — 47% apontados pelo Gallup e 56% pela Datafolha — não se encaixam nas diferenças explicáveis. Contudo, podemos inferir que o fulcro da questão não é de tecnologia da amostragem, nem é do método estatístico em si, mas está, isto sim, na análise, interpretação e na forma como os resultados são divulgados.

Embora o grosso da manipulação reside na maneira como os resultados vêm sendo servidos ao grande público, principalmente através da Rede Globo, o processo de indigitação das variáveis tem também algum peso. Levantar variáveis relativas à simulação de voto em um provável segundo turno — quando nos encontramos a tal distância do pleito e temos aproximadamente 70% de indecisos — é algo que não se justifica sequer como exercício acadêmico: comporta explicações, apenas, no campo do engodo e do intuito deliberado de induzir a opinião pública a raciocinar sobre uma falsa realidade.

Quanto à divulgação dos resultados,

Embaralhando números

Reclama-se o resgate da credibilidade das pesquisas como indicadores de tendências do eleitorado brasileiro. Sem dúvida, uma exigência democrática. Um dos equívocos sistematicamente servidos à opinião pública é a extrapolação dos resultados obtidos a partir de amostras para todo o universo pesquisado, antes, mesmo, do início de campanha eleitoral. Não é honesto supor que, na fase atual da campanha, uma amostra representativa de apenas 30% dos eleitores, que, supostamente, já te-

Ronaldo Caiado (PSD): "É omissa a metodologia das pesquisas, que têm sido feitas em 250 grandes cidades. E o resto do país? E o interior? Não me preocupa estar perto do traço zero"



hoje toda a ênfase recai nas pesquisas estimuladas por cartão – aquelas que submetem ao eleitor a relação de nomes dos candidatos – que, reconhecidamente, superdimensionam os resultados, principalmente em relação aos eleitores iletrados, favorecendo sobremaneira quem se encontra no topo das preferências e aparece amiúde nos meios de comunicação.

Quando a manifestação de intenção de voto é espontânea, os dados podem se alterar drasticamente: um candidato que, na pesquisa induzida, possuía 38% – como Fernando Collor de Mello, na pesquisa divulgada pela Folha de São

Paulo, em 29 de julho – vê este índice desmoronar para 25%, que pode ser mesmo 23%, em função da margem de erro possível. Mas, este ponto não é objeto das manchetes, e muito menos chega a alcançar os vídeos dos eleitores.

Ademais, se considerarmos que a maior parcela dessas intenções não representa um voto firme, não passível de mudança, é perfeitamente factível supor que estes 25% – obtidos via manifestação espontânea e tendo por data de referência o dia de realização da pesquisa – possam em boa parte efetuar migração. A natureza do voto (firme, confuso, flutuante, etc.) deveria, então, ser esmiuçada, como forma de esclarecer e situar o eleitor.

Outro ponto de relevo a ser enfocado é que a manifestação espontânea, apontando para 56% de indecisos (Folha de S. Paulo, 29/07/89) é obtida quando a intenção de voto é expressa, tendo por base o momento da entrevista. No en-

tanto, a mesma intenção, sendo questionada com a data de referência de 15 de novembro, leva a um número de indecisos que é da ordem de 70%, aproximadamente. Pode-se supor que um candidato, tendo algo em torno de 40% das intenções de voto, na realidade teria 40% de uma parcela de 30%, o que daria algo em torno de 12%, votos estes não necessariamente cristalizados.

Pode-se inferir que, com uma margem de 70% de indecisos, a maneira como as pesquisas são hoje divulgadas, pondo ênfase nos resultados induzidos, apresentando índices relativos à simulação de segundo turno e dando um candidato como imbatível, resulta em um grande desserviço à democracia.

Mais ainda, o clima de "já ganhou", decorrente da forma de analisar e divulgar os resultados, deveria ser objeto de maior reflexão por parte da imprensa isenta, por parte do Conselho Federal de Estatística, Sociedade Brasileira de Estatística e outros conselhos e instituições, a quem possa estar afeta a questão, visando a assegurar um clima de maior lisura, no desenrolar do processo eleitoral tão densamente perseguido e ansiosamente esperado. •

* O estatístico Francisco Tadeu Bastos Correia é formado pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas-Ence, do Rio de Janeiro, e é mestre em Educação, pela PUC/RJ

riam escolhido seus candidatos possa ser exibida como modelo do comportamento definitivo dos 70% restantes.

O embaralhamento pode ocorrer pelos números, como, por exemplo, os dados, apresentados pela pesquisa Isto É Senhor/Gallup, relativa a julho, cuja soma era igual a 119,95 num universo de 100. Já na pesquisa da primeira semana de agosto, o Ibope ficou devendo fatias do universo, que acabariam "explodindo". A soma de votos do Ibope foi igual a 81%; os brancos e nulos totalizaram 5%, enquanto 14% declararam não ter candidato. Tudo isso era igual a 100; faltaram os indecisos. O presidente José Sarney, no entanto, tomou conhecimento desta fatia, através de uma equipe do Ibope que ele recebeu no Palácio, segundo revelou o jornalista Carlos Castelo Branco, na

sua coluna do Jornal do Brasil (edição de 13/08). Os indecisos somavam 59%. O Gallup trilhou caminho semelhante. O total captado, também em agosto, para todos os candidatos foi de 78,6%, que, somados com os nulos (4%) e indecisos (16%) fazem 95,6%. Além de não fechar 100, o Gallup ficou devendo o percentual dos que não têm candidatos.

É possível confundir o leitor também pela terminologia vaga e imprecisa, pela qual se interpretam os números. Expressões como "não tem candidato" e "eleitores indecisos" são usadas de acordo com as intenções das análises.

Mas, não param por aí as possibilidades de se induzir o eleitorado. Em Belo Horizonte, registrou-se aquele episódio do Vox Populi, que deixara de incluir os nomes dos candidatos

do PT, PCB e PDT na relação apresentada aos entrevistados de uma pesquisa encomendada pela Associação Mineira dos Municípios. Depois da denúncia, a pesquisa foi suspensa. Igualmente grave foi a revelação do deputado José Lourenço (PFL-BA) ao deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ). Ele disse ter participado com o ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, de acordos com o Gallup, Ibope e Vox Populi para que fossem feitos dois relatórios – um para o controle dos candidatos (a verdade) e outro para divulgação (a propaganda). Os institutos, segundo teria revelado Lourenço, exigiram apenas que um mês antes do pleito ficassem livres da contratação para ajustamento dos números à realidade dos votos.

Alvaro Queiroz

A venda das ilusões



A reação dos candidatos prejudicados reduziu o efeito psicológico das pesquisas nas decisões de voto dos eleitores, hoje saturados pela pressão, inicialmente arrasadora, que vêm sofrendo, sobretudo por parte da Rede Globo e sistemas de comunicação a ela integrados

Antônio Carlos da Cunha

Se essa gigantesca articulação do poder econômico, que uniu a poderosa Organizações Globo e os institutos de pesquisa de opinião pública, para criar o falso fenômeno Fernando Collor de Mello, tivesse ocorrido agora, neste mês de setembro para outubro, estaríamos realmente sendo vítimas de um embuste pior e muitas vezes mais grave do que o estelionato eleitoral de 1986, quando 22 governadores foram eleitos na esteira da mentira chamada plano cruzado.

O alerta é do psicanalista Eduardo Mascarenhas. Ele vem acompanhando o efeito das pesquisas no processo eleitoral que o país está vivendo. "A influência deste crime eleitoral a que estamos assistindo, sem que as autoridades se pronunciem a respeito, tornou-se agora superficial e não resistirá ao contra-ataque dos candidatos sérios e honestos, no horário gratuito do rádio e da tv. Teremos a oportunidade de constatar que o golpe do poder econômico, liderado por Roberto Marinho, não passa de algo epidêmico, que aparece na pele, como a catapora. Dá e passa, geralmente nem deixa cicatrizes".

Mascarenhas receia, por outro lado, a repetição de tentativas de fraude eleitoral, como já se verificou no Rio de Janeiro, em 1982, quando se buscou beneficiar o então candidato do PDS a governador do estado, Moreira Franco, quatro anos depois eleito pelo PMDB, exatamente pelo plano cruzado. "A elite conservadora que controla o poder decisório, no país, dificilmente deixará que forças progressistas assumam o co-

mando dos destinos da nação brasileira. Por isso, precisamos estar atentos, para que não venha a classe dominante, respaldada por essas pesquisas, tentar oficializar resultados fraudulentos, no processo eleitoral que estamos vivendo".

Cruéis opressores — Segundo o psicanalista, estavam certos os milhares e milhares de eleitores, que manifestaram, num primeiro rompante, sua intenção de voto favorável ao candidato Fernando Collor de Mello, sistematicamente apresentado pelos meios de comunicação, como o preferido, nas pesquisas de opinião pública.

"À primeira vista", explica Mascarenhas, "Collor simbolizava e representava o novo, o limpo, que viria das águas das Alagoas, trazendo um pouco da mística do menestrel, que surgiu em um lugar árido e seco, como o Nordeste, para redimir o quase desespero nacional. Foi em torno dessa figura principal, aspecto de manequim, divulgador de pasta de dentífrico e caçador de marajás, que o sistema dominante se sentiu seguro para investir. As pessoas, ao manifestarem suas intenções de voto, estavam psicologicamente transferindo seu protesto de 1988, quando elegeram, por exemplo, a Erundina em São Paulo. A imagem veiculada pelo sistema passou a ser daquele que iria lançar cor e limpeza por esse país afora, tão cheio de pobres, sujeira, gente feia, desdentada e nojenta. Mas, a mentira tem perna curta. O povo não é bobo. Logo, a cobra começou a se comer pelo rabo, porque era preciso muito mais do que essa imagem. Era necessário que o príncipe apresentasse algo de substantivo e de conteúdo, que desse sustentação ao discurso da assepsia. E isso não existia,

pelo menos naquele momento. Foi quando o candidato recebeu, de um dos formuladores das pesquisas, o conselho de viajar à Europa, onde deveria se encontrar com as mais diversas personalidades. A tv Globo e todo o sistema de comunicação a ela integrado deram grande repercussão, no Brasil, às audiências com o papa e com a "dama de ferro" da Inglaterra, Margaret Thatcher".

Na opinião do psicanalista, o povo, mesmo sob pressão do poder econômico, que ocupa com muito eficiência todos os espaços de divulgação do seu candidato, tem tido crescentemente a oportunidade de constatar que o processo representa a maior farsa política brasileira do século. Mascarenhas desafia então os fatos que desmentem tudo o que os meios de comunicação veiculam sobre Collor:

"É o velho discurso udenista piorado, porque agora vem das oligarquias mais cruéis que o nosso capitalismo selvagem conhece, cujo dinheiro se origina da miséria, da fome e do desespero de milhares e milhares de famílias. A opulência dessas oligarquias é conquistada das formas mais torpes e escabrosas de exploração do ser humano. É daí que emerge essa aparente flor do pântano, que, em 1969, quando sua geração estava se exilando ou sendo torturada e assassinada nos porões da ditadura, desfilava de manequim para a primeira-dama do regime militar, dona Iolanda da Costa e Silva. Ou seja, em um país onde as pessoas, naquele momento, tinham altíssimo grau de consciência política, enquanto as idéias fervilhavam no mundo todo, essa figura, mostrando a sua vocação, solidarizava-se não com os oprimidos, mas com os opressores. E assim se manteve, filiando-se ao PDS, tornando-se prefeito biônico de Maceió. Aí, surge o movimento cívico nacional pelas eleições de Tancredo Neves, ele se torna um dos responsáveis pela candidatura de Paulo Maluf. Mais tarde, pula, com o poder, para o PMDB e se elege governador, no estelionato eleitoral do plano cruzado. Descobrimos assim que Maluf é mais honesto do que ele."

David contra Golias — Para Mascarenhas, o que mais intriga a opinião públi-

Roberto Freire (PCB): "Pesquisa numa sociedade pouco democrática tem o objetivo de induzir, muito mais do que informar"



ca, gerando-lhe, às vezes, muitas dúvidas, é a tentativa dos institutos de dar credibilidade às pesquisas, através das alterações do posicionamento de cada um dos pesquisados. "Quem está em primeiro lugar hoje, cai um pouco amanhã, o terceiro colocado passa para o segundo e assim sucessivamente. A dança dos candidatos ocorre principalmente de um estado para outro. Isso tudo é para dar veracidade e será feito até o momento da decisão, quando os institutos ajustarão os resultados de suas pesquisas à realidade. E o pior é que isso ludibria muita gente. É um caso de polficia. Afinal, são empresas que pretendem, e vão, continuar operando no mercado, e as eleições passam".

O psicanalista ressalta que o horário gratuito é que está sendo um fator de peso, em favor do eleitor, porque os próprios candidatos estão tendo a oportunidade de denunciar as irregularidades cometidas pelo poder econômico, através da comunicação e pesquisa. "Mas, as pesquisas", lembra ele, "estão em baixa. Em junho e julho, muita gente deixava de lado um programa de cinema ou teatro, por exemplo, para ver as mais recentes tendências de voto do eleitorado. Agora, a tv Globo é obrigada a fazer grande estardalhaço em torno do assunto, apresentando os resultados das pesquisas em dia de semana, no Jornal Nacional, porque o impacto dos números reduziu-se muito. Começa a existir uma espécie de vacinação junto ao telespectador, que se sente saturado".

Mascarenhas não acredita que o sistema, por mais bem articulado que esteja, venha a ter condições de se sobrepor ao interesse popular, nas eleições

deste ano. Para ele, o horário gratuito do segundo turno, quando apenas os dois candidatos mais votados irão expor seus programas de governo, terá um peso decisivo no voto. "Caso a polarização Brizola e Collor", afirma, "venha mesmo a se confirmar, o sistema poderá ser derrotado mais facilmente. O ex-governador do Rio já revelou que tem condições de bater toda essa conjugação de forças econômicas. Ele, que de repente mais parece o pequeno David contra Golias, só precisa de mais tempo, neste horário gratuito eleitoral, para reverter a imagem transfigurada, que o sistema dominante fez dele e espalhou por todo o país. A vantagem de Brizola é muito clara: onde ele teve contato direto com a população conta agora com a preferência da maioria do eleitorado, como no Rio e Rio Grande do Sul. Collor é o contrário. Quanto mais desconhecido, melhor. Isso explica sua estratégia de campanha. Ele evitou debates, exatamente por não ter nada a declarar, buscando, até o último momento, aproveitar-se das pesquisas encomendadas e tentar passar uma aparência de novo e bonito, que veio do pequeno estado das Alagoas, para redimir o país".

Alerta dos sociólogos

Os sociólogos paulistas, reunidos no V Congresso Estadual, em agosto, lançaram um alerta a respeito das pesquisas eleitorais. Advertiram que o público tem o direito de acesso a informações corretas, o que pode ser comprometido com o uso de interpretações facciosas na divulgação de tais levantamentos de opinião. "No que se refere à publicação de resultados, alertaram, julgamos acertadas as diretrizes do Código Internacional CIC-Esomar, publicados no Brasil com o apoio da Abipeme e da SBPM." Eis as normas mínimas na publicação de pesquisas:

1 - A indicação do número de

pessoas entrevistadas, onde e quando foi feito o levantamento; 2 - Se foram sorteados domicílios e entrevistados e, em caso contrário, que outro método foi usado; 3 - O inteiro teor da pergunta feita aos entrevistados; 4 - A especificação de que a resposta foi espontânea ou estimulada pelos entrevistadores; 5 - O número de entrevistados que não tem opinião e o daqueles que se recusaram a responder; 6 - O instituto e o profissional responsável pelos trabalhos.

Segundo os sociólogos, estas normas permitem verificar o alcance e a credibilidade da pesquisa. E assinalaram alguns pontos importantes:

1 - Pesquisas adequadamente conduzidas podem revelar tendências, mas não são profecias; 2 - A maior parte das pesquisas eleitorais, realizadas anteriormente, revela que a parcela da população que manifesta fidelidade estável a partidos, a

personalidades ou a grupos, embora considerável, é minoritária; 3 - A leitura isolada de uma pesquisa não diz tudo. É aconselhável comparar todas as informações disponíveis, antes de formar um juízo.

O alerta, que pede vigilância e medidas cabíveis em defesa da ética profissional e dos direitos públicos, foi aprovado unanimemente por iniciativa dos presidentes do Sindicato dos Sociólogos, Vinícius Caldeira Brant; Sociedade Brasileira de Sociologia, José Albertino Rodrigues; Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Ciências Sociais, E. Faria; Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos, Marcus F. Figueiredo; Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, Antonio Gonçalves, e Pedro Jacobi (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), entre outros profissionais.

A.C.C.

A ameaça de racionamento

O setor de produção de eletricidade acusa, ao lado de outros setores estatais, o estrangulamento nos investimentos, o que poderá tornar inevitável a aplicação de racionamento energético, em breve

Regina Assumpção

Planos e projetos não deixam de ser elaborados e reformulados pelas estatais que compõem o setor elétrico. Não há, porém, planejamento que demonstre uma definição concreta e atualizada sobre a real possibilidade de ocorrer racionamento, em função do déficit de energia elétrica na região Sudeste, entre 1992 e 1993, como divulgam, exaustivamente, os executivos do setor.

A redução dos investimentos, com os constantes cortes no orçamento das estatais, é o mais forte índice de que será inevitável o racionamento no início da próxima década, na região de maior concentração industrial, comercial e residencial do país.

De acordo com a primeira versão do Plano 2010 (Plano Nacional de Energia Elétrica, projetado para o período de 1987 a 2010), deveriam entrar em operação, entre o ano passado e 1992, 19 usinas de geração, sendo nove nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, e seis na região Sul. Porém, o alargamento do cronograma de várias obras, em 12 e até mais de 24 meses, fez duplicar, de 5% para 10%, o risco de déficit no fornecimento de energia nestas regiões, conforme demonstrou a última revisão oficial do plano, em outubro do ano passado.

As usinas da região amazônica, como Cararaó (Belo Monte), e Xingó (Alagoas), que têm capacidade para gerar 9,3 mil megawatts na primeira etapa de operação, junto com as termoeletricas Angra II e Angra III, com potência programada de 2,4 mil megawatts, somam um total de geração menor apenas que Itaipu, com 12 mil megawatts, mas já

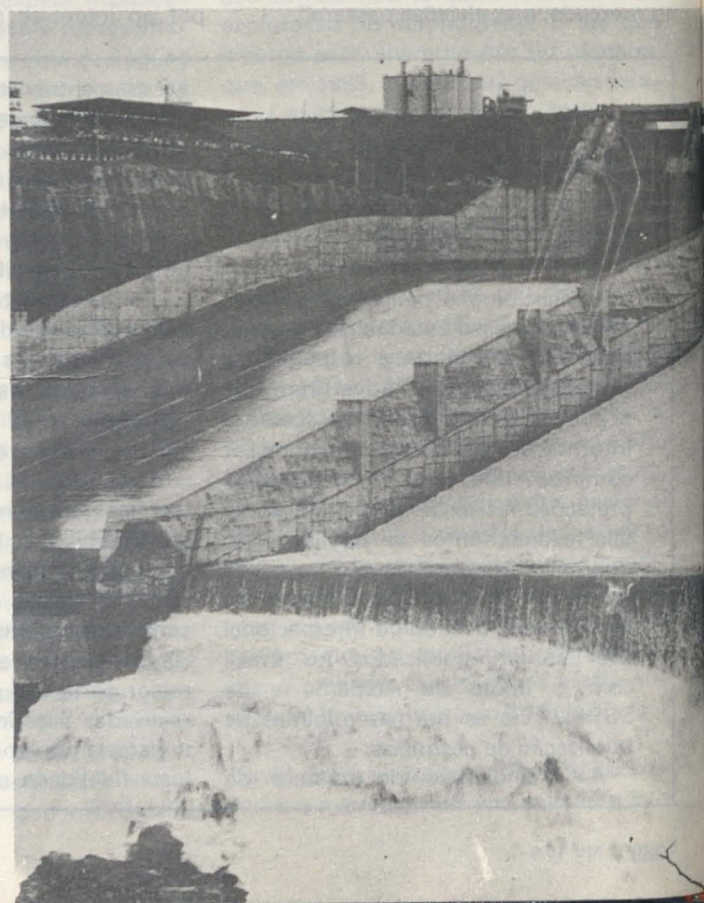
estão com atraso de um ano com relação ao início das obras.

Problemas do setor – O setor energético enfrenta muitos outros problemas, além da diminuição do repasse de verbas do governo federal. A baixa remuneração das tarifas de energia é um dos exemplos mais citados. A maior reclamação é a de que, ao longo dos anos entre 1979 e 1987, as tarifas foram subsidiadas, o que fez reduzir a taxa líquida de retorno. No período de 1976 a 1978, a taxa era de 18,9%, caindo para 13,1% entre 1979 e 1986. Enquanto os principais insumos, máquinas, equipamentos e cimento, obtinham reajustes que ultrapassavam largamente os índices inflacionários, as tarifas estiveram sempre abaixo da inflação anual. Mesmo no ano passado, quando o governo federal se mostrou disposto a reduzir tal diferença, o aumento das tarifas foi de 577%, contra a inflação oficial de 933,62% em igual período.

Mas, as tarifas não são os únicos problemas que impedem a execução dos projetos meticulosamente elaborados. A dependência política e financeira de organismos externos, além de ter contribuído para o adiamento do início de obras previstas para 1987 e 88, está forçando a Eletrobrás, holding do setor, a rever os planos de construção das hidrelétricas da Amazônia e das termoeletricas – usinas que o presidente da Eletrobrás, Mário Penna Bhering, considera essenciais, para atender ao desempenho do consumo nas próximas décadas.

Apesar de Mário Bhering negar, com veemência, que as usinas nucleares de Angra tenham sido a principal causa da

Itaipu: a gigantesca hidrelétrica no Paraná não resolverá sozinha a crise energética do Sudeste e Sul, as áreas mais industrializadas do país



suspensão do financiamento de 500 milhões de dólares do Banco Mundial para o setor elétrico, é fato que o Bird está exigindo projetos específicos para liberar verba. O banco está determinado a substituir o empréstimo-programa para o setor, obtido ainda na gestão do ministro Dilson Funaro, por projetos especificamente voltados para a conservação de energia e proteção ambiental.

No final de dezembro do ano passado, o chefe da divisão do Banco Mundial, Alexander Nowick, enviou telex ao ministro Clodoaldo Hugeney Filho, da Secretaria de Assuntos Internacionais da Presidência da República; a Ben Hur Luttenbach Batalha, da Secretaria Especial de Meio Ambiente; e ao secretário geral do Ministério da Fazenda, Paulo Ximenes, propondo que o governo brasileiro e o Banco Mundial realizassem um estudo sobre o impacto ambiental, causado pelos projetos financiados pelo Bird na região amazônica e no Rio São Francisco. No telex, o Banco Mundial diz que está sendo pressionado por outros países, que o criticam por financiar obras, que causaram desastres ecológicos na região amazônica e no Nordeste

brasileiro. As informações dos meios diplomáticos são de que a exigência do Bird está sendo protelada em nível técnico, até que se encontre uma saída política.

Além da pressão para rever os cuidados ambientais, a Eletrobrás ainda depende do Banco Mundial, para a liberação de uma linha de crédito do Eximbank do Japão (Fundo Nakasone), através de uma operação de cofinanciamento, ligado ao empréstimo-programa do Bird, para, então, equacionar o orçamento de recursos externos para este ano.

Enquanto os recursos do Bird destinam-se, declaradamente, a programas de conservação de energia e proteção ambiental, as linhas do Fundo Nakasone e dos bancos comerciais podem ser usadas na construção de linhas de transmissão (também com grandes atrasos) e unidades geradoras. Mas, continua a incógnita de como superar as exigências de proteção ambiental do Bird, para continuar contando com recursos externos, da ordem de 5 a 7 bilhões de dólares anuais, nas duas próximas décadas, conforme exige o Plano 2010.

Consumo – Mas, os riscos de racionamento não dependem somente dos investimentos com recursos internos ou externos. O que está tranquilizando os dirigentes do setor é o baixo nível de crescimento da economia, que, consequentemente, é verificado no desempenho do consumo, principalmente do setor industrial, que representa 54% do consumo no país. Na década de 70, a média de crescimento do consumo era de 12,3% ao ano. De 1980 para 81, a queda foi de

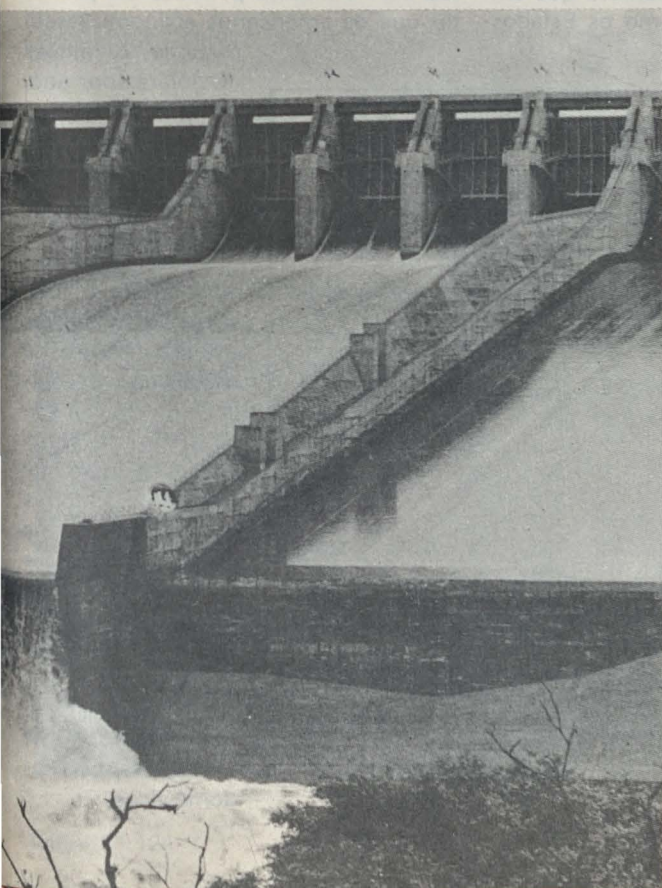
10,2% para 2,8%. Desde então, a média de crescimento tem sido de 6% anuais. Mesmo assim, tal crescimento está acima do percentual que o sistema, existente para atender a região, pode suportar por mais três anos, que é de 5% ao ano.

Um estudo elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro-Firjan concluiu, que um déficit de energia de 20% sobre o mercado de eletricidade do Estado do Rio, em apenas seis meses, resultaria num prejuízo de 1,7 bilhão de dólares. A receita do estado, levando-se em consideração a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS, sofreria redução equivalente a 70 milhões de dólares. Uma avaliação superficial indicou que o racionamento custaria a queda de 2,5% no nível de emprego. O balanço energético do Rio de Janeiro mostra, que o Estado é responsável por 11% da energia consumida no país, e importa 70% do que consome.

Cálculos do déficit de energia – Para calcular a parcela do consumo envolvida com atividades produtivas, e que, uma vez não disponível a energia, geram prejuízo econômico, a Matriz de Relações Intersectoriais do IBGE avalia o custo do racionamento a nível macroeconômico. De acordo com o método aplicado, a Eletrobrás chegou ao valor de 75 centavos de dólar por quilowatt consumido. Ao admitir-se um déficit de 5% sobre o mercado de 170 mil gigawatts/hora (consumo durante o ano de 1987), chega-se a um custo de racionamento da ordem de 6,4 bilhões de dólares, sem levar em conta o custo de geração térmica adicional. O custo relativo ao ano passado ainda não foi calculado, mas certamente será acrescido, visto que o consumo nos doze meses foi de 190 mil gigawatts/hora.

A desagregação desse custo indica que alguns setores serão mais atingidos que outros, como mostra o quadro que a Eletrobrás elaborou com base no percentual de consumo de cada setor.

Economizar – Diante de tantas dificuldades, o setor elétrico tem se especializado em buscar soluções, sendo a maioria voltada para o consumo. O con-



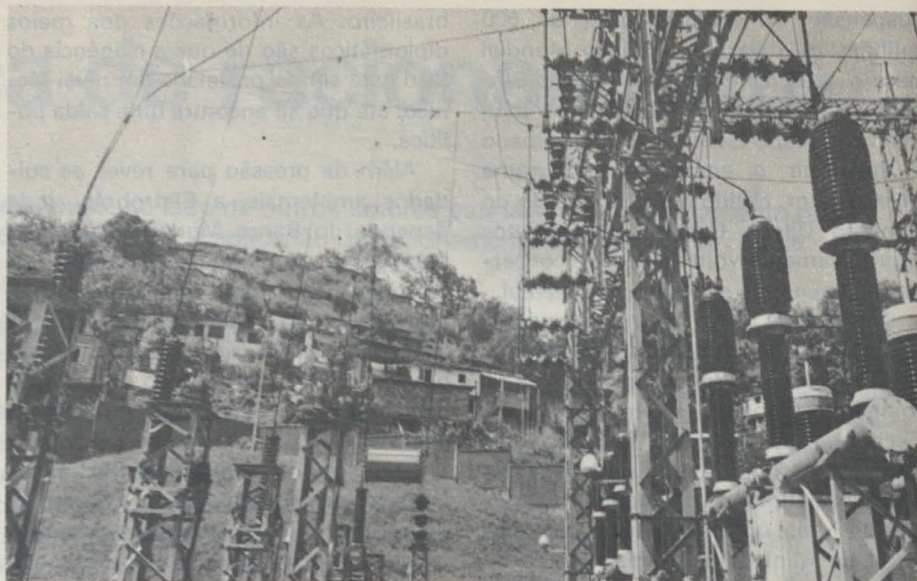
sumidor, de todos os níveis, pode estar certo de que será convocado a pagar a conta da má gestão administrativa, que distorceu a política de energia nas duas últimas décadas.

Uma das medidas, frequentemente propostas ao governo federal pelos dirigentes do setor elétrico, é o aumento das tarifas de energia a um patamar bem acima do índice inflacionário, com o intuito de conter o consumo e evitar o desperdício. O presidente de Furnas-Centrals Elétricas, João Camillo Penna, alega que o preço da tarifa brasileira de energia elétrica é quase 50% menor que em países de consumo semelhante ao nosso.

Entre as saídas para o setor, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DNAEE tem enfatizado os estudos para o sistema tarifário, visando implantar tarifas horário-sazonais para alguns segmentos industriais, a fim de otimizar o consumo, o que pretende aplicar também ao serviço residencial, ainda este ano.

Outra solução defendida pelo setor é o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-Procel, que tem se dedicado à pesquisa e aplicação de medidas de racionalização do consumo. Lâmpadas e geladeiras que oferecem a mesma eficiência com menor consumo, e uma campanha publicitária, com forte apelo contra o desperdício, já estão circulando no mercado.

O espaço que o Procel vem adquirindo no programa orçamentário do governo federal, destinado ao setor elétrico, é fruto de um trabalho que envolve a conservação de energia desde as indústrias responsáveis pela fabricação de equipamentos elétricos e que utilizem a



A expansão das redes de distribuição é outra tarefa a depender de financiamentos

eletricidade na produção, até os consumidores finais dos setores residencial, comercial e industrial. Passa também pela construção civil, que no Brasil não aproveita eficientemente os dotes da energia natural.

O secretário-executivo do Procel, Marcos José Marques, lembra que em países desenvolvidos como os Estados

Unidos, Alemanha, Itália e Japão, já são aplicados programas intensivos de conservação há mais de uma década. Para exemplificar, Marques diz que nos Estados Unidos, do início da década de 70 até 1987, o PIB cresceu 40%, enquanto apenas o consumo de energia aumentou 5% no mesmo período. Isto permitiu que os americanos economizassem

cerca de 170 bilhões de dólares por ano, verba que deixaram de gastar na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

O engenheiro acredita ser a conservação de energia a única fórmula de desvincular o crescimento do PIB e o consumo de energia. Considera tal tipo de economia imprescindível na redução da ameaça de racionamento, que tem crescido, na proporção em que aumentam a sofisticação industrial e o uso de aparelhos eletrodomésticos.

Setor	Custo do Déficit (US\$/MWh)	Percentual do Mercado (%)
Agricultura	137	2,8
Residencial	164	21,3
Construção Civil	265	0,4
Material Transporte	370	2,3
Editorial e Gráfica	436	0,2
Diversos Transformação	503	1,0
Mecânica e Material Elétrico	525	1,0
Perfumaria e Farmacêutica	538	1,3
Química	577	7,7
Energia Elétrica	615	2,0
Diversos Serviços	620	0,1
Produtos Alimentares	684	5,8
Borracha	686	0,5
Têxtil e Vestuário	703	3,6
Transporte e Comunicações	790	19,2
Madeira e Mobiliário	790	0,8
Couros e Peles	795	0,2
Metalurgia	1.106	17,7
Papel e Celulose	1.475	2,6
Minerais não-metálicos	1.517	3,4
Extrativa Mineral	1.618	3,2
Serviços Ind. de Utilidade Pública	2.156	2,9

Iniciativa privada – As entidades representativas dos empresários também discutem soluções, preocupados que estão com a dependência da região, em relação à produção de energia. A eficiência do setor público é bastante cobrada, visando, principalmente, à redução dos preços das tarifas, por considerarem a energia um insumo de custo substancial, na composição dos preços de bens e serviços.

A produção de energia nuclear, por exemplo, apesar de contestada pelos ecologistas e organismos internacionais, é defendida pelas lideranças dos empresários do Rio de Janeiro, por acreditarem ser a melhor opção para reduzir, drasticamente, a dependência do estado na obtenção de energia elétrica. Eles alegam que, com o acréscimo de 2.400 megawatts, o estado duplicará a potência instalada, que hoje é de aproximadamente 2.300 MW.

Na busca de caminhos e novas formas de atrair capitais privados para investir no setor elétrico, um grupo de trabalho da iniciativa privada elaborou um estudo, com as premissas básicas e condições essenciais para a participação empresarial nos planos de expansão do

setor. O estudo foi enviado à coordenação da Revisão Institucional do Setor Elétrico-Revise, reunião de grupos de trabalho que vêm examinando, durante os últimos dois anos, o regime do setor, para extrair diagnósticos e recomendações para uma futura mudança na legislação, adaptando-se ao texto da nova Constituição.

Para os empresários, os contratos com o governo federal deverão obedecer a princípios, como: a) a garantia de tarifas que assegurem a operação de novos sistemas, dentro dos princípios de racionalidade econômica do negócio; b) o estabelecimento da remuneração de cada contrato; c) as garantias, exigidas aos concessionários privados do serviço público, deverão estar dentro de limites aceitáveis pelo mercado; d) as garantias apresentadas pelas empresas públicas nos contratos devem considerar: aval e fiança bancárias; cauções de ações, no caso de companhias abertas; transferências de valores de contas de consumidores; suprimento de energia; e outras formas de garantia; e) os prazos dos contratos devem ser longos, de forma a assegurar aos investidores o tempo necessário para obter retorno do

capital aplicado.

A partir das condições essenciais, o grupo de trabalho apresentou também modalidades de participação da iniciativa privada no processo de desenvolvimento e reestruturação do setor elétrico. São lembradas as seguintes possibilidades: empresas autoprodutoras; autoprodutoras com excedente para a venda; produtoras em sistemas isolados; produtoras em sistemas interligados; cogeração; contratos de risco em segmentos do setor; contratos de permuta; contratos de pré-compra; consórcios; ampliação das atuais áreas de concessão; contratos de permissão e cooperativas.

Mesmo exigindo resultados do governo federal, o empresariado fluminense parece não estar suficientemente preparado para introduzir a iniciativa privada na geração de energia no estado. De acordo com o projeto de Furnas, a construção de usinas projetadas para o Vale Paraíba do Sul, que estão com estudos de viabilidade em fase de finalização, deve ser assumida por quatro sócios privados. O intuito de Furnas é repassar os encargos com as obras para uma sociedade formada por uma em-

preiteira, um grande consumidor, um fornecedor de equipamentos e um banco.

Apesar da garantia de Furnas de comprar toda a energia gerada, por um período de até 50 anos, – o BNDES se comprometer a financiar 50% do investimento – a estatal está encontrando dificuldades de formar o grupo. ●

Tucuruí: a usina paraense marcou a era dos grandes complexos de geração de energia na região amazônica, mas desatou as críticas ecológicas





Fotos: Jorge Lopes

Um dos raros sobreviventes da Lagoa de Piratininga cujo ecossistema está comprometido

As lagoas que morrem

A partir de Niterói, o Estado do Rio mostra o maior parque lacustre da América Latina, formado pelas lagoas de Piratininga, Itaipu, Maricá, Saquarema, Ponta Negra e Araruama, todas ameaçadas pela poluição ambiental e pela ocupação irresponsável de suas orlas, onde estão instaladas indústrias altamente poluentes, belas residências e vistosos edifícios, que estão eliminando o potencial turístico e natural da região

Carlos Silva

Em 1974, um grupo imobiliário começou a invadir uma das mais nobres reservas ecológicas fluminenses, na costa oceânica de Niterói, provocando o desequilíbrio na alimentação natural das lagoas de Itaipu e Piratininga, abrindo espaço para investimentos em moradias de luxo e edifícios rotulados. A aprovação do projeto de implantação de um balneário não passou pela análise dos ecologistas, teve lances considerados suspeitos e provocou o deslocamento de milhares de pessoas para uma orla desprotegida.

Em Maricá e Saquarema, a situação é

um pouco diferente: a degradação das lagoas ocorre em função da expansão do meio urbano. Cercada de casas de luxo ou de barracos, as lagoas recebem toda a produção de esgotos *in natura*. O problema agrava-se no verão, com o fluxo de turistas. As barras de alimentação pelas águas do oceano estão seriamente comprometidas e a situação tende a agravar-se, porque nenhum organismo oficial, apesar da rígida legislação, ousa acabar com os loteamentos clandestinos.

A situação mais dramática é a da Lagoa de Araruama, que banha os municípios de Cabo Frio, São Pedro D'Aldeia e o que lhe dá nome, Araruama. Poluída pelos esgotos sanitários, pelos resíduos industriais e pela extração de conchas,

através das bombas de sucção da Companhia Nacional de Álcális, a sua lâmina d'água muda de cor de acordo com as agressões que sofre. A população limítrofe está estimada em 350 mil pessoas, número que triplica no verão.

O fim próximo — No início do século, as lagoas de Itaipu e Piratininga, na costa oceânica de Niterói, escondiam raras espécies da flora e fauna da região, como as garças vermelhas e brancas, peixes que desovavam em suas águas e uma preciosidade antropológica — o sambaqui indígena, submerso às dunas que a própria natureza formava. A Igreja de São Sebastião de Itaipu era o único ponto de referência dessa região, que permaneceu protegida até a década

de 60, quando começaram a migrar para os seus limites investimentos do setor imobiliário. A situação agravou-se a partir de 1974, com a Veplan Residência adquirindo parte da costa de Cambinhas, uma praia frequentada, então, por raros pescadores. Começaram a subir edifícios e a empresa abriu um canal para permitir o tráfego de barcos de luxo, nas águas da Lagoa de Itaipu. Com isso, feriu a natureza do complexo lacustre e interferiu grotescamente na Lagoa de Piratininga, cuja lâmina d'água, hoje, é de apenas 40 centímetros. Piratininga tem a sua orla parcialmente ocupada por barcos de posseiros e casas de luxo.

Peixes, camarões, garças e pássaros sumiram desse espaço, expulsos pela criminosa ocupação do solo. Os pescadores também foram obrigados a migrar para outras praias e lagoas. A lama de Piratininga, sem qualquer propriedade medicinal, não é apenas alimentada pelos despejos: a lama moral mancha a dignidade das autoridades locais, que aprovaram loteamentos subaquáticos, uma inovação em matéria de direito imobiliário e que indica, claramente, que esse crime ecológico foi deliberadamente praticado.

Alimentar a Lagoa de Piratininga com as águas do oceano implica expulsar de sua orla cerca de 2 mil famílias de posseiros. Ninguém se atreve a enfrentá-los. A reconstituição da lâmina d'água natural atingiria todos os barracos. Existe uma solução, apresentada pelo advogado Alcione Jaegger e que entusiasma os grupos imobiliários mais responsáveis e os ecologistas: a fixação de limites protegidos por um enrocamento, implantação de uma pista de acesso e o

aprofundamento de seu lençol são alternativas, que permitiriam a alimentação da lagoa pelo oceano, com a abertura de um canal, e não expulsariam os posseiros. A Lagoa de Piratininga ficaria menor, mas estaria salva.

A proposta não chegou a entusiasmar as autoridades locais e, por certo, teria financiamento dos proprietários de lotes subaquáticos, que não conseguiram identificar os seus limites. Por razões óbvias. E, enquanto os barracos crescem na orla, reduzindo ainda mais a lâmina d'água, a especulação imobiliária avança em todos os sentidos – em direção ao mar, toma conta da praia oceânica, que teve o seu cais desmontado por falta de conservação; em direção à La-

nabara – o de Colli.

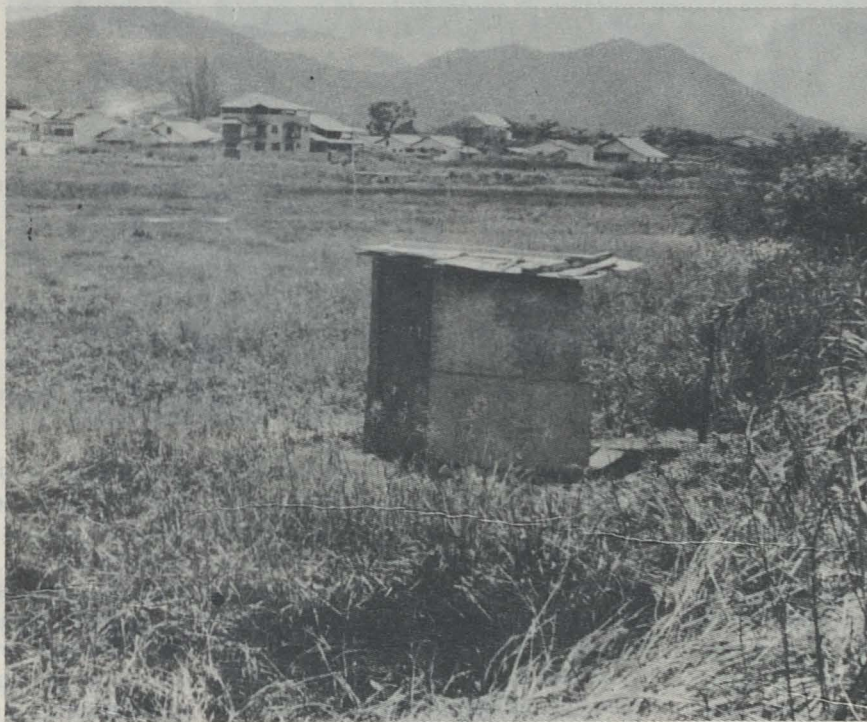
Foram raras as iniciativas para salvar o parque lacustre de Niterói. Nem mesmo o professor Yoshimi Goda, da Universidade de Yokohama, conseguiu sensibilizar as autoridades que deveriam cuidar da proteção ambiental: fez palestras raramente ouvidas e deixou a cidade de Niterói, no ano passado, convencido de que Piratininga e Itaipu não sobreviverão por muito tempo.

A expulsão dos pescadores – Também no trágico ano de 1974, quando a explosão imobiliária atraía vultosos investimentos para as áreas de lazer, centenas de pescadores foram expulsos das praias de Saquarema e Itaúna. Tiveram

seus barracos demolidos e barcos transferidos para outros locais. Em 1978, resolveram denunciar publicamente o comprometimento das autoridades do Rio de Janeiro com a estratégia criminosa das empresas loteadoras. As praias de Saquarema e Itaúna alimentavam, então, a Lagoa de Saquarema, que tinha 18 quilômetros de extensão e era servida por uma barra franca, que a ligava ao oceano, em Jacaré. Esta barra foi substituída por um canal de 10 quilômetros: o pequeno volume de água acumulado

não forma corrente capaz de vencer as resistências naturais. As lagoas de Jacaré e Saquarema passaram a morrer mais depressa e suas margens foram ocupadas por loteamentos.

Sumiram, primeiro, os pescadores. Depois as tainhas, camarões, robalos e outras qualidades de peixes e crustáceos: a Lagoa de Saquarema virou uma gigantesca poça de lama. A cidade ganhou linhas arquitetônicas mais moder-



O casebre e as casas de luxo sobre o aterro da Lagoa

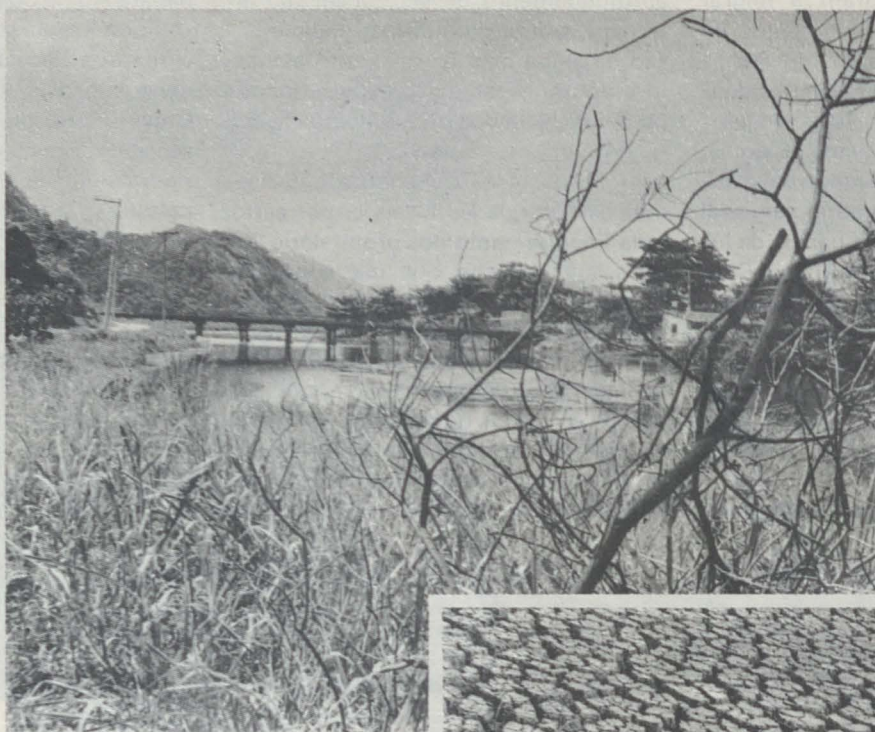
goa de Itaipu, dominam sofisticados espiões, enquanto as regiões limítrofes estão tomadas por luxuosos condomínios fechados. Como não existem redes para o escoamento dos esgotos sanitários e de distribuição de água potável, a poluição atinge frontalmente as lagoas, porque se encontram em plano inferior ao das moradias. Os lençóis de água potável estão contaminados pelo mesmo bacilo que prolifera na Baía de Gua-

nas, com edifícios e casas de luxo. E perdeu o seu grande patrimônio ecológico.

Araruama – Cercada pelos municípios de Araruama, São Pedro D'Aldeia e Cabo Frio, a Lagoa de Araruama é que vive a situação mais crítica, devido a suas dimensões, sua importância turística e às agressões que sofre, a partir da ocupação irresponsável de sua orla e da instalação de indústrias altamente poluentes. Toda a produção dos esgotos sanitários destes municípios converge para as suas águas, degradando-as, e a extração de conchas pela Companhia Nacional de Álcalis, para a fabricação de barrilha e outros insumos, acabou provocando o surgimento de uma lama infecta em diversos recantos de toda região. O Canal de Itajaru, em Cabo Frio, que alimentava as suas águas, também está seriamente comprometido.

Mais uma vez, foram os loteamentos clandestinos e oficiais que provocaram a degradação ambiental. A partir de Araruama, a indústria imobiliária ocupou enormes espaços com edifícios e residências, sem se preocupar com a ausência de redes coletoras dos esgotos sanitários. Os rios, que convergem para os seus limites, como o Maturama, também recebem a produção de dejetos sem tratamento. No verão, esta sobrecarga aumenta, com a presença de 1 milhão de turistas.

Nem a Fundação Estadual do Meio Ambiente e nem a Superintendência de Rios e Lagoas, do Estado do Rio de Janeiro, têm qualquer projeto para preservar o parque lacustre mais importante da América Latina, numa extensão de 180 quilômetros, com cinco impor-



Nem o canal que renova as águas da Lagoa escapou à depredação. O solo seco mostra o comprometimento do turismo na região



tantes lagoas. Onde viviam cerca de 4 mil pescadores artesanais, expulsos pela especulação imobiliária, erguem-se, hoje, módulos residenciais e edifícios comercializados pelas grandes empresas do Rio de Janeiro. Para ecologistas mais responsáveis, como Sérgio Marcolini, a preservação deste patrimônio não depende mais do romantismo das campanhas de protesto, "porque será impossível derrubar as edificações e conter o fluxo de investimentos privados para esta região. Será necessário criar serviços de tratamento dos esgotos sanitários, remover indústrias poluentes e criar uma patrulha de fiscalização, capaz de impedir que as fontes de poluição acabem por destruir completamente as lagoas de Piratininga, Itaipu, Saquarema, Maricá, Ponta Negra e Araruama, ameaçadas de serem riscadas do mapa fluminense".

No verão, milhares de veículos con-

gestionam as estradas de acesso à Região dos Lagos, vindos de São Paulo, Minas e das grandes cidades do próprio estado, com turistas em busca de lazer nas praias de Niterói, Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro D'Aldeia e Cabo Frio. São turistas atraídos, também, pela beleza das lagoas, que eram frequentadas por garças vermelhas e brancas e hoje mostram pranchas de surf à vela, cafques e lanchas de luxo como expressão de uma modernidade fatal. Todos os espaços da orla ficam ocupados por ônibus e barracas de acampamento. Foi esta intensa procura que gerou, a partir da década de 70, a corrida por terrenos que eram vendidos em plantas clandestinas e que acabaram incorporados aos cartórios oficiais por meios denunciados como fraudulentos. As lagoas de águas azuis e ondas mansas começaram, então, a mudar de cor. A de Piratininga, em Niterói, perdeu 1,30 metros de lâmina d'água e virou uma poça de lama – a maior do mundo. A de Saquarema não pode mais ser frequentada por turistas, devido ao comprometimento de seu ecossistema. A de Araruama está irreversivelmente ameaçada pela especulação imobiliária e pela presença, em sua orla, de empresas altamente poluentes. Estranhamente, nenhum prefeito eleito no último pleito demonstra qualquer preocupação em salvá-las, talvez porque a tarefa não seja exclusivamente deles, mas de uma estranha burocracia, que não define responsabilidades e consagra a impunidade.

Repensando a presença negra

A participação da cultura negra no processo civilizatório é uma tarefa em aberto e sua limitada expressão atual pode ser apontada como uma das causas dos problemas sociais em países como o Brasil

Paulo Marinho



A questão cultural negra no Brasil ainda está para ser reavaliada

Comemorado no dia 25 de maio último, o Dia da Libertação Africana e da Solidariedade aos Povos da África Austral foi debatido, no Rio de Janeiro, por pessoas e instituições que se debruçam sobre a questão africana e exigem, entre outras coisas, uma participação mais efetiva do governo brasileiro nos movimentos de libertação daqueles povos.

Enfocando desde o processo de transição ora vivido pela Namíbia à permanente ameaça representada pelas ações do governo de Pretória, os debates deixaram uma certeza: as forças populares terão de superar muitos obstáculos, para transformar em realidade a idéia do pan-africanismo, segundo o qual os povos africanos, inclusive aqueles dispersos pelo mundo, têm uma história e destino comuns.

O coordenador de projetos do Instituto de Estudos Religiosos do Rio de Janeiro, Joel Rufino, aponta o grau de desinformação das elites intelectuais africanas e brasileiras como uma das causas, que dificultam a aproximação dos povos: "Com raras exceções, a europeizada cabeça da intelectualidade africana acredita na decantada democracia racial brasileira e, por isso, se surpreende, quando descobre que o negro brasileiro tem a dizer algo diferente daquilo que o Brasil oficial diz. Como o intercâmbio é praticamente feito entre a intelectualidade brasileira europeizada

e a elite africana, igualmente formada no continente europeu, não passa pela cabeça do negro de lá que aqui, no Brasil, exista uma consciência negra".

Atualmente, o sociólogo Joel Rufino dirige os programas "Quanto Vale Uma Criança Negra" e "Negritude e Religião", no Centro Integrado de Educação Pública-Ciep Agostinho Neto, no bairro do Humaitá, zona sul do Rio. Ele traba-



Joel Rufino: o mito da democracia racial

lha textos literários com crianças das favelas da Rocinha e Vidigal, e sabe como o colonialismo cultural distorce a visão que o indivíduo tem de si próprio.

Redescoberta - "O modelo de comportamento do negro africano médio é americanizado, até porque os conflitos do *Black Power*, nos anos 60 e 70, eram amplamente divulgados. Por isso, eles ficam surpresos, quando descobrem uma música negra peculiar, como a de Martinho da Vila, diferente das canções do norte-americano Steve Wonder".

Após assistir a um concerto em Angola, no qual se apresentou uma tradicional banda de jazz americana, seguida do cantor e compositor Gilberto Gil, Rufino constatou que a identificação do surpreso público foi toda com o artista brasileiro, o que demonstra a falta de um intercâmbio mais eficaz.

Se a visão que as elites africanas têm do negro brasileiro é distorcida pela idéia de democracia racial, a perspectiva da intelectualidade brasileira, formada na Europa, quase sempre vê o continente africano como uma região sem História e habitada por um povo mais

CULTURA

infeliz do que o latino-americano. Com raríssimas exceções – diz Joel Rufino – apenas os intelectuais negros, que não trabalham a cultura por um prisma acadêmico, têm a capacidade de pensar e discutir a África, e de entender o Brasil como um país de matriz africana”.

Especializado em História e lotado no Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rufino cita, como exemplo, “os meninos que fazem o carnaval baiano, elaborando enredos, fazendo conferências e transformando seus blocos em verdadeiros centros de pesquisas”. Ele dá especial destaque para o carnavalesco Joãozinho Trinta, da Escola de Samba Beija-Flor, da cidade fluminense de Nilópolis, um dos primeiros a perceber que o negro brasileiro é herdeiro de um processo civilizatório milenar.

“Ao mostrar, em 87, o vínculo histórico da tradição dos orixás com o Egito Antigo, através da civilização sudanesa, Joãozinho mostrou a origem de um dos elementos negros que compõem a cultura brasileira e aqui chegaram pelas mãos dos escravos. Como este orixá vinha de uma nação pretensamente branca, já que o colonialismo assim nos faz ver o Egito, o enredo causou uma grande polêmica na época”, aponta Rufino.

Encruzilhada – Mas, não é só aqui que as relações de poder e a ideologia distorcem a percepção da realidade

e retardam a redenção dos povos dominados pelo colonialismo. Com as raras exceções de Angola, Moçambique, Tanzânia, Cabo Verde e Argélia, as elites europeizadas dos países africanos acabam se tornando colonizadores de seus próprios povos, conforme critica o coordenador do Instituto de Estudos Religiosos: “Se um brasileiro negro for à Nigéria procurar a origem de sua crença na tradição dos orixás, acabará esbarando no preconceito das elites dirigentes, que são islâmicas ou materia-



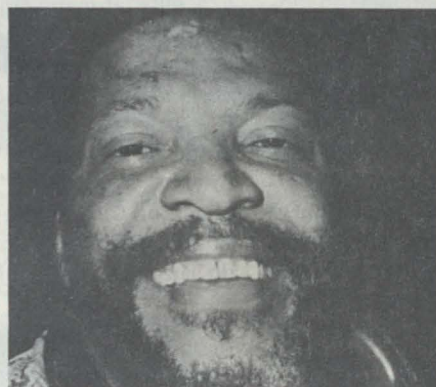
O intercâmbio é benéfico para a própria conscientização da África, segundo o estudioso

listas. Mesmo em Moçambique, que consegue conciliar a tradição e a modernidade, a cultura popular e tribalista é combatida pelo governo comunista”.

Qual é, então, a perspectiva histórica de um continente inteiro, condenado a ingressar na modernidade através de um processo que teima em afastá-lo de suas tradições? Diante dessa encruzilhada, o professor Joel Rufino entende, que a própria questão do africanismo não pode ser dissociada do grande pro-

povos africanos têm uma história e destino comuns e uma contribuição a dar à humanidade”.

Joel Rufino entende, ainda, que cabe às chamadas culturas arcaicas um papel importante, na tentativa de solução da crise civilizatória contemporânea: “Utilizando os elementos primordiais da cultura negra, o pan-africanismo pode vir a consubstanciar um pensamento filosófico e fórmulas político-ideológicas, necessárias à participação dos po-



Gilberto Gil e Martinho da Vila falaram à alma das platéias africanas

blema da História Contemporânea: Como é que as culturas arcaicas vão se inserir no processo civilizatório? Na sua opinião, a resposta a esta pergunta começou a ser dada logo após a Segunda Grande Guerra, quando Leopold Senghor, no Senegal, formulou a primeira ideologia a afirmar a negritude: “O pressuposto de que havia uma razão própria do negro, intuitiva, em detrimento da lógica discursiva européia, deu origem ao pan-africanismo, que hoje difunde a idéia segundo a qual os

vos africanos no processo de civilização”. É, inclusive, a partir da idéia central do pan-africanismo, que o coordenador de projetos do Instituto de Estudos Religiosos vê a desorganização da sociedade brasileira: “Nada deu certo, no Brasil, até hoje porque o uso da lógica ocidental não pode resolver

um país, cujos elementos étnicos, a saber os negros e os índios, nunca conseguiram colocar seus valores culturais no interior dos sistemas que determinam a organização da sociedade, onde eles próprios vivem”. Na opinião de Rufino, a questão brasileira não se resume a dicotomias tipo esquerda/direita, ou Cieps de Leonel Brizola x Fernando Collor/Rede Globo de Televisão: “Há uma crise. E só vamos sair dela, quando os povos arcaicos formularem a sua saída e derem a sua contribuição”.

O som universal

O conjunto pernambucano pesquisa e estende uma ponte entre o nordeste e a África, reconstruindo raízes

Adérito Gusmão e Nereida Daudt

O Quinteto Violado lança o disco "Kuiré", depois de três anos sem gravar no Brasil. Com 18 anos de atividades e 18 discos, o grupo continua batendo na tecla da valorização do homem e da cultura popular.

Para Toinho Alves, um dos fundadores, a música brasileira está precisando de contribuições regionais. Ele acredita que isso vai acontecer em substituição ao produto descartável, "da coisa que faz sucesso, vai embora rápido e não tem nenhum compromisso com a arte brasileira".

Em duas oportunidades, semestre passado, no Rio, apresentaram o show que leva o nome do disco "Kuiré", com grande sucesso de público, resultando em contrato com a gravadora Polygram. Eles formam com Marcelo Melo, no violão, Kiko, na bateria, Roberto, na percussão, Ciano, na flauta e, Toinho, no contrabaixo.

Qual é, Toinho Alves, a proposta do Quinteto e o que vem mudando em vocês?

— O Quinteto tem como tema a valorização do homem através da arte. Obviamente, a gente sofre as mutações do contemporâneo, em termos de técnica, na forma de tocar, porque a gente trabalha e toca tanto, que vai se aprimorando sempre.

Como é a aceitação da música nordestina lá fora?

— Olha, a reação é incrível. Num



O Quinteto apresenta um trabalho que retoma a herança africana, diz Toinho Alves (ao alto)

show na Alemanha, por exemplo, eles dançam e atendem, quando se pede para cantar junto, naturalmente não as palavras, mas, melodia, coisa de uma sílaba, uma coisa que a gente inventa, eles fazem.

Como você explica o show Kuiré?

— As pessoas saem do espetáculo com vontade de ouvir mais. Isso para nós é importante, na medida em que o espetáculo é uma coisa, onde a gente reafirma nossa meta. Pedimos licença aos deuses brasileiros, para justamente falar nesse símbolo sagrado dos índios kraôs, o kuiré. A parte de abertura, a gente chama de canto ecumênico, porque nela se pede aos deuses, de cada religião e de todas as religiões, licença para invocar essa força.

O que é Kuiré?

— Kuiré é a divindade kraô, inspirada na machadinha e que protege a produção agrícola, no norte da Amazônia.

O que vocês estão fazendo em Cabo Verde?

— A gente está aprendendo lá. Esse contato com Cabo Verde foi muito importante para nós, porque lá nós vimos a profecia de Antônio Conselheiro se realizar: "O mar virou sertão, o sertão virou mar". Nós estamos envolvidos na formação dos músicos de lá, e estamos levando modelos, para que o músico evite sofrer como o daqui. O músico brasileiro, que é de altíssima qualidade,

infelizmente muitas vezes vê-se impedido de dar continuidade a um trabalho musical, sabotado pela estrutura.

Qual a nossa relação musical com Cabo Verde?

— Na realidade, nós já viemos de Cabo Verde. Lá, nós encontramos choro, e o merengue é de Cabo Verde. Muita coisa que se faz no Brasil tem raiz lá. Essa coisa a gente tem que reconhecer. O movimento baiano é uma coisa bonita, musical, dançante, mas precisava se dizer que isso foi buscado lá, em Cabo Verde. Existem diversos grupos, na Bahia, fazendo esse tipo de som com origem africana.

A música brasileira está com falta de talentos?

— Falta é um encontro de nossas regionalidades. Vem por aí uma nova música brasileira, que não será a do nordeste, nem a do Rio Grande do Sul, nem a do Amazonas: será uma música resultante desses encontros, dessas contribuições.

Vocês fizeram alguns herdeiros?

— Claro, fizemos um caminho que está sendo percorrido pelo Som da Terra, em Recife, e Os Tapes, no Rio Grande do Sul, que se espelham no trabalho que o Quinteto faz. Em São Paulo, também vários grupos vieram a nós e perguntaram como era o caminho. A gente mostrou e hoje estão aí, bem estruturados, trabalhando. •



Batista: brado do oprimido

Os fortes se impõem

Os países ricos, tendo à frente os Estados Unidos, continuam se utilizando do Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt para impor às nações em desenvolvimento regras multilaterais, que tornam ao Terceiro Mundo difícil competir no mercado internacional com os industrializados.

A denúncia partiu do embaixador brasileiro perante às Nações Unidas, Paulo Nogueira Batista, que lançou um violento ataque contra os organismos econômicos internacionais e os Estados Unidos, a cujas políticas fiscal e monetária atribuiu o crescimento da dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

Segundo Nogueira Batista, estão em ruínas o Conselho Econômico da ONU, a Conferência sobre o Comércio e o Desenvolvimento, a Organização para a Agricultura e Alimentação, o

Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. "Os Estados Unidos", diz ele, "geraram nos primeiros anos desta década, por meio de uma mescla de relaxamento fiscal e rigor monetário, um dramático aumento das taxas de juros, que são a raiz do rápido aumento da dívida externa dos países em desenvolvimento".

Pressões dos EUA

A independência tecnológica, seja em que ramo for, incomoda os Estados Unidos. Logo após as sanções contra o Brasil, visando a impedir o desenvolvimento da informática nacional, os Estados Unidos atacam agora a indústria nacional de foguetes.

O Congresso norte-americano quer que o governo Bush, através de ajuda econômica, impeça que o Brasil continue fabricando mísseis, como o Sonda IV, movido a combustível sólido, recentemente lançado para pesquisas atmosféricas. Os congressistas sugerem que, caso os brasileiros insistam no desenvolvimento desta tecnologia, os Estados Unidos teriam que aplicar, num primeiro momento, sanções comerciais e econômicas e, a seguir, estas não produzindo efeito, seria examinada a possibilidade de uma operação militar.

Os norte-americanos acham que a proliferação de mísseis ameaça a sua segurança. "Hoje algumas forças armadas norte-americanas", diz o documento dos congressistas, "já estão dentro do raio de ação de novos



África: à espera de posicionamentos mais decisivos do Brasil

possuidores de mísseis. Futuras operações militares no Oriente Médio, África, Ásia ou América Latina poderão ser bloqueadas por mísseis de forças inimigas. Até mesmo o território continental dos Estados Unidos provavelmente estará dentro do alcance de mísseis balísticos de alguns países, antes do ano 2000".

A posição do Congresso diz respeito a todos os países do Terceiro Mundo em condições de desenvolver a tecnologia, especificamente a Argentina, Coreia do Sul e Formosa. O Brasil mereceu um capítulo particular, no longo relatório de mais de 100 páginas, "porque tem uma política de exportação de armas que não faz restrições quanto à sua utilização, permitindo que os compradores vendam o material a qualquer país interessado".

Segundo ainda o relatório, o Brasil possui um setor industrial militar robusto e parece capaz de desenhar e, com o tempo, produzir, sofisticados sistemas de armas. Para os norte-americanos, as tecnologias da Sonda IV, do SS-300 e do SM-70, já à disposição do Brasil, poderiam possibilitar a construção de um míssil de cruzeiro, superfície-superfície.

Urgências de hoje

O Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África está denunciando aos presidentes o tratamento que o governo brasileiro vem dando à questão africana, há décadas. Em documento, o comitê lembra que a "Convenção Internacional sobre a Repressão e Punição dos Crimes do Apartheid, subscrita por 40 países e prevendo sanções contra o regime de Pretória, foi encaminhada ao Itamaraty ainda na década de 70, mas, até hoje, permanece esquecida em algum escaninho da República".

Membro do comitê e diretor do Instituto de Estudos Africanos-Ineafric, o cientista político Salomon Blajberg diz que o movimento quer mobilizar a sociedade, para reivindicar a proibição de pouso das aeronaves da South African Airways no Brasil, assim como a suspensão dos vãos da Varig para lá. "É inadmissível", assinala ele, "que militares da África do Sul atravessem nosso país com destino ao Chile, onde visitam exposições de armamentos e escolhem os artefatos, com os

quais massacram a população".

Blajberg sustenta que é necessário combater o *apartheid* na África e o racismo no Brasil. "Por isso, exigimos a participação popular na formulação da política externa, algo que, sintomaticamente, aconteceu apenas três vezes, durante a história brasileira - na entrada do Brasil na Segunda Guerra, na campanha do "Petróleo é N" e na solidariedade à Revolução Cubana", critica ele.

Para o cientista, o lobby sul-africano é mantido nos meios de comunicação do Brasil e da América Latina. "Divulga-se", afirma ele, "um retrato distorcido da situação e, com isto, o governo de Pretória encontra espaço para disseminar a idéia de que o *apartheid* está sendo reformado, para dar oportunidade ao negro. Deixa-se de falar na restrição que, há 30 anos, determina a área de moradia, segundo a raça, e na fascista imposição da *banto education*, que, desde a década de 50 impõe o ensino ao negro na língua materna, em detrimento do inglês, para dificultar sua entrada na cidade e no mercado de trabalho".

Blajberg vê no discurso do africanismo um elemento aglutinador e formador de uma consciência, que pode transcender fronteiras e raças. Ele cita alguns exemplos: o cumprimento do acordo, que prevê a independência da Namíbia e a realização de eleições, em 1º de novembro próximo, vai ser fundamental para o fortalecimento do movimento pró-mudança de regime da África do Sul. Enquanto as massas sul-africanas se unem a cada dia, o campo de dominação branca

se divide pouco a pouco, com os liberais se aproximando das causas populares e os ultrafascistas radicalizando ações isoladas. Muito embora a História não se repita, pode acontecer com o regime de Pretória algo semelhante ao que sucedeu na Argélia, onde as guerrilhas se acentuaram tanto, que o povo francês acabou se colocando a favor dos colonizados e contra seu próprio governo".

Tecnologia do álcool

O governo das Filipinas quer importar a tecnologia brasileira de produção sucro-alcooleira. Há duas metas básicas daquele país, com a nova aquisição: produzir três milhões de toneladas de açúcar e álcool, a fim de garantir o abastecimento interno e gerar excedente exportador para o Japão; e, numa segunda fase, adotar um programa, semelhante ao do Brasil, de carros movidos a álcool.

A informação é do senador filipino Theofisto Guingona, que veio ao Brasil para analisar o problema do preço do álcool e visitar o parque industrial do país neste setor. Para o Brasil, as sete mil ilhas que formam o arquipélago filipino encontram-se em situação estratégica, em relação a toda a Ásia, onde é cada vez maior a presença brasileira, tanto na exportação de grãos, como de produtos siderúrgicos. Para o Brasil, com a construção de uma rodovia até o oceano Pacífico, seria muito vantajosa a implantação de um entreposto comercial nas Filipinas, consolidando a sua presença na região.

Mais óleo, apesar da crise

Mais um poço de petróleo na bacia marítima de Campos, ao norte do Estado do Rio. A Petrobrás concluiu com sucesso a perfuração e avaliação do RJS-381, localizado ao sul do campo de Marlim, em lâmina d'água de 980 metros de profundidade. O poço atingiu a profundidade final de 3.405 metros, o que irá exigir da estatal o emprego da avançada tecnologia de exploração de petróleo, para tornar a descoberta comercializável.

A perfuração do poço 381 faz parte de um programa de avaliação de estruturas identificadas na bacia de Campos, em águas profundas, ao norte de Albacora e ao sul de Marlim, os dois maiores campos de óleo já descobertos pela Petrobrás.

A Petrobrás continua batendo recordes de produção nacional de óleo e líquido de gás natural-LGN, beirando a 650 mil barris por dia. Os novos recordes resultam de investimentos realizados pela estatal em anos anteriores, que permitiram desenvolver os campos produtores, situados

principalmente na bacia de Campos e na área terrestre do Rio Grande do Norte.

Isso tudo ocorre apesar da crise que a estatal brasileira enfrenta; o que tem afetado principalmente os



Petrobrás: necessidade de investir

investimentos da empresa, gerando pânico na indústria nacional (equipamentos, bens de capital, engenharia de montagem industrial, projetos e consultoria, entre outras áreas).

Somente a redução nas obras do Departamento Industrial da Petrobrás representam a não colocação, este ano, de encomendas de materiais e equipamentos no valor de 328 milhões de dólares e a não contratação de serviços de construção e montagem industrial no valor de 106 milhões de dólares.

Álcool: tecnologia desenvolvida





Aprendizado: ampliando a visão do mundo

Universidade do trabalho

A primeira Universidade Popular do Trabalho brasileira já está iniciando seu funcionamento. Ela se localiza em Curitiba e tem o objetivo de proporcionar um espaço, onde o trabalhador possa se capacitar e atualizar conhecimentos, aumentando os quadros de dirigentes e líderes para os movimentos sindicais. A iniciativa, inspirada na Universidade dos Trabalhadores da América Latina, que forma lideranças trabalhistas na Venezuela, foi definida pela professora Acácia Kuenzer, da Universidade Federal do Paraná, como uma possibilidade de vir o trabalhador a se apropriar do saber socialmente produzido.

"O trabalhador", lembra ela, "está cada vez mais desprovido de conheci-

mento. Essa escola tem que apresentar o saber científico e tecnológico sobre a atividade diária do operário, que deverá ser tomado como ponto de partida, a fim de que possa entender-se como sujeito do processo histórico".

O governo estadual arcará com os custos, orçado em NCz\$ 150 mil, de funcionamento e manutenção da universidade. As lideranças sindicais paranaenses, reunidas no Conselho Estadual do Trabalhador, responsabilizam-se pelo programa didático-pedagógico da instituição, que vai funcionar num prédio que tem 16 salas de aula, biblioteca, restaurante, dormitório, creches e auditório, devendo também sediar congressos, cursos e palestras.

A igreja comunitária

Posse da terra, reforma agrária, dívida externa, integração latino-americana e lutas de libertação foram assuntos presentes no 7º Encontro das Comunidades Eclesiais de Base, entre 10 e 15 de julho, na Baixada Fluminense, na periferia do Rio de Janeiro.

Entre os participantes, muitos partidários do Partido dos Trabalhadores-PT e da candidatura de Lula para presidente faziam propaganda política, com adesivos e camisetas. Contudo, os religiosos isentam as CEBs de uma posição única sobre a questão, sem deixar, entretanto, de admitir que entidades político-partidárias e sindicais atuem nesse sentido junto às comunidades. Os teólogos irão se apoiar em cartilhas e vídeos, que terão basicamente o objetivo de abrir os olhos dos eleitores. O material, além de descrever os candidatos que mais se aproximam das lutas das CEBs, vai advertir para que não se vote naqueles que tiverem qualquer tipo de ligação com a União

Democrática Ruralista-UDR.

O bispo de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, d. Mauro Morelli, foi o anfitrião do encontro que conseguiu reunir 1.800 pessoas das mais distantes comunidades cristãs brasileiras e de outros países da América Latina. Pela primeira vez, estiveram presentes à confraternização eclesial, como delegados, bispos e pastores de 12 igrejas evangélicas.

Atualmente, apesar de não estarem crescendo na proporção da época em que surgiram, as CEBs conquistaram seu lugar dentro da igreja (reafirmando as propostas da teologia da libertação) e fora dela (fortalecendo a organização popular). No encontro, estiveram presentes 225 das 252 dioceses do país, com 85 de seus bispos, muitos padres e religiosas, além de quatro bispos do exterior. Compareceram ainda teólogos das comunidades de Ruanda, Moçambique e Filipinas.

Na assembléia-geral, mesmo mantendo cautela,



Boff: retomando a palavra diante das comunidades

devido às sanções que lhe foram impostas pelo Vaticano, como a pena de silêncio durante os últimos dois anos, frei Leonardo Boff, pela primeira vez após esse período de cassação da palavra, falou em público durante uma hora. O plenário recebeu também a visita de toda a cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB: o presidente, d. Luciano Mendes de Almeida; o vice, d. Paulo Ponte; e o secretário-geral, d. Celso Queirós.

Divididos em 107 grupos, cada um formado por 10 a 15 pessoas, os participantes questionaram principalmente, "as marcas comuns do sofrimento do povo latino-americano". No final, tiraram um documento: a "Carta do 7º Encontro Intereclesial de CEBs", na qual concluem que, "o capitalismo, sistema de morte, marginaliza o povo, impede a reforma agrária e domina governos através da dívida externa, enriquecendo minorias, à custa do sangue dos pobres".

Mínimo de 100 dólares

O presidente José Sarney conseguiu, nove meses antes do prazo previsto, aumentar para 100 dólares o salário mínimo do trabalhador brasileiro. O presidente fez questão de ele mesmo anunciar o fato, através do programa "Conversa ao pé do rádio", que vai ao ar em rede nacional às sextas-feiras, às 6 horas. "Atingimos assim", lembrou ele, "a meta que somente pensávamos alcançar no fim do

meu governo, em março de 1990. Esta foi uma política que segui sem vacilações e, hoje, o nosso salário mínimo equivale a 100 dólares. Quando assumi, em 1985, o nosso salário era o menor de toda a América Latina. Ainda temos um salário pequeno. Mas, devemos continuar nesta política, de modo que se possa realmente ter um salário que dê condições a todos de ter o necessário para viver".

Contra o genocídio

Estão matando os índios ianomânis. A denúncia é da comitiva da Ação pela Cidadania, formada por 20 pessoas, entre elas os subprocuradores da República Carlos Eduardo Vasconcelos, Wagner Gonçalves, e Claudio Fonteles, o senador Severo Gomes (PMDB/SP) e o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT/SP). De volta da viagem, a comitiva se reuniu, sob a presidência de dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, e com a participação de representantes Associação Brasileira de Antropologia-ABA, Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, entre outros, e definiu uma série de iniciativas para evitar o genocídio ianomâni.

A Procuradoria Geral da República criou a Coordenadoria de Defesa dos Direitos e Interesses das Populações Indígenas, que já propôs ao Ministério da Aeronáutica a interdição de 54 pistas de pouso, utilizadas pelo ga-



Ianomâni: cerco do garimpo

rimpo, situadas em áreas indígenas ou de florestas nacionais. Agora, trabalha-se pela abertura de inquérito civil público, para levantar a situação fundiária das áreas ianomânis e os critérios que determinaram a demarcação das 19 "ilhas", que são áreas indígenas, o que é inconstitucional.

Outro ponto importante é que seja implantado um plano assistencial médico e sanitário que atenda às populações indígenas de Roraima, atualmente dependentes dos missionários. Com base em depoimento do médico da Funai, Oneron de Abreu Pithan, as condições de saúde dos índios são extremamente precárias. Com o assessoramento da Comissão pela Criação do Parque Ianomâni, que já desenvolveu atividades de assistência médica na área, será proposto um convênio entre a Funai e o Ministério da Saúde, para possibilitar o envio, com máxima urgência, de uma equipe de auxílios médicos aos índios.

Segundo a comissão, centenas de índios já foram mortos na ocupação desenfreada da região, e as tribos locais continuam a sofrer o assassinato físico e cultural.

Planejamento regional

Fazer voltar o planejamento regional na economia brasileira será um dos grandes desafios do próximo governo. A opinião é do economista Carlos Alberto Cosenza, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Segundo ele, há muito não se faz planejamento em nosso país, "que vem sendo administrado por economistas, exímios especialistas em políticas monetária e fiscal, mas totalmente ignorantes em termos de planejamento regional. Praticamente, as universidades estrangeiras devolveram para nós os nossos economistas sem conhecimento em desenvolvimento econômico", critica o professor.

Ex-presidente do Conselho Regional de Economia-Corecon, entidade sediada no Rio de Janeiro, Cosenza afirma que a máquina de planejamento, no país, foi desarticulada no início dos anos 80. Para ele, um país continental como o Brasil não pode se dar ao luxo de ter um planejamento global, com regiões diferenciadas, onde os recursos são abundantes.

"Fixar os recursos humanos nas suas regiões", continua ele, "deverá ser prioridade para o próximo governo. Isso pode ser feito na medida em que você aproveita os recursos locais, com investimento, aumentando o produto regional e a capacidade de auto-sustentação destas localidades. Seria o primeiro passo para superar os desequilíbrios".

Resgate histórico de Sudene

José de Jesus Moraes Rêgo*

Impõe-se hoje um reexame da história e importância da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, com o objetivo de se revitalizar este instrumento do desenvolvimento regional. Clamamos por justiça na história brasileira e nordestina, para algumas atividades pioneiramente desbravadas pela Sudene e implementadas no Nordeste.

Planejamento – A preocupação com o planejamento, se de início macro, aprimorou-se num desdobramento, que atingiu o educacional, o agrícola, a saúde. Além do esforço de melhoria de quadros funcionais em toda a região.

Orçamento – Formulando um meio de programação orçamentária, levando aos estados, disciplinando os recursos federais na região, a Sudene foi pioneira, dando um devido lugar à avaliação de planos e projetos.

PIB – Passou-se, com a criação da Sudene, a se trabalhar com base mais realística, pois, com apoio internacional, partiu-se para qualificar o Produto Interno Bruto. Uma metodologia implantada que continua tendo as informações necessárias para se melhor direcionar os recursos, os projetos e os graus de interferência dos poderes públicos e privados na região.

Abastecimento e Comercialização – Seria exaustiva a listagem de projetos que a Sudene lançou e patrocinou.

Indicadores Econômicos e Sociais – Um levantamento profundo, a fixação de uma metodologia e estudo muito abrangente, com ramificação e orientação aos estados nordestinos, que tiveram e têm grande participação nesse trabalho. Claro que esses dados e a sistemática da edição servem de alicerce ao cálculo do Produto Interno Bruto.

Pesquisas – Variadas e em grande número, patrocinando o aparecimento e o fortalecimento de vários organismos especializados, tanto na área agrícola com segmentos completos – em pesquisas por cultura e em experimentação também por cultura, num esforço de inovação tecnológica e codificação do que existia e o Nordeste poderia ter.

Companhias de Economia Mista – Criação de várias e apoio às existentes, em interação com todos os estados da região, atingindo vários componentes da economia regional – haja vista a Canesa, a Cohebe, a Cerne, companhias elétricas e de saneamento básico, a Artene, a Caerne, etc. – procurando dar eficiência e rapidez à máquina administrativa estatal.

Estrutura Fundiária – Com muitos estudos e experiências pioneiras – das quais a Cooperativa Agrícola de Tiriri se insere como um exemplo histórico dos mais válidos, com seus altos e baixos, seus sofrimentos oriundos de pressões e mesmo de perseguições – pode-se destacar a definição de uma Política de Colonização para o Nordeste.

Indústria Têxtil – A preocupação com esta deu-se logo nos primórdios da Sudene, com todo um plano de reaparelhamento e de incentivo às inovações tecnológicas e à capitalização.

Cooperativismo – Muito se teria a dizer do esforço pelo desenvolvimento do cooperativismo regional conduzido pela Sudene, a partir de um diagnóstico feito em 1962 e 1963, até à definição da Política para o Desenvolvimento do Cooperativismo no Nordeste, que se deu ao longo de 1965 e 1966. Decorreu, daí, uma programação global, que diríamos perfeita, constituindo-se em modelo nacional, porque nunca se tivera uma programação global, em outras regiões, nem a nível nacional.

Agroindústria – Um dos campos mais férteis, amplos e reabilitadores de experiências regionais, conduzidos pela Sudene. Seria exaustivo e difícil enumerar tudo que foi feito, todavia que se veja: a) pesquisa e racionalização, formas, para a agroindústria canavieira; b) estrutura de setores agroindustriais na estrutura operacional; c) fortalecimento das cooperativas com agroindústrias (Projeto Sudene-BID), entre outros.

Conclusão – Ao lembrarmos o pioneirismo de sua programação orçamentária, acoplada ao planejamento e aos seus Planos Diretores e Regiões de Desenvolvimento, que se registre o contido e alertado em "Sudene, Dez Anos", trabalho de sua Assessoria Técnica de então, que, ao comemorar dez anos de vida, mostrava a defasagem entre o programado e o liberado, o comprometido em recursos, apenas recebendo 50%.

Não somos dos que não querem exigir mais dos órgãos e de seus dirigentes, face às necessidades nacionais e mesmo regionais. Todavia, se a Sudene tem feito algo, mais não fez, porque – desde uma intervenção até superintendentes e dirigentes desvinculados da problemática desenvolvimentista regional e desconhecedores de seus problemas – um verdadeiro ziguezague administrativo e gerencial prejudicou o organismo. Nada de admirar que o Nordeste continue problemático e certo o diagnóstico de outrora – desde o trabalho do GTDN, e outros, ao mais recente, colocado em livro por Celso Furtado.

O quadro não está modificado substancialmente, pois o sistema de incentivos fiscais – que, a nosso ver, precisa ser urgentemente modificado, conforme colocamos em "Perspectivas Industriais do Nordeste" – está carente de recuperação dos recursos perdidos (Cf. Jornal do Brasil 14.05.89). E de novas diretrizes, acrescentamos.

O resgate histórico da Sudene, sua valorização presente e futura, passa pela necessidade de mística dos seus servidores, apoio em todos os sentidos a estes, para que voltem a ter a mística que tinham, como, também, pela necessária conscientização nordestina do seu valor, para que se mostre a sua importância para o Nordeste. Porque, acreditamos, sem a Sudene tudo estaria pior.

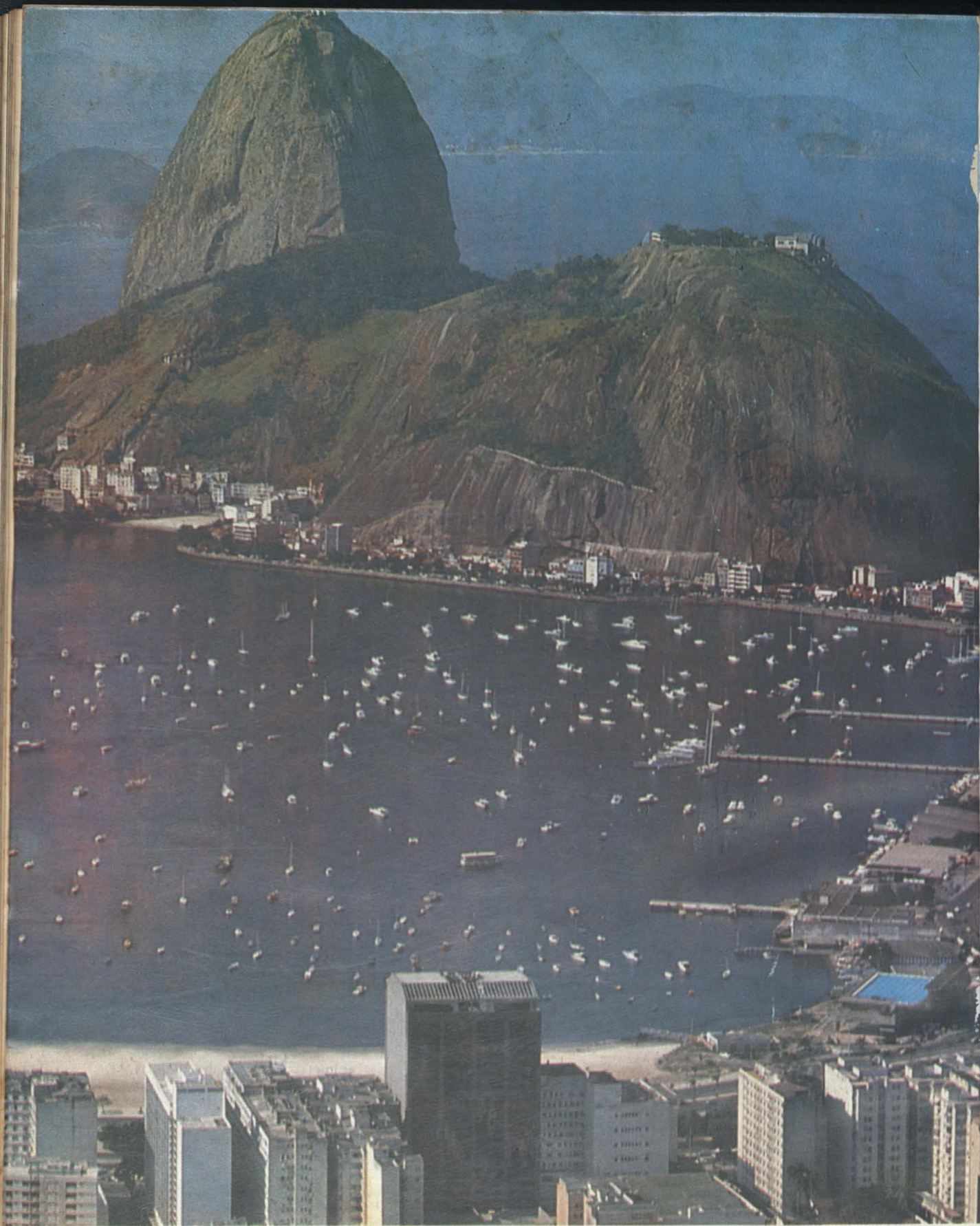
* Técnico da Sudene, onde foi diretor (de divisão e de departamento) no período de 1967 a 1974. Autor de vários livros e artigos sobre desenvolvimento regional, cooperativismo, reforma agrária e administração pública. Atualmente, é assessor especial da presidência da Codevasi.

**No desenvolvimento
da Indústria Petrolífera
para a reconstrução de Angola,
Sonangol é vital
para o futuro**



SONANGOL

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
C.P. 1316 - LUANDA - TELEX 3148 - 3260



**Abrimos este espaço para debater os problemas
do terceiro mundo.**



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**